

CÔSER, Silvana Maria Leal

Do Ruído à fala

Análise da experiência de participação

Política de Mulheres em Minas Gerais,
na década de 75-85. em partidos, sindi-
catos e movimentos sociais demulheres

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA
ÚLTIMA DATA CARIMBADA

12 JUN 1990	01 GIU 1996	
-5 NOV 1990	11/10/96	
10 OUT 1991	17 OUT 1996	
01 FEV 1992	25/10/96	
30 MAR 1992	13/11/96	
27 MAR 1992	28/11/96	
10 SET 1992	24/02/97	
16 SET 1992	12 MAI 1997	
14 01 93	DEVOLVIDO	
27 JUN 1993		
23 AGO 1994	03 MAR 2005	
11 SET 1995		
18 SET 1995	06 MAR 2005	
16 MAI 1996	10 MAR 2005	
30/05/96		
5 AGO 1996		
12 AGO 1996		
28-08-96		
16/09/96		

75 X 115

324.309815
C834d
T

SILVANA MARIA LEAL CÔSER

DO RUÍDO À FALA

Análise da experiência de participação política de mulheres em Minas Gerais, na década de 75-85, em partidos, sindicatos e movimentos sociais de mulheres

324.309815

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: GLAURA VASQUES DE MIRANDA
Faculdade de Educação da
UFMG

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais

U. F. M. G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



44609001

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

04



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA DA 127ª (Centésima Vigésima Sétima) APRESENTAÇÃO DE
ÇÃO NO COLEGIADO DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA FAE

Aos vinte e um dias do mês de agosto de mil novecentos e nove, realizou-se na sala nº 307 do prédio da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, mais uma apresentação da dissertação - "DO RUÍDO À FALA - análise de experiência de participação política de mulheres em Minas Gerais, na década de 75-85, em partidos, sindicatos e movimentos sociais de mulheres", da aluna SILVANA MARIA LEAL CÓSER. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes professores: Glauques de Miranda - Orientadora, Eliane Marta Santos Teixeira, Miguel González Arroyo e Maria Malta Campos (USP). Os trabalhos iniciaram-se às quatorze horas e vinte minutos com a leitura da dissertação feita pela mestrande. Em seguida os membros da Banca Examinadora fizeram uma arguição pública a didata. Após o relato da orientadora, a Banca foi unânime em aprovar a dissertação de SILVANA MARIA LEAL CÓSER, que passará a ser Mestre em Educação, devendo encaminhar a Secretaria do Curso de Mestrado em Educação em 05 (cinco) exemplares. Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Assis Alves, Secretária do Curso de Mestrado em Educação, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será por mim assinada e pelos senhores membros da Banca Examinadora em Belo Horizonte, 21 de agosto de 1989.

Glauques de Miranda
GLAURA VASQUES DE MIRANDA - Orientadora

Eliane Marta Santos Teixeira
ELIANE MARTA SANTOS TEIXEIRA LOPES

Miguel González Arroyo
MIGUEL GONZÁLEZ ARROYO

Maria Malta Campos
MARIA MALTA CAMPOS

Lúcia Assis Alves
LÚCIA ASSIS ALVES

Secretária do Curso de Mestrado em Educação - FAE/UFMG



Nora M. de Pa
Secretária do Curso de Mestrado
em Educação da UFMG

DO RUÍDO À FALA

Análise da experiência de participação política de mulheres em Minas Gerais, na década de 75-85, em partidos, sindicatos e movimentos sociais de mulheres

SILVANA MARIA LEAL CÓSER

Dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Doutora Glaura Vasques de Miranda
Orientadora

Prof. Doutor Miguel González Arroyo

Profa. Doutora Eliane Marta Santos
Teixeira Lopes

Profa. Doutora Maria Malta Machado
Campos

Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 21 de agosto de 1989.

A quem dedico:

a

Miriam Chrystus e Mônica, cúmplices nesta
história e na vida;

às mulheres.

À CONGREGAÇÃO da Faculdade de Educação, que me concedeu licença para a redação da dissertação, inaugurando os novos direitos dos funcionários técnico-administrativos, previstos no novo Plano de Cargos e Salários das Instituições de Ensino Superior.

AOS MEUS PAIS, que torceram por mim, ainda que sem compreender as minhas preocupações

AGRADECIMENTOS

À GLAURA, especiais agradecimentos, pois, além de me orientar, acreditou em mim e me estimulou, quando nem eu mesma o fazia;

À MÍRIAM CHRYSSTUS, e a MÔNICA, minhas grandes interlocutoras e companheiras na vida;

ÀS ENTREVISTADAS, com as quais partilho dificuldades;

ÀS FEMINISTAS, com quem trilhei parte do caminho e partilhei sonhos;

À DENISE, pela ajuda na coleta de dados;

À CRISTINA, com quem trabalhar foi um estimulante aprendizado;

À ELIANA, pela disponibilidade, atenção e comentários, no decorrer do trabalho;

AO OTÁVIO, pela disponibilidade, atenção e esclarecimentos prestados, no decorrer do trabalho;

À SHIRLEY, pelo cuidadoso trabalho de normalização e pelas contribuições dadas em nossas conversas;

À FÁTIMA, pela paciência e humor demonstrados na datilografia desta dissertação;

À ALAÍDE, pela revisão do texto, ajudando-me a torná-lo melhor e mais agradável à leitura;

SUMÁRIO

RESUMO	01
INTRODUÇÃO	03
CAPÍTULO I: CIDADANIA E EDUCAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO..	26
CAPÍTULO II: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER: PARTIDOS, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHE- RES EM MINAS GERAIS, NA DÉCADA 75-85	42
CAPÍTULO III: A MULHER E O EXERCÍCIO DA LIDERANÇA POLÍ- TICA: ASPECTOS DE UMA EXPERIÊNCIA	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
ANEXOS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	143

RESUMO

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender a participação das mulheres nos partidos, sindicatos e movimentos sociais de mulheres, em Minas Gerais, na Década da Mulher - 75-85, em sua dimensão educativa. Isto é, lendo a prática política como processo socializador, percebemos que o educativo que buscávamos se estava realizando nesses espaços em que coletivamente se construíam os sujeitos sociais. Tomaram-se três espaços distintos, referidos a diferentes esferas: à política *stricto sensu*, ao trabalho (produção) e à vida em seu sentido mais geral (cotidiano, esfera privada, reprodução).

Durante a elaboração da dissertação, a luta das mulheres configurou-se como uma luta por cidadania. Assim ainda, que não fosse a nossa preocupação inicial, a cidadania se fez questão para nós.

Para a realização deste trabalho, fizeram-se levantamentos junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e ao Arquivo Público Mineiro, entrevistas com mulheres militantes em partidos, sindicatos e no movimento de mulheres em Minas.

A partir das entrevistas, a dificuldade das mulheres em relação à fala pública ganhou centralidade e inspirou o título da dissertação: "Do ruído à fala", pois verificamos que essa luta se dá particularmente em torno da construção de uma fala própria, que constitua um novo sujeito social: as mulheres.

INTRODUÇÃO

SITUANDO A QUESTÃO

A chamada "problemática feminina" ou "questão da mulher" vem recebendo, a partir do fim dos anos 60, a atenção de estudiosos, principalmente mulheres, de várias áreas das Ciências Humanas e Sociais.

No Brasil, a maioria desses estudos começa a aparecer a partir da segunda metade da década de 70. Os primeiros trabalhos focalizaram as áreas Trabalho e Educação, à medida que o tratamento desses campos era menos problemático, além de estar em consonância com as preocupações predominantes nas Ciências Sociais, naquele momento. Dentre eles, destacamos BLAY, (1969, 1972); MURARO (1970); SAFFIOTI (1969); MADEIRA & SINGER, (1973); TOSCANO (1975) e MIRANDA (1975).

Com o avanço do movimento feminista, fortalecido pelo retorno de exiladas e mulheres em formação no Exterior, novos aspectos se foram colocando, enquanto questões, para os pesquisadores. É assim que, vanguardados pelo movimento feminista, as relações interpessoais, a família, a saúde, o planejamento familiar, a sexualidade e o aborto vão-se tornando objetos de estudo (MIRANDA et alii, 1987).

Existe, hoje, uma vasta produção sobre o tema Mulher, constituindo praticamente um novo campo interdisciplinar: Estudos sobre a Mulher (refletindo processos semelhantes ocorridos nos Estados Unidos e na Europa). Nessa área, o Brasil, juntamente com o México, lidera a produtividade, no nível da América Latina.¹ Um reflexo desse crescimento é a existência de treze núcleos de estudos inter-disciplinares sobre a mulher em várias Universidades do País, inclusive a UFMG (Ver BARROSO, 1987).

¹Informação obtida em curso sobre Mulher, Desenvolvimento e Planejamento, oferecido pela ONU e realizado no Chile, em 1986.

Apesar desse inegável crescimento e reconhecimento, tais estudos correm o risco de se "guetizarem", isto é, as mulheres podem tornar-se objeto específico de uma ciência específica, no feminino. E, assim, a Produção Teórica (com maiúsculas) corre o risco de continuar desconhecendo a variável sexo (Ver COSTA et alii 1985). LOBO & HIGGS (1983) fazem um cuidadoso estudo desse risco através da análise de publicações brasileiras que tratam da condição operária e dos vieses presentes nesses trabalhos. O discurso sociológico tem desprezado as especificidades de gênero² e de cor, na vivência da condição operária.

Também em KERGOAT (1986, p. 80-81) encontramos esse mesmo tipo de leitura.

"Há dez anos, sobretudo desde o início da crise, multiplicaram-se as análises que mostram a diversidade senão os interesses conflitantes dos grupos que constituem a classe operária: jovens/velhos, trabalhadores estáveis/precários, operários qualificados/não qualificados, etc. Mas é um fato marcante que essas análises referem-se a uma classe de sexo unívoca: a dos homens. (...) Se me permitem uma imagem, diria que os conceitos masculinos tiveram o papel de um retrovisor: o cenário sendo apreendido apenas por esse retrovisor, as mulheres operárias permaneceram, de algum modo, no ponto morto do carro sociológico; elas não são visíveis".

A elaboração desta dissertação sobre a participação política da mulher em nosso estado deveu-se a um interesse pela condição feminina na sociedade, fruto de minha experiência como militante feminista. As oportunidades surgidas em minha vida profissional e acadêmica tornaram possível a execução deste trabalho.

²Gênero: conjunto de representações sociais construídas a partir das condições biológicas das diferenças entre os sexos. (LOBO, 1987; LOUIS, 1986)

A condição de aluna do Curso de Mestrado em Educação demarcou, de antemão, o meu interesse pelo campo da Educação. Preocupava-me sobremaneira o caráter socializador do processo educativo e suas contribuições na construção da identidade de gênero: a Educação como formadora do sujeito social.

Esses dois veios de preocupações articulavam-se no questionamento da condição de subalternidade social vivida pelas mulheres. As definições que segregavam mulheres e homens em mundos e atividades distintos eram substituídas pelas questões levantadas acerca dos processos sociais que engendravam tais limites.

Essa discussão transcorria no interior dos grupos de mulheres organizados a partir de sua condição de gênero: feministas e não feministas que compunham o movimento social de mulheres.

É ainda nesse espaço, no bojo das discussões sobre a condição feminina na sociedade, que as feministas estendem a noção de política a um campo até então considerado privado: as relações interpessoais. Ao declararem que o privado é político, através da análise das relações entre homens e mulheres, e da denúncia das relações familiares enquanto estruturas de poder, as feministas rompem com a leitura que se fazia desse espaço. Nesse processo, ampliam a noção de política, abrangendo o cotidiano e o pessoal. Todavia, o que as feministas da década de 70 entendiam por cotidiano? KOFES (1987, p. 251) nos responde que seria

“... a possibilidade de descobrir-se a si mesmo, de inventar e recriar relações, falas, linguagens, sensibilidades, afetividades”.

A autora acrescenta que o legado feminista contribuiu para romper com falsas ilusões, que atribuíam ao cotidiano a condição de oásis para os homens e de deserto desimportante para as mulheres. Para KOFES (1987, p. 250),

"... o cotidiano redescoberto pelas mulheres feministas seria de que, e de onde, poderiam falar as que aprenderam a se calar".

Assim, ela conceitua cotidiano como:

"... aquele espaço e tempo do social em que é possível inventar e recriar o social". (p. 251)

Ao deflagrarem esse movimento, as feministas desmontam noções consolidadas sobre o conteúdo do feminino e do masculino, os papéis sociais de gênero, a hierarquia presente nas relações, empreendendo sua ressignificação. Nessa prática, buscam construir coletivamente uma identidade social distinta da anteriormente dada.

Ao procederem a essa revisão, questionam toda uma ordem social assentada na hierarquia entre os gêneros e discutem organização social, democracia e direitos.

Voltando o olhar para a discussão sobre a condição feminina na sociedade, é importante enfatizar que o educativo que buscávamos se estava formando nesses espaços em que coletivamente se construíam os sujeitos sociais.

A repercussão do movimento de mulheres na sociedade é ampla, apesar de, muitas vezes, ser imperceptível a "olho nu". Segundo PAOLI (1985), a primeira de suas contribuições é haver trazido para o debate público a problemática da mulher. Se observarmos os ~~mass~~ ~~mídia~~, veremos a absorção, em graus diferenciados, de questões postuladas pelo movimento de mulheres. Entretanto, perceber esse fenômeno demanda um desejo de escuta frequentemente inexistente, no nível da produção teórica tradicional. No caso das Ciências Sociais, as classes sociais são analisadas como assexuadas e sem conotações raciais, como mencionamos anteriormente. Na prática, essa neutralidade tem significado uma leitura referida no indivíduo branco de sexo masculino.

Mesmo assim, o efeito de contaminação começa a atuar à medida que as denúncias das mulheres vão ecoando na sociedade e o seu movimento avança, setores até então insensíveis, cegos à especificidade da opressão da mulher, lentamente começam a se abrir, como menciona BLAY (1983). As organizações partidárias e sindicais são exemplos do que afirmamos.

Nessa ótica, nosso estudo incorporou os partidos, os sindicatos e os movimentos sociais como campo de trabalho. Eles constituem três espaços distintos de atuação política das mulheres, referidos a diferentes esferas: à política stricto sensu, ao trabalho (produção) e à vida em seu sentido mais geral (cotidiano, esfera privada, reprodução).

Convém lembrar, ainda a respeito da ótica que adotamos, que um aspecto fundamental apresentado por esses movimentos é o de se colocarem no campo da luta por cidadania. Ao postularem igualdade social para as mulheres, ao questionarem as bases desiguais dos direitos de uns e outros, ao discutirem a atuação do Estado na suspensão dos direitos civis e o seu arbítrio na aplicação dos recursos públicos, os movimentos encarnam uma luta que pode ser considerada como em defesa da cidadania. Além disso, convém lembrar que esses movimentos surgiram em plena vigência do regime militar, que havia suspenso esses direitos no País.

Com as mudanças políticas ocorridas no Brasil, denominadas primeiro abertura política e, mais tarde, processo de redemocratização, a discussão sobre o tema cidadania tomou corpo na sociedade, tornando-se objeto de preocupação tanto para a academia quanto para a sociedade civil em geral. O simples acompanhamento da imprensa nesse período permite-nos notar o crescimento dessa discussão. E, a

partir do momento em que se definiu a elaboração de uma nova Constituição, os debates se intensificaram. Ganhou ênfase, na discussão, a relação entre Educação e cidadania.

O estatuto de cidadão tem sido negado, ao longo dos tempos, a amplas parcelas da população, destacando-se mulheres, negros e trabalhadores. Um dos motivos que tem servido de alibi a essa exclusão é o despreparo educacional e cultural desses grupos para o exercício da cidadania plena, uma vez que tal exercício implica a gestão da coisa pública e dos destinos da Nação.

A Educação como condição para a participação é uma noção fortemente presente no imaginário social, haja vista o senso comum expresso no repúdio de candidaturas de trabalhadores às eleições, conforme lembra CHAUI (1986), e no discurso das elites. Analisando esse fenômeno, existem vários trabalhos, dentre os quais, destacamos o de BUFFA et alii (1987), no qual nos baseamos especialmente.

A luta das mulheres denunciando a sua condição discriminada e apontando para uma cidadania de segunda categoria une-se a um sentimento, crescente no País, de carência de cidadania. Uma consciência difusa parece estar-se formando sobre a necessidade de se garantirem os direitos dos cidadãos.

Para essa direção têm-se voltado, nos últimos anos, as análises daqueles que pesquisam os movimentos sociais. A leitura que vêm fazendo das lutas nos bairros, dos movimentos de trabalhadores, mulheres, negros e homossexuais, enfim, de todos os setores da sociedade civil que se estão organizando indica essa direção. É pelo prisma da luta pela constituição de direitos que estão sendo interpretados os movimentos sociais.

Tornou-se comum a alusão à cidadania no País, onde, até recentemente, soava negativo referir-se a alguém como "cidadão", expressão associada ao linguajar policial. Hoje, sob o impacto das discussões sobre a democratização, o termo vem sendo recuperado. Não é de se estranhar, portanto, que se percebam, diante de dois casos de violento desrespeito aos direitos individuais - o assassinato do líder sindical e ecologista acreano Chico Mendes e o naufrágio do barco **Bateau Mouche**, ocorrido durante a festa de passagem de ano no Rio de Janeiro -, dadas talvez, as condições "privilegiadas" desses acontecimentos, determinados setores da sociedade civil (OAB, artistas e estudantes) organizando-se na constituição do que está sendo denominado de "ação para a defesa da cidadania"³.

Assim, apesar de, inicialmente, estarmos interessada em estudar a participação política da mulher, o caminho percorrido levou-nos à cidadania, que se fez questão para nós.

Na elaboração deste trabalho, deparamos com a necessidade de pensar a Educação e a construção da cidadania no espaço do movimento de mulheres e da sua atuação nos partidos e sindicatos.

Aproximamo-nos sobretudo daqueles autores que tentaram estudar os movimentos sociais enquanto novos sujeitos políticos em constituição e, nesse processo, ampliaram e construíram novas noções de política e cidadania. Dentre eles, buscamos, em especial, aqueles cujo interesse se dirigia particularmente para as mulheres organizadas.

³No dia 12/03/89, foi realizado, no Rio de Janeiro, ato público exigindo das autoridades a punição dos culpados nos dois casos. O ato foi convocado pelo grupo "Ação em Defesa da Dignidade", segundo noticiário da TV Manchete, em 12/03/89.

Este trabalho objetiva analisar a participação política das mulheres em partidos, sindicatos e movimentos sociais no âmbito do estado de Minas Gerais. O fato de nosso recorte ser o estado de Minas trouxe algumas implicações. O propalado tradicionalismo do estado, que vai do estilo mineiro de fazer política à tradicional família mineira, são alguns dos elementos, imaginários ou não, com os quais tivemos de lidar. Afinal, haverá ou não especificidades na situação da mulher em Minas e, em caso afirmativo, como explicá-las?

Outras dificuldades encontradas dizem respeito à escassez de bibliografia específica que analise a situação de Minas Gerais. Há falta de dados estatísticos organizados, discriminando sexo, cor, estado civil, em relação a força de trabalho, participação sindical e partidária, sem falar na inexistência de informações sobre movimentos sociais.

Sobre este assunto, apesar da recente criação do Núcleo de Estudos sobre a Mulher na UFMG, a situação é lastimável. Em 1985, tivemos a oportunidade de integrar a equipe responsável pelo tema "movimento de mulheres em MG", em pesquisa sobre movimentos sociais e Estado no Brasil, patrocinada pela Universidade das Nações Unidas (MIRANDA et alii, 1987), o que nos permitiu comprovar tal situação.

Durante a preparação desta dissertação, participamos da elaboração de um Diagnóstico da Situação da Mulher Mineira na Década de 75/85, o que nos deu acesso a dados sobre força de trabalho, educação, saúde e participação política. Este último aspecto exigiu tratamento mais complexo, devido à inexistência de dados estatísticos, tanto nos órgãos oficiais quanto nos órgãos pesquisadores, bem como nas próprias entidades pesquisadas.

Esses dois estudos, nossos principais referenciais, permitiram-nos verificar que a produção no estado é pequena, sendo necessária a realização de mais pesquisas sobre o tema mulher em Minas. Este trabalho objetiva, portanto, integrar o esforço de desbravar a nossa realidade, no que tange aos aspectos nele tratados.

O desenvolvimento de pesquisas voltadas para a situação da mulher em Minas Gerais viriam não só preencher uma lacuna na produção acadêmica, mas, principalmente, ajudar na compreensão das especificidades apresentadas pela realidade do estado. Nesse sentido, junto ao diagnóstico, foi elaborada, por DRUMOND (1988), uma bibliografia anotada dos autores mineiros que abordaram a temática mulher, no período de 1960 a 1987.

O período escolhido, 1975/1985, justifica-se por vários motivos. Dentre eles, o fato de ser a década da mulher fundamental para quem pretende analisar a atuação da mulher após o surgimento do feminismo e em articulação com ele. Anteriormente, as mulheres já haviam participado publicamente, hajam vista os movimentos sufragistas, pela educação da mulher e o abolicionista, para citar apenas alguns.

O surgimento do feminismo, porém, constitui um marco e um corte epistemológico. O feminismo propõe a organização das mulheres a partir de uma opressão específica, em função do gênero, e questiona a condição natural da divisão sexual de trabalho e de papéis. Desde então, as análises produzidas rompem com uma tradição anterior de abordagens, exceção feita à obra de Simone de Beauvoir, publicada em 1949. A desnaturalização da situação da mulher se dá com a sua historicização. A leitura que se faz das relações sociais a partir dessa ruptura não pode mais ser a mesma.

Dos objetivos e métodos de trabalho

No momento em que iniciamos este trabalho, a nossa preocupação centrava-se na participação política das mulheres em Minas Gerais, no período 75/85. Conforme dissemos anteriormente, durante o desenvolvimento do trabalho, nossa atenção voltou-se para o aspecto da construção da cidadania que ocorria no espaço dos movimentos sociais. Essa tornou-se, pois, a grande questão de referência para a dissertação.

Inúmeros conceitos, preconceitos, lugares comuns existem, no imaginário social, acerca do feminino e do masculino, e, por extensão, acerca de homens e mulheres e seus respectivos papéis sociais. Certamente, não deixamos de ser influenciados por eles. Todavia, recebemos também influências do ideário feminista, da militância e das contribuições dadas pelas pessoas interessadas no tema, acadêmicos de várias áreas, principalmente mulheres, todos envolvidos no aceso debate sobre o assunto.

Mulher, mulheres: especificidades

Como compreender a participação política da mulher na sociedade brasileira, mineira, numa década do final do século XX?

Seu lugar de referência: a esfera privada, o espaço doméstico.

Sua principal atribuição na sociedade: a maternidade.

Qual o significado dessas determinações num momento em que um número significativo de mulheres passa a questionar esse destino?

CHAUÍ (1985, p. 33), afirma que:

"... estar circunscrito ao espaço privado é estar privado da relação com os outros pela palavra e pela ação, na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, à existência pública".

Essas mulheres questionaram, portanto, a não participação no espaço público e avançaram, dizendo que os limites do público e do privado precisavam ser revistos. Afirmaram que os acontecimentos atribuídos ao espaço privado eram atravessados por elementos do espaço público. As relações interpessoais, da ordem do privado por excelência, se olhadas diferentemente, apresentam-se como numa hierarquia, na qual as diferenças se convertem em desigualdades, podendo ser qualificadas como relações violentas. E o que é uma relação violenta? É Novamente CHAUÍ (1985, p. 35) quem nos responde:

"... [é aquela que promove] a conversão dos diferentes em desiguais, e a desigualdade em relação entre superior e inferior".

A violência perfeita seria aquela que obtivesse a adesão do termo violentado, resultando, pois,

"... em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a ação e a vontade contrária que a domina". (p. 35)

Romper com essa relação implica, portanto, superar limites.

BEAUVOIR (1970, p. 9), por sua vez, já falara, há muito, da alteridade feminina:

"Se quero definir-me declaro "sou uma mulher", um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural. (...) O homem é o sujeito, o absoluto; ela é o outro".

Por que reunir esses dois aspectos, a condição privada e a alteridade, enquanto elementos para pensar a participação das mulheres na esfera pública?

Convém fazê-lo pela importância que eles representam na vida das mulheres, na construção social de sua identidade, como subalternas e privatizadas. E, também, pela crítica que as mulheres elaboraram quanto a essa condição, causando impacto na sociedade, quando a anunciaram como política,

"... repetendo sua pertinência a um público e reivindicando novas noções de direitos próprios". (PAOLI, 1985, p. 99)

Foi articulada com essas colocações que se deu a retirada das mulheres da exclusividade do espaço doméstico, buscando quebrar-lhes o isolamento através de sua organização em grupos de autoconsciência e reflexão, e da construção de uma nova identidade social. É importante esclarecer que essa dedicação exclusiva à esfera doméstica é, sobretudo, ideológica, dependendo da condição de classe das mulheres.

O feminismo propunha, também, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, buscando autonomia financeira e inserção no mundo mais amplo do que o espaço doméstico.

A atuação das mulheres em todas essas frentes produziria uma mudança na inserção da mulher na sociedade, nas concepções sobre o feminino e o masculino, bem como sobre homens e mulheres e os seus respectivos papéis sociais.

A proposta pretendia uma transformação na cultura e na sociedade. Entretanto, a mudança do papel feminino não implicou a mudança, na mesma proporção, do papel masculino. A separação entre o mundo dos homens e o das mulheres é um dos temas mais recorrentes na história das sociedades.

"... As mulheres passaram a fronteira do mundo dos homens escamoteando o lado feminino da vida. Enfrentaram a concorrência no espaço

público, carregando consigo, escondidas, as raízes no espaço privado. Concorrência desleal para elas, mas assumida pelas mulheres com coragem. Tentaram compatibilizar como puderam dois estilos de vida, dois registros intelectuais e afetivos, dois padrões de conduta cotidianos. Procuravam assim corresponder ao novo perfil de mulher que emergia da agonia de um paradigma.

Definidas de fora para dentro, aceitaram o paradoxo do universal e do particular, colocado por uma sociedade que as universaliza enquanto produtoras e as particulariza enquanto mulheres. A mensagem é dupla e contraditória: para ser respeitada seja universal (pense, aja e trabalhe como um homem); mas para ser amada, continue sendo mulher. Seja homem e seja mulher". (OLIVEIRA, 1983, p. 36)

E é nessas condições desiguais que as mulheres partem para a conquista do espaço público. A divisão do trabalho doméstico não se alterou, significando a dupla jornada para a trabalhadora. O cuidado com os filhos continua sendo de sua responsabilidade, não contando com uma infra-estrutura de apoio que lhe facilite a vida. Em decorrência de seu papel doméstico, sobretudo o materno, falta mais vezes ao trabalho (médico, vacinação, vaga na escola, doença). Muitas vezes, ganha menos pela mesma tarefa, e frequentemente não tem acesso à promoção no trabalho, principalmente no caso das operárias. Essas condições traduzem uma realidade ainda muito adversa à mulher e, apesar disso, é crescente a sua incorporação ao mercado, crescendo, também, a sua presença em termos participativos e a sua visibilidade social.

Para OLIVEIRA (1983, p. 36), esses dez últimos anos foram heróicos para as mulheres de uma geração, que nada deixaram escapar: estudo, trabalho assalariado, participação política, família, à custa dos ônus já descritos anteriormente. Para ela, as mulheres se esforçaram para sobreviver em um tempo difícil, "tempo de ruptura de um código cultural

milénar". E mais, estão pagando sozinhas o preço dessa ruptura. Portanto, é hora de repensar a "igualdade" conquistada.

Este trabalho objetiva compreender a experiência de mulheres envolvidas no esforço de ruptura entre as esferas doméstica e pública, inseridas no mercado de trabalho, participando em diversos espaços políticos: o significado que dão a essa participação, as dificuldades e facilidades encontradas e as perspectivas apontadas por elas.

Partimos do pressuposto de que essas experiências constituem espaços de construção de novas consciências, visões de mundo e práticas sociais. Existe, nesse processo, uma dimensão político-educativa que possibilita a construção de identidades coletivas.

Citando GRZYBOWSKY (1986, p. 946),

"... as práticas ... a "praxis", mesmo, dos movimentos educa para a participação social"

e fazendo de suas palavras para os trabalhadores, as nossas para as mulheres:

"Através dos movimentos, [os trabalhadores] rompem com seu isolamento geográfico, social, cultural, inserindo-se num mundo mais amplo. Aprendem a conhecer e a respeitar a diversidade de formas de vida, a buscar alianças e a prestar solidariedade (...), aprendem a conhecer seus adversários, suas táticas e suas organizações".

Onde se lê "trabalhadores", propomos que se leia "mulheres".

Tratando-se de mulheres reunidas em torno de sua condição de gênero, discutindo a sua inserção na sociedade, interessa-nos perceber como interpretam essas vivências e a que elementos se remetem.

No caso daquelas cuja participação se dá no nível das estruturas sindicais e partidárias, tentamos compreender como percebem a especificidade de sua condição feminina nessa participação, considerando o caráter masculino do espaço onde esta se dá, a que atribuem as dificuldades e facilidades encontradas nessa prática, e qual o significado dessa experiência para elas.

As análises das experiências de participação das mulheres foram feitas através de material obtido em entrevistas com militantes em partidos, líderes sindicais e líderes de grupos constituídos exclusivamente por mulheres, feministas ou não, que existiram, ou ainda existem, no período delimitado para o trabalho, 1975/1985.

A maneira como isso foi implementado necessita ser explicitada. As entrevistas foram realizadas no intervalo entre os anos 1985/1988, para diferentes trabalhos.

Os primeiros depoimentos foram colhidos para a elaboração do estudo de MIRANDA et alii (1987) sobre os movimentos sociais e o Estado no Brasil. Trabalhamos com a parte que dizia respeito ao movimento de mulheres em Minas Gerais. Para a definição de quem entrevistar, foi feita uma pequena pesquisa para identificar os grupos. Desses, mesmo dos que já se haviam dissolvido, foram entrevistadas militantes em geral, identificadas como lideranças em suas respectivas organizações, com base no conhecimento que a equipe tinha dos grupos militantes ou através do contato pela via do fórum de mulheres.⁴ Para as entrevistas, foi elaborado um pequeno roteiro, bastante flexível, visando a atender à diversidade dos grupos. As outras pessoas da equipe concordaram com a utilização das entrevistas como material para a dissertação.

⁴Fórum de Mulheres: reunia todos os grupos existentes para discutir ações comuns. Esse fórum reuniu-se durante o ano de 1985.

Num segundo momento, para a elaboração do diagnóstico da situação da mulher em Minas na década da mulher, foram entrevistadas algumas sindicalistas. Essas entrevistas foram baseadas também em um roteiro, porém diferente do primeiro, sendo igualmente obtida a permissão para que o material fosse utilizado nesta dissertação.

Foram utilizadas, ainda, entrevistas realizadas para o tópico mulher negra do mesmo diagnóstico, e gentilmente cedidas pela autora (SILVA, 1989) para serem utilizadas na produção deste trabalho. Nesse caso, uma das mulheres entrevistadas já estava contatada em função da presente dissertação.

Paralelamente, algumas entrevistas vinham sendo realizadas, sobretudo com mulheres participantes de grupos feministas, do movimento feminino pela anistia, ao movimento pró-creche, visando à elaboração desta dissertação. Uma das mulheres contatadas passou-nos um livro² que tratava de sua trajetória pessoal, não tendo sido realizada entrevista com ela.

Muitas das entrevistadas militavam em diferentes espaços, permitindo-nos obter, também, dados sobre partidos, sindicatos e grupos.

A variedade de depoimentos, os diferentes momentos em que foram colhidos e os vários roteiros que serviram de base para as entrevistas poderiam significar uma falta de rigor metodológico, comprometedor para a dissertação. Entretanto, algumas considerações podem ser feitas a esse respeito.

²OLIVEIRA, 1983.

Os depoimentos foram colhidos por roteiros que, apesar de diferentes, buscavam rastrear a inserção e a trajetória política dessas mulheres, seu envolvimento com a luta específica da mulher nos diferentes espaços em que militavam, o significado dessa experiência para elas. Costurando esses depoimentos está o meu olhar, profundamente envolvido com os interesses das mulheres e atento às questões que a isso dizem respeito. Além dos depoimentos e do material publicado sobre o assunto, contei também com a minha experiência e inserção no movimento de mulheres no estado, desde seus primórdios.

E mesmo que tivéssemos seguido um único roteiro, o tom da entrevistada, guiado por sua experiência única, produziria a diferença. Assim, as várias trajetórias implicam maior ou menor atenção a determinado ponto, o que nos faz recordar que o lembrado é aquilo que tem sentido para quem se lembra e que ganha significado na inserção no tecido maior de sua vida. A memória é seletiva e marca diferenças entre homens e mulheres, negros e brancos, enfim, todas as especificidades que nos fazem singulares na vida. É também da própria natureza do instrumento - a entrevista - a incomparabilidade, sua riqueza e seu limite.

Lembramos ainda que, no momento em que as entrevistas foram realizadas, o conceito de cidadania tal como aparece no momento atual, não se tinha ainda disseminado.

E, apesar da minha condição de aluna em fase de elaboração de dissertação, desde o início das pesquisas cujas equipes integrei, estamos - mestranda e orientadora - conscientes dos problemas metodológicos que poderíamos enfrentar frente ao pouco rigor empregado.

A leitura que fizemos dos depoimentos permitiu-nos organizá-los a partir dos elementos comuns apontados pelas entrevistadas. Foi-nos possível perceber que determinadas referências apareciam na maior parte das entrevistas.

O relato da iniciação política das entrevistadas permitiu-nos detectar uma origem política comum - a participação religiosa nas Juventudes estudantis organizadas na década de 60 pela Igreja Católica - a várias mulheres, todas situadas na faixa etária de 35/50 anos. A partir da iniciação política, procuramos rastrear a trajetória dessas mulheres até o momento da entrevista.

Alguns elementos surgiram enquanto categorias de análise de nosso problema, em vista de sua importância, em termos de participação e exercício da liderança, e de sua presença na maioria dos depoimentos. Assim, os sentimentos de medo e despreparo emergiram e nos fizeram refletir sobre o seu significado nas experiências daquelas mulheres.

Bastante associada a essa primeira categoria, uma outra surgiu, tornando-se central em nossa análise: as questões relativas à fala, ao uso público da palavra pelas mulheres.

Devido à densidade dessa categoria, consideramos que ela articula os vários aspectos envolvidos na participação de nossas entrevistadas. Tanta centralidade e importância lhe atribuímos que ela veio a dar nome a este trabalho: "Do ruído à fala" - análise da experiência de participação política de mulheres em Minas Gerais na década de 75/85, em partidos, sindicatos e movimentos sociais de mulheres.

Presente no título, uma trajetória sugerida, vivida como uma experiência de aprendizagem, socialização e construção de

novos sujeitos, através da produção de novas leituras do mundo e de seu lugar nele.

A Educação, num outro ramal, fez-se presente nos depoimentos, enquanto falta ressentida, carência e despreparo.

Onipresentes, articulando-se à fala, à Educação e à socialização, as questões atinentes ao poder: dificuldades, enfrentamentos, competição, elementos inerentes às práticas políticas, assim como a solidariedade, as alianças e os projetos comuns.

Essas foram as categorias utilizadas na análise do material que havíamos recolhido.

Para a apresentação de nossa análise estruturamos o trabalho da forma descrita a seguir.

No primeiro capítulo, apresentamos um breve estudo sobre a cidadania, seu surgimento enquanto um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Para isso, baseamo-nos em MARSHALL (1967), clássico liberal sobre o tema, e tentamos mostrar outras abordagens para a mesma questão. Procuramos tratar da articulação entre cidadania e Educação, reportando-nos a autores que trabalham nessa direção. Buscamos, ainda, situar a questão da cidadania no Brasil, e, mais especificamente, em relação às particularidades da mulher enquanto cidadã. Nesse sentido, trabalhamos com autores que se ocupam dessa questão e a articulam com a luta pela cidadania, hoje em processo no País. Nosso esforço, sempre que possível, foi trazer as discussões para o âmbito do estado de Minas Gerais.

No segundo capítulo, discutimos a participação política da mulher nos partidos, sindicatos e movimentos sociais de mulheres. Primeiramente, introduzimos a discussão sobre a participação política da mulher e as especificidades da formação social mineira. Debates algumas questões postas pela particularidade de Minas, suposta ou real, no cenário político nacional, as transformações ocorridas no estado, principalmente no período estudado, no que diz respeito à economia, a política e a cultura, perseguindo sempre a situação específica das mulheres. Num segundo momento, tratamos mais detalhadamente das três dimensões estudadas: partidos, sindicatos e movimentos de mulheres. Em todas essas dimensões, procuramos apresentar dados que situassem as mulheres no contexto, tratado sem perder a singularidade de sua inserção. Assim, ao tratar da participação partidária, discutimos um pouco a questão mais geral dessa participação, no País e no estado, e a especificidade das mulheres frente aos partidos. O mesmo fizemos em relação aos sindicatos e aos movimentos sociais. Isso foi realizado a partir da definição da abordagem teórica que pretendíamos dar ao tema, e articulando esse capítulo com o seguinte, a partir dos aspectos comuns aos diferentes espaços.

No terceiro capítulo analisamos os depoimentos de nossas entrevistadas sobre as suas experiências de participação, especialmente as dificuldades e facilidades de um trabalho político. Tentamos perceber os elementos comuns às diferentes experiências, bem como aqueles que as distinguem, remetendo-os sempre ao espaço em que essa prática se dava. Nosso intuito: perceber as diferentes características apresentadas nas diversas inserções, tendo em vista as análises já produzidas sobre as experiências políticas de mulheres no Brasil, bem como em outras regiões, nacionais ou

não. As experiências estão apresentadas tematizadas, através das categorias que emergiram dos próprios depoimentos, já enunciadas anteriormente.

O destaque dado aos depoimentos das mulheres negras merece ser comentado. Apesar de não pretendermos isolá-las numa análise à parte, a especificidade de sua inserção obrigou-nos a isso. As mulheres negras experimentam uma dupla determinação: gênero e cor, que se traduz em uma dupla discriminação. Em sua existência, cruzam-se a discriminação por sua condição feminina, e a discriminação por ser negra, sendo a primeira condição vivenciada dentro da segunda. No que se refere aos dados sobre a presença das mulheres nos partidos, não nos foi possível obter informações desagregadas por cor. Já nos sindicatos, uma de nossas entrevistadas é negra, porém, em seu depoimento, esse elemento não ganhou destaque, tendo aparecido somente a partir de uma pergunta que lhe fizemos. Não havendo sequer dados sobre a sindicalização feminina no Estado, mostrou-se quase impossível encontrarmos informações discriminando outras especificidades: raça, estado civil, filhos, escolaridade. De acordo com FILGUEIRAS (1988) e SILVA (1989), na força de trabalho feminina as mulheres negras estão em piores condições salariais do que as brancas na mesma situação e são em maior número analfabetas, apresentando ainda, menor taxa geral de escolarização. No espaço do movimento social de mulheres, a especificidade da situação da negra não era praticamente abordada, especialmente nos grupos feministas, cuja principal preocupação era a discriminação de gênero comum a todas as mulheres, a despeito de cor, classe social, idade, etc. Essa questão é muito recente no movimento de mulheres, e se fez presente a partir da organização do movimento negro. As mulheres negras, entrevistadas como

participantes de movimento social, militam no movimento negro e, nesse espaço, tentam discutir a interseção das duas discriminações: de raça e de gênero. Assim, este trabalho reflete essa singularidade, tratando à parte algumas questões colocadas pelas entrevistadas negras, que tiveram um destaque não previsto inicialmente.

Nas considerações finais, articulamos algumas idéias centrais já sugeridas no correr do texto e apontamos algumas questões que mereceriam outros estudos.

CAPÍTULO I

CIDADANIA E EDUCAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO

CIDADANIA E EDUCAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO

O conceito moderno de cidadania surge, juntamente com a burguesia, na passagem do feudalismo ao capitalismo. Na constituição dessa ordem social, emerge um novo sujeito: o *citoyen*, habitante do burgo.

O pensamento burguês em formação vai romper com o estabelecido pela ordem feudal, quando afirma que todos os homens são naturalmente iguais; nascem iguais: são livres e proprietários de si mesmos. Não mais existem privilégios natos; as coisas do mundo deverão ser apropriadas pelo trabalho. Essa igualdade se realiza na troca baseada no contrato entre cidadãos livres e iguais, e na igualdade jurídica: "... a lei é igual para todos e todos são iguais perante a lei". (BUFFA, 1987, p. 18)

A cidadania diz respeito aos direitos legais a que todos fazem jus enquanto participantes da sociedade. A construção desses direitos se deu ao longo dos três últimos séculos, e seu desenvolvimento não se processou homogeneamente. Segundo MARSHALL (1967, p. 63), os elementos que constituem o conceito de cidadania são três: o civil, o político e o social.

- "O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual - liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça;
- o elemento político como o direito de participar no exercício do poder político, enquanto um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo;
- o elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade".

Os direitos civis foram os primeiros a se formar e podem ser datados do século XVIII. Anteriormente, na sociedade feudal, não havia qualquer código uniforme que estabelecesse os direitos e deveres que os indivíduos gozavam, por sua participação na sociedade.

"Não havia, nesse sentido, nenhum princípio sobre a igualdade dos cidadãos para contrastar com o princípio da desigualdade de classes."
(MARSHALL, 1967, p. 64)

A ênfase dos direitos civis centrou-se em seu aspecto econômico: a liberdade de trabalho, em termos de ocupação e local, e de estabelecer contratos livres. A plena aceitação desse princípio, a liberdade econômica individual, significou a consolidação dos direitos civis.

"Quando a liberdade se tornou universal, a cidadania se transformou de uma instituição local [citadina] numa nacional". (MARSHALL, 1967, p. 69)

A construção dos direitos políticos tem lugar após a consolidação dos direitos civis. Nesse caso, tratou-se de estender a outros setores da sociedade um direito que já existia para poucos. Inicialmente, durante o século XIX, os direitos políticos eram estreitamente vinculados aos direitos civis e decorrentes de seus aspectos econômicos. No século XX, esse eixo sofreu um deslocamento: a base dos direitos políticos passou do econômico para o pessoal. Os direitos políticos passam a vincular-se diretamente à cidadania, a partir da adoção do sufrágio universal em 1918.

Os direitos sociais, por sua vez, formaram-se e passaram a compor a cidadania somente no século XX. Sua origem está na participação nas comunidades locais e nas associações. Esse processo mostrou-se particularmente mais complexo, uma vez que a conotação protecionista desses direitos conflitava com

a concepção capitalista da liberdade individual dos cidadãos, expressa na noção de direitos civis. A própria noção de cidadania era incompatível com qualquer forma de protecionismo: salarial, previdenciário, etc. MARSHALL (1967) exemplifica bem esse conflito, ao relatar que a legislação regulamentadora das atividades fabris negava-se a estender sua proteção aos homens, ato inconcebível diante de sua condição de cidadãos. As mulheres, assim como as crianças, por não possuírem o estatuto de cidadania, eram por ela protegidas. É interessante notar que a colocação das mulheres, juntamente com as crianças, em um mesmo plano, depreciando-as em sua condição de sujeito adulto e maduro, é uma idéia que perdurará até a atualidade, caminhando *pari passu* com a "minoridade" ou relativa incapacidade da mulher, solteira ou casada. No Brasil, somente em 1962, com a promulgação do Estatuto da mulher casada, foi-lhe outorgada capacidade jurídica plena, já que, até então, ela era considerada "relativamente capaz".

Essa concepção se reflete, também, na legislação trabalhista, que distingue mulheres e menores do conjunto dos trabalhadores, sob o pretexto de protegê-los.

Nessa mesma direção apontam as considerações de MORAES FILHO (1976, p. 3):

"... parece que o destino das mulheres foi o de andar sempre confundidas com os menores, em qualquer dos ramos da ciência jurídica".

Essas observações apontam para o caráter menor (limitado, tutelado) da cidadania feminina no País, e estão em consonância com ele.

Ainda segundo MARSHALL (1967), foi somente a partir do reconhecimento da necessidade da educação primária pública e

de seus desdobramentos, no nível da cidadania, que os direitos sociais conquistaram espaço, enquanto componentes desse conceito.

É preciso compreender o processo que levou a esse reconhecimento, uma vez que este se deu em uma sociedade regida por um forte sentimento individualista, em que qualquer intervenção do Estado era vista como desrespeito e intromissão na vida dos cidadãos. É certo que as crianças não possuíam (e não possuem hoje) o estatuto de cidadania, mas a educação obrigatória da infância se refletirá no cidadão adulto.

Além desse individualismo, temos também, enquanto idéia fundante, a noção de igualdade natural entre os homens, o direito de igualdade de oportunidade, traduzido por MARSHALL, (1967, p. 101) como "o direito igual de ser reconhecido como desigual". Assim, o projeto de Educação para todos (sem significar igual educação para todos) parece ter estreita relação com esse princípio.

De outro lado, a educação da infância permite formar e moldar o cidadão de acordo com as exigências da nova ordem social: da produção e/ou da convivência democrática. Segundo BUFFA (1987), era necessário quebrar as resistências existentes ao processo de trabalho, agora baseado no controle e na racionalidade.

Paralelamente, o processo de consolidação da burguesia vai burilando a noção de cidadania e associando-a progressivamente à propriedade. Citando DIDEROT e BURDEAU, BUFFA (1987, p. 26) afirma: "é a propriedade que faz o cidadão". O cidadão é aquele interessado na coisa pública, pois lhe

importa a sua boa gestão. "[a propriedade]... é uma garantia de independência econômica, necessária à liberdade de espírito." Estabeleceram-se, então, dois padrões de cidadania: para os proprietários, a cidadania plena; e, para os não proprietários, uma cidadania de segunda classe. A cada tipo corresponderia um projeto educativo: uns, em preparação para o exercício do comando da sociedade, e os outros, para o aceite da ordem social e da disciplina da produção.

"O que se propõe para a maioria da população é pouco; é o mínimo. Aquele mínimo necessário para fazer do trabalhador um cidadão passivo que, apesar de tudo, tem alguns direitos". (BUFFA, 1987, p. 28)

A Educação aparece, portanto, como elemento constituidor de cidadania, de conquista da liberdade, e também como mecanismo de controle social, ocupando um lugar central na nova ordem em constituição. Será ela quem possibilitará vencer a barbárie e estabelecer o processo civilizatório. Na nova ordem, serão aceitos, enquanto participantes, apenas os civilizados, os racionais, os educados. O reino da liberdade pertence àqueles que venceram a barbárie e aprenderam a nova racionalidade; os que se tornaram modernos. Contudo, importa ressaltar que esse processo é coalhado de contradições, e não se pode dizer que, ao longo de sua constituição enquanto classe hegemônica, a burguesia tenha defendido as mesmas idéias. Num primeiro momento, quando ainda propugnava idéias revolucionárias, sustentou os ideais de liberdade e igualdade para todos. Durante o processo, alguns vão se tornando mais iguais do que outros... Trata-se de uma luta, havendo, portanto, resistências, recuos e avanços.

Na medida em que o capitalismo se consolida, aumentam também as resistências. Faz-se necessária a construção de uma visão de realidade que mostre ser o progresso para todos. É

preciso desmontar os mecanismos que obstaculizam o caminho do progresso. É preciso atuar para impedir a desordem, aparecendo a educação do povo como uma estratégia possível.

"Um povo instruído e inteligente é, além disso, geralmente mais decente e ordeiro do que o povo ignorante e estúpido (...) são (cada um individualmente) menos susceptíveis de ser desencaminhados para qualquer oposição injustificada, ou desnecessária às medidas do governo". (ADAM SMITH, citado por ARROYO, 1987, p. 55)

A centralidade que a Educação vai adquirir deve ser entendida dentro desse contexto. Aí será forjada a associação entre Educação e participação, muito útil às classes dominantes. Essa centralidade e a importância atribuída à Educação é, ao mesmo tempo, real e imaginária: nem só ideologia, nem só realidade.

A ordem social burguesa é baseada na cultura letrada, científica. Pertencer a essa sociedade e participar dela implica ter acesso a essa cultura e a essa civilidade. Entretanto, para ARROYO (1987), condicionar a participação política a uma cultura letrada tem servido para escamotear o impedimento dessa participação e a exclusão da cidadania de grande parte da sociedade, os trabalhadores. Romper com essa associação, já parte integrante do imaginário social, é tarefa necessária e difícil.

Para ARROYO (1987, p. 40), recolocar a questão da relação entre Educação e cidadania, passa pelo questionamento da Educação enquanto pré-condição para que o homem comum exista como cidadão:

"A questão não está em que mais súditos ou mais excluídos sejam agraciados com a identidade que lhes dê direito a passar para o reino da liberdade e da participação (...) É necessário questionar, porque condicionar liberdade, participação e cidadania a essa educação, a essa civilidade e a essa racionalidade".

A CIDADANIA NO BRASIL

PAOLI (1985) tratando da questão da cidadania no Brasil, refere-se basicamente a três momentos históricos, conformando modelos distintos de cidadania.

O primeiro deles, foi gestado junto com a construção do Estado nacional independente, em 1822. O corte patrimonialista do Estado, associado a garantias jurídicas de autonomização civil, gerou um tipo singular de cidadão assim caracterizado por ADORNO, citado por PAOLI (1985, p. 75):

"... o saber jurídico, articulando práticas institucionais com a ordem jurídica, vai constituir a noção de cidadania na sociedade patriarcal brasileira, transformando e transfigurando o elemento senhorial num tipo socialmente singular: o senhor-cidadão".

Esse senhor-cidadão detinha o poder doméstico e o poder público, confundindo-se, na prática, as esferas pública e privada. Essa personificação do poder dificultava às pessoas a ele submetidas a formação do conceito de Estado como um poder central, composto por um conjunto de funções, gestor da coisa pública e, portanto, dissociado dos interesses privados de um único indivíduo ou grupo. Nessa posição estavam todos os não-cidadãos: escravos, e demais homens livres, inclusive as mulheres, mesmo "as senhoras".

O novo rosto do senhor-cidadão, mais cidadão, será redesenhado a partir das mudanças socioeconômicas em curso na sociedade brasileira a partir da metade do século XIX: da cafeicultura à emergência das primeiras fábricas, enfim, com o esboço de uma "cultura urbana". Nesse momento, o senhor-cidadão não mais personificará o poder, e a fronteira entre a coisa pública e o mundo privado começa a se esboçar. Isso vai dar-se ao longo da Primeira República. O dinamismo da sociedade civil, expresso pela organização de movimentos

sociais vários, dentre os quais os de operários, negros e mulheres, força a ruptura da "... cidadania exclusiva do tipo dominante que o liberalismo republicano não conseguiu disfarçar na promessa de uma cidadania jurídica formal" (PAOLI, 1985, p. 91)

No Estado que emergiu de 1930, e, principalmente, de 1937, um novo modelo de cidadania é instituído. SANTOS (1979) vai cunhar a expressão "cidadania regulada" para referir-se a ele.

O Estado Novo toma a si a tarefa de construir uma nova ordem, homogeneizando, por decreto, uma sociedade construída radicalmente na diversidade. Nomeia quem pode falar e ser ouvido na "comunidade nacional": exclusivamente os que são considerados produtores diretos da riqueza nacional..." (PAOLI, 1985, p. 91)

A associação entre cidadania e ocupação está posta, e só serão reconhecidos enquanto cidadãos

"... aqueles membros que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A cidadania está embutida na profissão (...) e tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece". (SANTOS, 1979, p. 75)

O sujeito social por excelência é o sindicato, tanto os representantes das "classes produtoras" quanto os das classes trabalhadoras.

A despeito dos tipos de cidadanias vivenciados no País, a idéia da vinculação entre Educação e participação política, o primeiro termo condicionando o exercício do segundo, sempre esteve presente no discurso das elites brasileiras. A ideologia liberal "à brasileira" parece haver-se inspirado, portanto, nas idéias apresentadas anteriormente.

Segundo ARROYO (1987), as elites autoritárias e liberais se unem no discurso do despreparo do povo para o exercício da cidadania, seja nos períodos de negação da participação política, seja nos curtos intervalos de abertura. O que distingue uma da outra é o fato de as elites liberais se dizerem a favor da educação do povo como preparação para a participação. Uma expressão dessa postura pode ser vista em SANTOS, citado por ARROYO (1981, p. 32):

"Não estaremos a revelar nenhum segredo dizendo que a grande maioria dos nossos atuais círculos governamentais e parlamentares não acredita no povo brasileiro como entidade consciente, não lhe reconhecendo, portanto, nenhuma capacidade de discernimento e liberação. O que se ouve a cada passo é que este povo, dado o seu grande atraso, do que precisa exatamente é de uma força que o tutele, o eduque e o conduza, protegendo-o mesmo contra si próprio, pois as suas deploráveis condições de educação e cultura o predispõem a todos os desatinos".

É interessante notar que, apesar de ter sido esse discurso pronunciado em 1944, a idéia de fundo - a incapacidade e o despreparo da maioria da população - continua sendo atual. Esse argumento pode ser encontrado, hoje, na maior parte dos discursos políticos, bem como enraizado na própria população excluída. Sintomas desse fenômeno podem ser percebidos em lugares-comuns do tipo: "trabalhador não vota em trabalhador", "mulher não vota em mulher". As elites políticas continuam acenando com a possibilidade de participação para aqueles que conseguirem um lugar na civilização, leia-se, cultura letrada. Os demais devem se esforçar para preencher os requisitos, enquanto o Estado e a classe política lhes cuidarão de oferecer condições de ampliação das oportunidades educacionais. Para um problema tão antigo, a solução proposta é também antiga: a promessa de resolução, através de maior investimento em Educação.

Além da insistência na incapacidade e no despreparo da maioria da população para o exercício da cidadania, a versão nacional da própria noção de cidadania enfatiza o componente "dever" frente ao componente "direitos".

A tradição liberal brasileira tenta compatibilizar o individual com o bem comum, como se a sociedade fosse uma comunidade norteada por um interesse coletivo consensual (ARROYO, 1987, p. 56). A proposta educacional gerada nessa matriz de raciocínio é: "... educação para a harmonia, para o respeito à lei, a compreensão e aceitação dos interesses coletivos". Assim, segundo o autor, o dever social deverá reger a vida do indivíduo, e a educação para a cidadania se restringirá à formação para a colaboração no bem comum e para a superação do indivíduo possessivo.

Essa compreensão da cidadania não considera uma dimensão fundamental no conceito - a participação no poder. Desprezando e negando esse aspecto, a proposta de formação do cidadão não prepara para o conflito, para a disputa do poder. Ao contrário, centra-se na renúncia ao poder, em nome de uma utópica sociedade fraterna.

"Não será brincando de democracia na escola que o cidadão aprenderá a construir a democracia; não será desprezando o poder que se fortalecerá o povo para a conquista e o exercício do poder." (ARROYO, 1987, p. 63)

Ainda na tentativa de compreender a questão da cidadania e da formação do cidadão, é importante lembrar que as conquistas democráticas e a ampliação dos direitos de cidadania foram frutos de pressões e lutas políticas na sociedade. Pensar esse processo constituído na prática social e política das classes sociais significa pensar essas lutas

BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

como momentos de construção da cidadania. A constituição da identidade política e da cidadania de um grupo social não mais estarão condicionados à Educação, sendo esta, ao contrário, parte integrante desse processo.

Assim, seguindo a linha de pensamento do historiador THOMPSON (1987, p. 10-11), a classe seria pensada, enquanto relação, a partir do partilhar de determinadas experiências (nas relações de produção), que possibilitem a articulação de sentimentos e interesses comuns a um conjunto de homens distintos contrariamente a outros homens, de interesses divergentes. A consciência de classe seria a expressão dessas experiências, no nível cultural: tradições, valores, idéias e formas institucionais.

A cidadania da mulher

A partir desse quadro geral, como pensar a cidadania da mulher?

Apesar de a discussão da questão da mulher na sociedade não poder ser tratada da mesma maneira que as questões de classe, parece-nos relevante dizer que as situações de classe são vividas por pessoas sexuadas, racialmente determinadas, etc. É assim que pensamos em olhar a questão da construção da cidadania de um grupo social, a partir de sua determinação sexual, sem desconsiderar, entretanto, a pertinência de classe.

Tentaremos, portanto, captar, nas organizações de mulheres, como essa questão é formulada, a construção dos interesses comuns, expressos nas pautas de reivindicações, e a consciência dessa identidade a partir desse processo. Ao

fazermos isso, vamos considerar, além dos grupos organizados, trajetórias de mulheres na sua constituição enquanto sujeitos políticos.

Afirmar que a mulher é uma cidadã de segunda classe já não representa nenhuma novidade. Desde a enunciação da secundaridade do sexo feminino, por Simone de Beauvoir, em 1949, essa "fórmula" tem sido utilizada para falar da condição feminina na sociedade.

Em se tratando do Brasil, onde a construção histórica da cidadania não foi simples para nenhum segmento social, as dificuldades encontradas pelas mulheres parecem ter sido ainda maiores (Ver SANTOS, 1979; WEFFORT, 1981; ALVES, 1980; PAOLI, 1985; RAGO, 1985).

PAOLI (1985) discute a situação da mulher na formação social brasileira e, trabalhando as formas tomadas pela cidadania, resgata a especificidade desta para as mulheres. Assim, conforme vimos anteriormente, no período inicial da República, o rosto do nosso cidadão é o do senhor: "o senhor-cidadão". E a mulher, a senhora, bem como as outras, que o espaço lhes cabia? Certamente, o da não-cidadania. A mesma autora assim o define:

"A imagem da senhora é a imagem do confinamento no interior da casa de fazenda, uma reclusão calcada no ócio, no descuido pessoal e no seu papel de gerar herdeiros para o patrimônio".
(p. 77)

Essa mulher sem substância, esvaziada de interesses próprios, estabelecia uma relação de crueldade com as escravas, sobre quem descarregava a sua frustração, uma vez que estas tinham, pelo menos, a sua sexualidade reconhecida. Entretanto, umas e outras compartilhavam uma condição comum:

o controle de sua sexualidade enquanto capacidade reprodutiva. Num pólo, a reprodução da força de trabalho, no outro, a de herdeiros (PAOLI, 1985). As demais mulheres livres, de classe baixa, eram levadas - pelas precárias condições econômicas e pela ausência de um padrão estável de reprodução, para usar expressão da autora -, a se profissionalizar. Viviam no limite da marginalidade, em desacordo com o padrão de moralidade vigente. Portanto, não se pode pensar também, para esse grupo social, em exercício da cidadania.

Com as transformações ocorridas na sociedade brasileira no sentido da urbanização, a situação se altera. No tocante ao nosso interesse, importa marcar a constituição propriamente dita da família burguesa, com a demarcação dos espaços públicos e privados, e a construção de uma intimidade do casal. Nesse contexto, o papel da mulher da classe dominante se redefine. A subjetividade feminina aparece ligada à família e, fundamentalmente, à maternidade. A mulher se civiliza para o exercício de seu novo papel: esposa e mãe, responsável pela educação da prole. Aquelas que não se enquadram no modelo do ideal sexual do amor matrimonial e da maternidade aparecem como transgressoras, desordeiras e desviantes. A partir dessa definição da condição feminina e do estabelecimento do seu locus como o lar, a cidadania lhe é negada, pois os seus atributos naturais a incompatibilizam para uma atuação pública. Ela se encontra sob a tutela conjugal. O contraponto a essa imagem encontra-se nas mulheres das camadas médias urbanas e das camadas mais baixas, que são obrigadas a se inserir no mercado sofrendo o peso da discriminação sexual.

A imprensa feminina, efervescente nesse período, (séc. XIX, Séc. XX), tratava dessas questões tentando demonstrar o bloqueio a que estavam submetidas as mulheres e a falsa

incompatibilidade entre a maternidade e o exercício da cidadania. Essa abordagem não discutia, porém, a base sobre a qual se erigia a subjetividade feminina: a maternidade, o matrimônio e o lar. Apesar de reificar essa subjetividade, o movimento de mulheres expresso na imprensa feminina reivindicava o estatuto de cidadãs para as mulheres, com a luta pelo direito ao voto.

Esse movimento não atingia a mulher trabalhadora. Restringia-se a tratar das questões femininas do ponto de vista da mulher da burguesia. Os interesses da mulher trabalhadora, a operária da nascente indústria nacional, ficaram a cargo do movimento operário, vale dizer, dos homens. Isso significou que as questões da mulher não foram devidamente colocadas. Faziam-se denúncias sobre as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidas as trabalhadoras, contudo, também para o movimento operário, a subjetividade feminina se definia pela maternidade sendo o lar o lugar da mulher. Seu papel, o de companheira do homem, engajada em seus problemas, mas ocupando-se da arena que lhe cabia: o lar. Portanto, não só o movimento operário não aventava a hipótese de direitos de cidadania para a mulher, como era contrário a essa luta. Através de artigos em jornais, o movimento de trabalhadores manifestou essa opinião e participou do debate nacional sobre o voto feminino, em campo oposto ao das sufragistas. Até hoje, o movimento operário não se preocupou com a mudança da legislação civil, no tocante à mulher. (ALVES, 1987)

No período final da Primeira República, fortaleceu-se a movimentação na sociedade civil, através da organização de vários segmentos sociais, além do operariado. Essas organizações do tipo associações civis de negros, mulheres,

etc. apontavam, segundo PAOLI (1985, p. 90), "para a formação explícita de uma identidade própria pela prática que permitia o reconhecimento mútuo". Entretanto, a cidadania que emerge da Revolução de 30, e sobretudo do Estado Novo, não é favorável à mulher.

A cidadania atinge somente aqueles vinculados a profissões reconhecidas pelo Estado, e o sujeito social e político reconhecido é o sindicato. Esse modelo exclui uma série de trabalhadores, não detentores do "estatuto legal" de trabalhadores (os rurais, os desempregados, etc.)

"Ficam também fora aqueles cuja situação específica é diluída no interior dessas duas grandes coletividades (produtores e trabalhadores) que formam a nacionalidade os que vivenciam o trabalho com sexo, cor, idade e qualificações distintas." (PAOLI, 1985, p. 92)

O movimento de mulheres, incapaz de incorporar a diversidade de significados vividos pelas mulheres de classes sociais distintas, e sem repensar as bases da subjetividade feminina dada, restringe sua atuação, como força complementar, a outras lutas de interesse nacional, lutas essas definidas fora do âmbito de sua organização.

Não é difícil compreender que, em uma formação social como a nossa, de forte tradição patriarcal e bastante hierarquizada, as mulheres encontrariam maiores dificuldades em se organizar, no sentido de avançar em suas reivindicações particulares.

Seria somente desde a década de 70, no marco do surgimento do movimento feminista internacional, que as mulheres brasileiras se organizariam a partir da formulação da problemática da mulher, enquanto opressão específica.

Essa organização será objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER: PARTIDOS, SINDICATOS E MOVIMENTOS
SOCIAIS DE MULHERES EM MINAS GERAIS, NA DÉCADA 75-85**

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER: PARTIDOS, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES EM MINAS GERAIS NA DÉCADA 75/85

A política, enquanto dimensão privilegiada do público, vem sendo, ao longo dos tempos, identificada como ofício de homens. A divisão sexual do trabalho, que se encontra na raiz dessa identificação, estabeleceu, ainda, que à mulher caberia o espaço privado, a esfera da reprodução. E, apesar das mudanças ocorridas nessa situação, a noção de política como território masculino mantém-se em vigor, continuando minoritária a presença feminina nessa área.

Note-se que essas afirmações geralmente se referem a uma noção estrita de política - as estruturas partidárias, espaços legítimos para essa prática. Nossa perspectiva, entretanto, não é essa. Partimos de uma noção ampliada de participação política, considerando como tal a atuação das mulheres não somente nos partidos, mas também nos sindicatos e movimentos sociais. Trataremos dessa atuação na década 75/85, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Estudar a participação política da mulher em Minas colocou-nos diante de algumas questões. O tradicionalismo geralmente atribuído ao mineiro, expresso inclusive no termo mineiridade, é referência constante. A imagem do estado no cenário político nacional está diretamente vinculada a esse mineirismo, sendo o estilo político mineiro demarcado em um "tipo ideal", composto basicamente de desconfiança, cautela, moderação e conciliação.

DULCI (1981, 1987) tem estudado esse fenômeno, na tentativa de compreendê-lo. Nessa direção, buscou resgatar as origens de nossa formação social. Aqui se configurou, durante o ciclo da mineração, uma sociedade de base urbana e

socialmente diferenciada. Com o declínio daquela atividade, a estrutura social se empobreceu, dicotomizando-se, e a sociedade se ruralizou. A oligarquia que se formou, hegemônica durante longo período, apresentava uma uniformidade política que concorreu para salientar o peso político do estado.

Em termos ideológicos, a moderação e a necessidade de conciliar ordem e liberdade marcaram essa oligarquia, contribuindo para a implementação de um *modus operandi* baseado na negociação e no compromisso.

Além disso, a posição geográfica de Minas - o centro, confluência de várias regiões - possibilitou a construção de um imaginário social no qual aparecia como unificadora do todo nacional, funcionando como fiel da balança nas questões políticas nacionais. Essa representação repercutia tanto no nível nacional como no âmbito do próprio estado. Em sua análise, DULCI (1981, 1987) afirma que as explicações para essa situação são de outra ordem, devendo ser buscadas na esfera econômica. O ritmo lento das mudanças na estrutura econômica do estado seria a peça mais importante na estabilidade do sistema de poder, uma vez que essa lentidão amortecia o impacto das mudanças, no nível sociopolítico.

A industrialização do estado, apesar de haver-se iniciado ainda no Império, ficou restrita a algumas pequenas áreas, não lhes rendendo patrimônio político condizente com sua importância econômica. Foi somente a partir da criação do distrito industrial de Contagem, em 1940, que teve início a diversificação da estrutura econômica, e a sociedade, pode-se dizer, começou a se urbanizar, com o incremento da população dita urbana.

No plano político, os partidos de cunho liberal-conservador predominavam, não tendo o trabalhismo adquirido, aqui,

maior expressão. A tônica da prática política era o clientelismo, bastante impermeável à participação das bases, e que se colocava como intermediador entre o Estado e suas benesses, de um lado, e a população, de outro. Essa situação parece haver-se estendido até mesmo após o golpe militar de 1964.

A reformulação partidária de 1979 não produziu muitas mudanças, no nível dos grandes partidos que daí emergiram, à exceção dos pequenos PT e PDT. A prática dos partidos maiores permaneceu marcada pelas negociações de cúpula e pelo descompromisso em relação aos próprios programas e às suas bases.

Foi ainda na década de 70 que ocorreram as mudanças de peso na estrutura produtiva e a diversificação econômica do estado. A aceleração do processo de urbanização da Economia - o "milagre mineiro" - deu-se no período de declínio desse processo, no nível nacional, e teve como carro-chefe os setores siderúrgico e metalúrgico (principalmente os ramos automobilístico e eletroeletrônico). Na Agricultura incrementou-se a capitalização das relações produtivas (FILGUEIRAS, 1988; CÓSER & FILGUEIRAS, 1988). As cidades incharam e, em decorrência do modelo excludente de desenvolvimento, as periferias urbanas e as favelas tornaram-se parte problemática da nova realidade urbana.

Grandes mudanças processaram-se também na composição da força de trabalho, diversificando-se os segmentos empregados na Indústria, provocando o assalariamento de setores médios, o aumento do número de trabalhadores em serviços públicos e a proletarianização acelerada dos trabalhadores rurais. Em relação à mulher, essas transformações foram da maior importância. Nesse processo, a participação feminina no conjunto da

população economicamente ativa triplicou (de 651.727, em 1970, foi para 1.845.373, em 1985, representando 31,4% do total), estando a maioria das mulheres concentrada no setor terciário - serviços domésticos, atividades sociais, comércio e administração pública (FILGUEIRAS, 1988).

Entre 1970 e 1980, a queda do índice de analfabetismo no estado foi maior entre as mulheres do que entre os homens, apesar de elas continuarem a ocupar a liderança dos percentuais de analfabetismo.

Segundo DULCI (1981, 1987), as eleições de 1986 retrataram as fortes mudanças ocorridas no estado. De um lado, cresceu a representação de empresários e trabalhadores, alterando o perfil da política mineira, e, de outro, a acelerada urbanização implicou também a urbanização das máquinas político-eleitorais. Esse fato acabou por ocasionar um certo declínio dos políticos de corte mais tradicional. O neopopulismo representado pelo atual governador vem buscando consolidar uma base popular e forçar o realinhamento das elites políticas, visando ao enfraquecimento dos grupos tradicionais. Na metade de seu mandato, a eficácia dessa estratégia está sendo questionada, em vista da derrota de seu partido na competição pela Prefeitura da Capital e do expressivo crescimento do Partido dos Trabalhadores.

A estrutura política que se configurou mostrou-se pouco permeável à aceitação de novos atores sociais, enquanto participantes políticos, quer fossem representantes de classes, quer fossem representantes de grupos. Nesse contexto, a situação da mulher parece ter sido ainda mais difícil.

É dentro desse quadro que se deve entender o tradicionalismo político mineiro - tanto o real como o

atribuído - consagrado no termo mineiridade, e é nessa direção que buscaremos compreender a participação política da mulher em Minas. A ausência feminina na esfera política é fato reconhecido, já fazendo parte do senso comum. Contudo, precisamos compreender melhor esse quadro: como explicá-lo, para onde aponta e qual a especificidade desse fenômeno em Minas.

Ao se estudar a situação da mulher, aspectos como participação na força de trabalho, níveis educacionais, idade, estado civil e taxa de fecundidade são sempre tomados como indicadores de sua presença na sociedade. Assim, a taxa de participação das mulheres na população economicamente ativa (PEA) é fator de reconhecida importância no estudo desse tema.

Em Minas, essa população sofreu uma aceleração na década 75/85 (se considerássemos o período 70/85, ela triplicaria (FILGUEIRAS, 1988) e, apesar de haver permanecido em níveis inferiores aos encontrados para o Brasil (1976 - BR: 28,8%, MG + ES: 24,8%; 1985 - BR: 33,5%, MG + ES: 31,4%)⁴, o seu aumento foi maior do que o nacional - BR: 4,7 pontos e MG + ES: 6,6 pontos. Esse dado condiz com a rápida urbanização ocorrida no estado no período, a qual, segundo DULCI (1987), alcançou o índice nacional em 1980. De acordo com o mesmo autor, esse processo de urbanização tem sido um dos fatores de maior impacto político na modernização mineira, e talvez esteja repercutindo na participação política da mulher.

Contudo, os reflexos desse acelerado crescimento da presença feminina na PEA devem ser melhor analisados. Se considerarmos onde se encontram essas mulheres, em que setor

⁴Os dados das PNADs 1976/1985 aparecem agregados para os dois estados. (FILGUEIRAS, 1988)

da Economia elas se alocaram e as condições em que o fizeram (salário, prestígio, qualificação), o impacto se relativizará. Segundo FILGUEIRAS (1988), elas se encontram principalmente no setor terciário, que, "coincidentalmente", abriga as profissões que exigem menor qualificação, têm menos prestígio e são mais mal remuneradas, além de apresentarem baixa produtividade e grande índice de irregularidades nas relações empregatícias. Também nesse setor se encontram as atividades consideradas femininas, compatíveis com a (des)qualificação das mulheres e, frequentemente, semelhantes às suas tarefas "naturais" (sobretudo de domésticas, enfermeiras e professoras).

Não é casual, portanto, o fato de que as mulheres sejam consideradas trabalhadoras secundárias e eventuais, uma vez que a sua entrada no mercado somente será possível a partir da solução do problema doméstico e em relação direta com as necessidades do grupo familiar. Essa situação apresenta certas nuances, dependendo da pertinência de classe. Também nunca é demais lembrar as precárias condições de infra-estrutura (berçário, creches, restaurantes) oferecidas pela sociedade aos trabalhadores com filhos, o que, dada a divisão sexual do trabalho, fará recair esse ônus principalmente sobre os ombros femininos. Após contornar todas essas dificuldades, a trabalhadora ainda sofrerá com o acúmulo de trabalho, pois as tarefas domésticas continuam sendo de sua responsabilidade.

De acordo com FILGUEIRAS (1988), no que toca a níveis salariais e educacionais, cabe dizer que as mulheres são em geral mais mal remuneradas do que os homens, e apresentam, normalmente, maior escolaridade do que a exigida pelas posições que ocupam.

Os índices de analfabetismo, importantes para o caso da participação eleitoral, mostram, em 1970, na população em faixa eleitoral (18 anos e mais), 41,57% de mulheres analfabetas para 33,39% de homens analfabetos. No ano de 1980, essas taxas haviam caído para 29,63% de mulheres e 24,09% de homens analfabetos. Ainda que a queda do índice de analfabetismo tenha sido maior entre as mulheres (11,94) do que entre os homens (9,30), aquelas permanecem liderando o percentual de analfabetismo.⁷

Os dados estatísticos mostram também que as mulheres permanecem na escola um número de anos superior ao dos homens, o que, entretanto, não tem redundado em níveis salariais mais altos.

Apesar de todas as mudanças apontadas, para FILGUEIRAS (1988), o mercado, em termos ideológicos, ainda é um mundo predominantemente masculino.

Reafirmando essa observação, o fato de a taxa de participação das mulheres na PEA no estado ser mais baixa do que a taxa nacional (1976: MG + ES = 24,8%, BR: 28,8%; 1985: MG + ES = 31,4%, BR: 33,5%)⁸ significa que, aqui, as mulheres participam em menor número da força de trabalho considerada ativa, apesar de seu expressivo aumento. Isso parece indicar uma maior dedicação às atividades domésticas, o que, para alguns setores, quer dizer exclusiva dedicação ao lar e à maternidade. Os dados apresentados por FILGUEIRAS (1988) confirmam essa análise: as taxas de atividades de mulheres casadas em Minas Gerais são menores do que as encontradas

⁷Dados calculados a partir dos censos demográficos e das PNADs.

⁸Os dados da PNAD e do IBGE 1976/1985 aparecem agregados para os dois estados. (FILGUEIRAS, 1988)

para o Brasil e para outras regiões, mostrando que o processo de incorporação de mulheres casadas à força de trabalho é mais lento em Minas do que na maioria dos outros estados.

A explicação para esse fato não é simples e parece-nos necessário buscar elementos nos padrões culturais, além das especificidades econômicas regionais. O referido tradicionalismo do mineiro também se expressa no nível da família e nas concepções sobre o lugar social de homens e mulheres, podendo estar-se refletindo nessa lentidão da mudança. Esses indicadores, associados ao contexto político mineiro, podem ajudar na compreensão da ausência da mulher do processo político, e em particular, políticopartidário. Se a estrutura política em Minas, de caráter tradicional, resiste à entrada de novos atores, em se tratando das mulheres, podemos esperar que essa resistência aumente, uma vez que sobre elas pesa, ainda, uma série de preconceitos culturais muito arraigados, cujo processo de mudança se dá lentamente. O hiato existente entre o processo econômico e o político parece ser maior em relação às mulheres.

Em outras palavras, podemos dizer que a situação das mulheres mudou, mas não o suficiente para transformar a sua condição subalterna. Trabalhadora secundária, sua identidade social permanece referida à esfera da reprodução (ao "lar") e à maternidade, e sua existência social atrelada ao homem - pai e marido, o que se refletirá, por sua vez, em uma cidadania secundária tornando-a uma cidadã cuja condição de sujeito está abafada.

A mulher e a participação partidária*

Vários estudos (BARROSO, 1982; TOSCANO & TABAK, 1982; TABAK, 1983; NEM/PUC, 1983) analisam a pouca expressão da participação feminina na esfera política e, mais propriamente, no nível das estruturas partidárias no Brasil.

Esse estranhamento mulher-política ou mulher-partido é uma realidade comum, guardadas as especificidades, aos países capitalistas desenvolvidos e aos menos desenvolvidos. Recentemente, MANNLE (1988), em uma coletânea sobre a mulher no século XXI, na Alemanha, apontou as dificuldades na relação entre a mulher e a política. Às portas do século XXI, 45% dos alemães e 41% das alemãs ainda acreditam ser a política assunto de homens. No Brasil e em Minas Gerais, a situação não parece ser mais promissora.

O eleitorado feminino

Em 1932, as mulheres brasileiras obtêm o direito à cidadania: podem votar e ser votadas, conquista fundamental na luta pela igualdade social, porém não suficiente. Importa saber como se vem dando o exercício desse direito, particularmente na década de 75-85, período analisado neste trabalho.

Em 1976, o eleitorado mineiro era de 4.716.177. Desse número, 2.015.125 eram mulheres, representando 42,73% do total. No interior do estado, a diferença entre o número de eleitores do sexo masculino e do sexo feminino crescia a favor dos primeiros.

*Esta parte foi desenvolvida junto à pesquisa-diagnóstico sobre a situação da mulher na década 75-85.

Quase dez anos após, deparamos com a seguinte realidade: em Minas Gerais, o eleitorado (1985) salta para 6.843.487, dos quais 3.126.679 são mulheres, o que nos dá uma participação de 45,68%. Os nossos dados demonstram que, nesse ano de 1985, a diferença entre o número de homens e mulheres eleitoras era de 590.129 a favor dos homens, e a diferença entre a população masculina e a feminina alfabetizada, na faixa de 20 anos e mais, era de 1.898, também a favor dos homens. Apesar de não termos dados sobre a população de 18 a 20 anos, esses números podem dar-nos algumas pistas. A diferença entre o alistamento masculino e o feminino é muito superior à diferença encontrada na população potencialmente eleitora. Se considerarmos, ainda, que, quanto mais se desce na faixa etária, mais aparecem mulheres alfabetizadas, teremos essa diferença potenciada. Se tivéssemos dados cobrindo toda a faixa eleitoral, poderíamos verificar se a diferença entre os eleitores potenciais e a população alistada varia em relação a homens e mulheres, e em que direção.

Como explicar essa diferença no alistamento eleitoral, se a população feminina é ligeiramente superior à masculina? Segundo Blay, citada por MORAES (1985, p. 53), ela pode ser atribuída ao maior percentual de analfabetismo entre as mulheres e à maior necessidade que os homens têm do título de eleitor para a obtenção de empregos. Isso porque a ocupação que mais absorve mulheres, o emprego doméstico, não exige a apresentação do referido documento. Para BARROSO (1982, p. 156), porém, a suposição é de que "as razões para a significativa diferença dos inscritos estaria na condição discriminada da mulher".

A hipótese da autora aponta para a discriminação social da mulher, como chave para a sua baixa participação

eleitoral. Apesar de acreditarmos ser essa hipótese o veio explicativo mais rico para a compreensão do fenômeno, pensamos que ela mereceria um maior aprofundamento.

Em 1986, uma antiga reivindicação é conquistada, o direito ao voto é estendido ao analfabeto. Faz-se necessário verificar se houve alterações significativas no alistamento e para onde apontam. De qualquer forma, porém, evidencia-se um comportamento diferenciado entre homens e mulheres, as quais, apesar de haverem conquistado o direito à cidadania há mais de cinquenta anos, não o vêm exercendo em toda a plenitude. Isso fica mais nítido se considerarmos que a realidade em Minas Gerais não se distancia muito da do restante do País, em que a taxa de alistamento feminino se encontra na faixa de 45%, conforme PIMENTEL (1982).

Candidaturas e eleições

Os dados coletados confirmam a baixa participação das mulheres no processo político-eleitoral. Conforme se pode ver no quadro que se segue, é mínimo o número de mulheres que se candidataram à Assembléia Legislativa e à Câmara Federal, e ainda menor o número das que conseguiram eleger-se. Esses dados tornam-se mais chocantes se comparados ao número de homens que concorreram aos mesmos pleitos. (ver Quadro em anexo, p. 128)

ANO	ASSEMBLÉIA		CÂMARA	
	CANDIDATAS	ELEITAS	CANDIDATAS	ELEITAS
1974	3	1	1	0
1978	2	0	2	1
1982	8	1	6	1
1986	84	2	44	0

Nas eleições de 1974, as mulheres representavam 1,64% dos candidatos, por todos os partidos, à Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Em 1978, esse percentual caiu para 0,83%, voltando a crescer, em 1982, para 2,99%. Em 1986, foi atingido o maior percentual: 9,77%. Esse crescimento, ainda que insuficiente, não se refletiu nos resultados eleitorais. O número de candidatas eleitas para a Assembléia Legislativa não revela uma tendência constante. Em 1974, elas representavam, para o conjunto dos partidos, 1,33% dos deputados estaduais. Em 1978, nenhuma mulher foi eleita. Em 1982, elas subiram a 1,35% das bancadas do conjunto de partidos em Minas Gerais. Nas eleições de 1986, as mulheres atingiram 2,66% dos eleitos por todos os partidos em Minas.

Em relação à Câmara Federal, algo diferente ocorreu. O número de mulheres candidatas pelos partidos, no estado, representava em 1974, 1,33% do total dos concorrentes, passando a 2,08% em 1978. Em 1982, houve um aumento, e elas atingiram 5,26%. Em 1986, as mulheres alcançaram 11,83% do total de candidaturas, revelando um aumento significativo em relação aos pleitos anteriores. Quando analisamos os resultados eleitorais, verificamos um resultado inconstante. Em 1974, nenhuma mulher se elegeu no conjunto dos partidos; em 1978, o percentual atingiu 2,13%, decrescendo nas eleições de 1982: 1,85%. Em 1986, nenhuma mulher se elegeu, por Minas, à Câmara Federal.

Se, ao invés de tomarmos a participação feminina em percentuais, pensarmos no número de mulheres presentes nas Assembléia Legislativa e na Câmara Federal, veremos que, de 1974 a 1986, ele passou de zero para duas representantes no nível estadual; no nível federal, em 1974 nenhuma mulher se elegeu, mantendo-se estável o número de eleitos nos dois próximos pleitos, com uma representante. E, 1986, nenhuma mulher se elegeu.

Ao longo da década, foram os partidos de oposição (PMDB, PT, PDT) e, particularmente, em 1986, os pequenos novos partidos os responsáveis pelo lançamento do maior número de candidaturas femininas. Isso significou um aumento do espaço político das mulheres, mesmo que este seja ainda insuficiente.

Além da Assembléia Legislativa e da Câmara Federal, foram coletados, também, dados sobre o Senado e o Governo de Estado. Em relação ao Senado, ao longo da década, apenas duas candidaturas femininas foram lançadas em Minas: em 1982, pelo PT, e, em 1986, pelo PSB. Até hoje, nenhuma mulher se elegeu senadora. Alguns autores que vêm trabalhando com o tema apontam essa tendência como nacional e tentam atribuí-la ao fechamento progressivo das instâncias políticas mais altas à penetração feminina. Segundo TABAK (1982, p. 99) somente 80 anos após a Proclamação da República e 47 anos após a obtenção do direito feminino ao voto, uma mulher chega ao Senado, para assumir o posto de seu companheiro de chapa, que havia morrido.

Em termos do Governo do Estado, uma única mulher concorreu ao cargo até 1986. Isso se deu nas eleições de 1982, pelo PT. Em 1986, a chapa do PMDB que concorreu ao Governo do Estado tinha uma mulher como candidata a vice-governadora.

As eleições de 1986

Nas eleições de 1986, especialmente importante por se tratar da escolha do corpo de políticos responsáveis pela elaboração da nova Constituição do País, o número de mulheres candidatas cresceu bastante, demonstrando um aumento do espaço político das mulheres nos partidos. Para a Assembléia Legislativa, apresentaram-se 84 candidatas; dessas, somente duas se elegeram: uma, pelo PMDB, e outra, pelo PT.

Concorreram à Câmara Federal 44 mulheres, mas Minas Gerais não fez nenhuma deputada constituinte.

Como entender um resultado tão baixo numa eleição tão importante? As eleições de 1986 foram marcadas pelo grande número de siglas que se apresentaram ao eleitorado (16); pelo alto custo das campanhas; pelas dificuldades decorrentes da lei eleitoral de acesso aos meios de comunicação (rádio e TV), e, também, pelo alheamento da população em relação à eleição dos constituintes. Como se realizavam eleições gerais, inclusive para o Governo da Estado, a ênfase da disputa e o tom das campanhas, muitas vezes, ficaram centrados nesse cargo.

As mulheres que concorreram nessas eleições estavam concentradas em partidos menores, em sua maioria desconhecidos do público.

Para a Assembléia Legislativa, as siglas que mais lançaram candidaturas femininas foram: PT, 19; PTB, 9; PC do B, 11. O PMDB lançou 114 homens e duas mulheres, das quais uma se elegeu. Em relação ao PT, cabe lembrar que muitos dos nomes eram considerados como "candidatos frios", não estando realmente no páreo. Entre eles, figuravam homens e mulheres.

Para a Câmara Federal, tivemos o PMDB com 78 candidatos, o MPM com 75. Entretanto, quando tratamos da participação das mulheres no processo eleitoral, não nos basta preocupar-nos com o número de candidatas. Importa, também, analisar se são candidaturas engajadas na luta das mulheres, se suas plataformas eleitorais refletem as reivindicações do movimento social de mulheres. Não é suficiente que a candidata seja mulher, antes é preciso que ela tenha, como

compromisso político, a luta das mulheres. Sob essa ótica, homens também poderiam ser representantes dos interesses femininos, o que, de fato, ocorreu em um dado momento.

Os programas dos partidos e a questão da mulher

É recente, na história dos partidos no Brasil, a menção, em destaque, da questão da mulher. Ela se deu a partir do crescimento do movimento de mulheres na última década, que pressionou todas as instâncias da sociedade no sentido de ver reconhecida a discriminação a que aquelas estão submetidas.

Assim, quando elas se fizeram visíveis, enquanto sujeitos políticos, ocorreu o seguinte fenômeno: de um lado, as mulheres buscaram espaço, inclusive, nos partidos políticos e, de outro, os partidos foram levados a admiti-las, quer por razões eleitoreiras, quer pelo reconhecimento da relevância de sua participação. Esse movimento é tenso, e a configuração do real espaço que lhes cabe nos partidos é, ainda, uma questão polêmica para o movimento de mulheres.

A partir da reforma partidária de 1979, a maioria dos partidos incluiu, em seus programas, item tratando especificamente da questão da mulher. Primeiramente, o PMDB, o PP, o PT e o PDT e, num segundo momento, o PCB, o PC do B, o PSB. Não há grandes diferenças entre os conteúdos desses programas, e várias autoras já mostraram suficientemente esse aspecto (MORAES, 1985; PIMENTEL, 1982; BARROSO, 1982; TABAK, 1983). É interessante notar que a absorção da problemática da mulher parece haver-se dado muito mais no nível do discurso programático do que na prática cotidiana dos partidos, como demonstram os números de legendas concedidos a homens e mulheres. (Ver quadros em anexo p. 129-132)

As eleições de 1982 marcaram uma diferença em relação às anteriores: as mulheres organizadas (grupos feministas autônomos e grupos de mulheres) elaboraram uma carta-programa da mulher e se propuseram discuti-la com os candidatos interessados em seu apoio político.

Estrutura partidária, hierarquias e militantes: a presença das mulheres

Em relação às propostas da organização partidária das mulheres, existem, basicamente três posições: ou o problema nem sequer é levantado; ou há uma proposta de criação de um departamento feminino (PMDB); ou se tenta a integração da mulher ao partido com comissões específicas para a questão feminina (PT), conforme se pode ver em BARROSO (1982).

No PMDB mineiro, o departamento feminino, criado em 1979, expandiu-se e passou, em 1982, a denominar-se PMDB Mulher. Foi a sua fase mais ofensiva, e coincidiu com o período eleitoral.

As mulheres mineiras petistas organizaram-se e constituíram a Comissão de Mulheres do PT. Em 1987, foi criado, por algumas mulheres que integravam a comissão, um núcleo que se denominou Núcleo Feminista do PT. As duas instâncias coexistem e estão formalizadas no interior do partido.

Em partidos como o PDS, a "questão da mulher" foi ignorada.

Todavia, torna-se necessária uma reflexão sobre a incorporação dessa temática pelos partidos. São, em geral, propostas genéricas e abrangentes, importando verificar como são implementadas no dia-a-dia dos partidos.

A participação da mulher na hierarquia dos partidos é muito pequena, exceção feita ao PC do B, de cuja Executiva Estadual (comissão provisória) de 11 membros, 6 são mulheres, uma delas ocupando, inclusive, a presidência.

Em termos de filiações, as diferenças entre homens e mulheres persistem. Os dados obtidos são da Região Metropolitana de Belo Horizonte, composta da Capital e de mais treze municípios. A situação, em 1986, é a seguinte: o PMDB é o partido com o maior número de filiados, sendo 36.109 homens e 30.878 mulheres, representando, estas últimas 46% do total. Em segundo lugar, a uma grande distância, vem o PT. São 5.420 homens e 4.069 mulheres, que correspondem a 42% dos filiados. A seguir, vem o PDT, com 5.406 homens e 2.775 mulheres; o PTB, com 4.002 homens e 3.245 mulheres, o PDS, com 4.844 homens e 3.691 mulheres, e o PFL, com 2.856 homens e 2.479 mulheres. Os demais partidos não alcançam sequer 1.000 filiados. O caso dos partidos comunistas deve ser visto à parte, devido ao longo tempo de clandestinidade a que eles foram submetidos.

Ao pensarmos sobre a questão da filiação partidária, é preciso termos sempre presente a situação de distanciamento dos partidos políticos dos eleitores, bem como a fragilidade da prática militante, em termos de suas bases. Os partidos praticamente se autonomizam em relação às bases, reduzindo-se às cúpulas dirigentes, exceção feita àqueles portadores de nova proposta, como o PT.

Para além desse tipo de participação - de militante ou de quadro dirigente -, não nos foi possível averiguar os outros espaços que as mulheres ocupariam nas estruturas partidárias, ou, mesmo, no cotidiano dos partidos. Se não podemos, porém, dizer da proporção de mulheres delegadas às convenções, por

exemplo, podemos levantar alguns pontos para reflexão. O trabalho invisível que as mulheres desempenham no espaço doméstico não terá desdobramento, no nível interno do partido? Isto é, a manutenção da máquina burocrática do partido, os funcionários políticos, a exemplo dos sindicatos, não terão também a especificidade de serem, em sua maioria, mulheres? Como se articula o papel desempenhado pela primeira dama, extensão das atribuições de esposa/companheira, com os "organismos femininos" do partido? E, num outro veio, como se dá a utilização da juventude e da beleza feminina, por ocasião das convenções e eventos, na luta pelos votos, a exemplo das "newtetes"? São algumas das questões para as quais não possuímos respostas, mas que parecem necessitar de reflexão, uma vez que são parte da vida cotidiana dos partidos e evidenciam uma prática do discurso sobre a situação da mulher nesse cotidiano.

Para onde Vamos? Algumas considerações a partir da realidade das mulheres nos partidos.

Vários autores vêm estudando a participação político-partidária das mulheres. Sobre esse tema, existe uma gama de idéias, preconceitos e ditos resultantes do senso comum. Talvez, o mais conhecido deles seja - "política é coisa de homem", ao que nós acrescentaríamos - "partido é território masculino". O que podemos perceber é que essa continua sendo, em boa parte, a realidade vigente. Sob todos os ângulos a partir dos quais procurávamos pensar o problema, deparávamos com a evidente minoria das mulheres: na filiação, na hierarquia, nas candidaturas, no número de eleitos e no eleitorado. Fato inesperado? Não; mas era preciso entender o fenômeno. Recorremos, então, aos estudiosos do problema e encontramos algumas linhas explicativas dessa realidade.

É comum, aos brasileiros em geral, o preconceito em relação à atividade política, particularmente entendida como política partidária e popularmente reconhecida como "politiqueira". Algo, de certa maneira, desprezível. Além disso, é necessário considerar a baixa representatividade dos partidos políticos em geral, sua falta de definição ideológica, a falta de prática democrática em nossa História, bem como o pouco enraizamento dos partidos na nossa sociedade. Se essa é a realidade válida para os homens, o que não se passará com as mulheres? A divisão sexual do trabalho, que engendrou posições e inserções diferenciadas, produziu, ainda, distintas formas de socialização: espaço público, órbita do masculino, espaço doméstico, órbita do feminino. Pobre dicotomia, dura realidade.

Contudo, vimos, particularmente, a partir de 1975 - Ano Internacional da Mulher - intensificarem-se as discussões sobre a situação social discriminada da mulher, o considerável aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, o aumento da frequência à escola, certas mudanças se processando no nível da cultura: as mulheres exigindo a condição de sujeitos políticos, cidadania de primeira classe. Concretamente, elas avançam seu nível de participação, principalmente nos chamados movimentos sociais: movimento feminista, associações de bairro, clubes de mães, movimento de creches, entre outros. A estrutura partidária permanece, porém, de certo modo, impermeável a esse novo ator social. O que determina essa dinâmica?

Segundo CALDEIRA (1984), referindo-se à mulher de baixa renda da periferia paulista, o que principalmente levaria essas mulheres a terem atuação política, mesmo que não a reconheçam enquanto tal, é o desejo de conhecer, de quebrar o isolamento doméstico. A participação na comunidade é vista

como uma extensão dos papéis femininos fundamentais: mãe, esposa, dona de casa, sendo a luta pelo "bem da gente" travada em prol dos filhos, família, amigos e vizinhos. A atividade política, percebida somente enquanto partidária, aparece como algo estranho e distante. A política não as atrai, pois é uma arena onde se luta por interesses pessoais, muitas vezes egoístas e escusos. A contraposição se coloca entre o interesse individual e o coletivo, nós e eles. Quando associada à diferença sexual, agrupa, de um lado, o feminino, família, bairro, comunidade, e de outro, o masculino, público, política e partido.

"... não é descabido perguntar-se se não são as próprias mulheres que também reforçam essa separação, não apenas ou principalmente porque aprenderam que mulher e política são coisas separadas, mas porque seria agradável manter aquele espaço de participação visto como abertura e até liberação, como um espaço próprio, um novo espaço feminino, criado e mantido com menos conflito, porque sob o manto do papel tradicional de mãe responsável". (CALDEIRA, 1984, p. 13) (grifo nosso).

Mesmo que não se possa simplesmente generalizar essa análise para outros grupos sociais (setores médios) e para um outro contexto (Minas Gerais), algumas aproximações podem ser feitas.

A possibilidade de as mulheres vivenciarem um espaço próprio, onde discutiríamos questões de seu interesse, à sua maneira, é um traço presente no movimento de mulheres. No caso dos grupos feministas autônomos, uma forma organizativa horizontalizada era parte de sua proposta política. A crítica feita às organizações políticas tradicionais, os partidos entre outros, era não somente de conteúdo, mas também quanto à estrutura verticalizada em que se organizavam. E, se tomarmos outros grupos de mulheres, como o Movimento Feminino

Pela Anistia/MG e outros, poderemos encontrar elementos do que afirma a autora. Esse aspecto será retomado mais adiante, quanto tratarmos da participação feminina em movimentos sociais.

A resistência das mulheres à participação partidária é real, assim como também o são as dificuldades concretas que enfrentam para conseguir fazê-lo. Não só o partido é ainda um mundo hostil, com regras às quais não estão habituadas, como também pesa conciliar suas "atribuições de mulher" - filhos, casa, marido - com as necessidades da vida partidária - reuniões, viagens, competição, disponibilidade de tempo. As exigências da dinâmica partidária não levavam em consideração esses problemas, uma vez que eram até então, suportadas por uma estrutura familiar e por uma divisão sexual do trabalho que reconheciam como masculina a atividade política e permitiam aos homens a militância sem problemas. A incorporação das mulheres com reais condições de participação terá de rediscutir essa organização.

Segundo AVELAR (1987, p. 59), para elucidar o fenômeno da baixa participação políticopartidária da mulher além das explicações de cunho culturalista e de socialização diferenciada, devem ser elaboradas

"formulações teóricas que levem em conta o policy-making no processo de assimilar apenas indivíduos e grupos legitimados pelas formas corporativas de representação de interesses".

Apesar das dificuldades apontadas para a participação das mulheres nas estruturas partidárias, um pequeno número de mulheres logrou candidatar-se. Entretanto, conforme discutido anteriormente, os resultados eleitorais foram muito fracos. BARSTED (1987), analisando o mesmo problema, considera que a

concessão de legendas e mesmo o apoio efetivo às candidaturas femininas foi bastante discriminatório. Quando há real investimento dos partidos em candidaturas femininas, o resultado obtido é favorável. Essas candidaturas parecem ter significado muito mais uma estratégia de obtenção de votos para os partidos do que um efetivo esforço em aumentar a participação feminina no Poder Legislativo, já que havia candidaturas masculinas preferenciais na maioria dos partidos.

Ainda no esforço de reflexão sobre a pequena representação feminina na política partidária devemos considerar mais dois aspectos. De um lado, o efeito pedagógico do processo político, que ultrapassa os seus resultados quantitativos. A presença de parlamentares - homens e mulheres - favoráveis às reivindicações por igualdade entre os sexos indica uma mudança dos partidos, em relação à questão da mulher. Mesmo que essa abertura seja mais retórica do que prática, ela é indicadora de uma mudança. É recente a visibilidade dessa questão para a sociedade brasileira em geral, e para os partidos em particular. Além disso, o reconhecimento da desproporção entre o número de mulheres no Poder Legislativo e o percentual de mulheres na população é parte do processo de reflexão sobre a condição feminina na sociedade.

De outro lado, convém analisarmos a atuação das parlamentares, não somente no desempenho de seu mandato, mas também no interior dos partidos, porque precisamos entender o significado da atuação das mulheres nesses organismos, a fim de verificar em que medida poder-se-ia dizer que existem diferenças entre a atuação de homens e mulheres na política, e em que direção apontam.

"O problema é se este espaço masculino de poder pode feminilizar-se ou se podemos inventar alguma fórmula que faça com que o espaço do

poder não seja um espaço demarcado pelas características próprias de um gênero determinado". (FEIJÓO, 1988, p. 161)

Em recente trabalho, AVELAR (1987) diz que os estudos eleitorais, no Brasil e em Minas Gerais, não são diferentes, não analisam em profundidade o comportamento político-eleitoral da mulher.

"A variável sexo, tratada apenas como variável de back-ground, não apresentava diferenças internas substantivas que justificassem análises comparativas mais aprofundadas das atitudes e comportamento político dos homens e mulheres. Além disto, porque, em definitivo, as mulheres não constituíam uma categoria para ser compreendida separadamente das outras clivagens de classe". (AVELAR, 1987, p. 59)

Para nós, isso reflete a invisibilidade da mulher enquanto sujeito político singular e sua condição subalterna na sociedade. A luta pelo reconhecimento dessa questão está em seu início. O avanço se dá desigualmente nos diferentes âmbitos, seja no nível da prática política, seja no nível da produção de conhecimento. O viés existente na produção científica em relação às mulheres é denúncia antiga das feministas. (Ver LOBO & HIGGS, 1983)

Concordamos com AVELAR, quando diz ser preciso produzir um instrumental teórico que possibilite captar as singularidades da participação feminina na vida política, assim como sabemos ser a análise que realizamos parcial, ficando a descoberto vários aspectos que precisam ser retomados. Alguns deles merecem ser aprofundados, implicando coletas de mais dados, bem como entrevistas com políticos e quadros partidários, além da observação da prática cotidiana dos partidos, entre outras coisas.

A mulher e a participação sindical^{1º}

As mulheres trabalhadoras, em Minas como nos demais estados brasileiros, e, inclusive, em países capitalistas desenvolvidos, lembradas as diferentes graduações, experimentam uma condição comum: são mais mal remuneradas e raramente ocupam posições de chefia. Isso pode ser visto em LOBO et alii 1986, HUMPHREY, 1983, e BECCALLI, 1986. Muitos são os trabalhos que tentam explicar tal situação. HUMPHREY (1983), analisando a participação feminina na força de trabalho, afirma que as mulheres constituem, dadas as suas características, um segmento à parte dentre os trabalhadores. A participação das mulheres no mercado é fortemente influenciada pela idade, estado civil e fecundidade. Isso vale dizer que sua condição de reprodutora atua mesmo antes de ela ser concreta, repercutindo no significado do trabalho para a mulher e em seu projeto profissional a médio prazo. Além disso, as mulheres compõem a base da pirâmide do trabalho: seus níveis salariais são os mais baixos, concentram-se em trabalhos menos qualificados e são mais sujeitas ao capital.

Além de todas essas características, as mulheres geralmente são vistas como não participativas, distantes das lutas de suas categorias, enfim, "apolitizadas", o que se verifica, em parte.

Todavia, segundo LOBO et alii (1983), esse tipo de análise pode estar revelando muito mais as dificuldades que a relação entre as mulheres, a prática sindical e a ação política apresentam para os paradigmas de análise do que a incompatibilidade das mulheres com a participação político-sindical.

^{1º}Esta parte foi desenvolvida a partir da pesquisa-diagnóstico sobre a situação da mulher na década de 75-85.

O diferencial entre o número de mulheres participantes da força de trabalho e o número de sindicalizadas é grande. Mesmo lembrando o baixo índice de sindicalização predominante no País, a sindicalização feminina é pronunciadamente pequena. O distanciamento entre a trabalhadora e o sindicato é reconhecido, bem como o caráter masculino dessa entidade. Essa consideração está em consonância com os nossos comentários sobre a relação entre a mulher e a política, e guarda semelhanças com a sua participação nos partidos políticos.

Na última década, a participação das mulheres na força de trabalho em Minas teve um crescimento acentuado, conforme afirmamos anteriormente. Entretanto, estudar essa participação e seus desdobramentos, no nível sindical, é uma tarefa complexa uma vez que a escassez de dados é quase total. Felizmente, FILGUEIRAS (1988) e CÓSER & FILGUEIRAS (1988) desenvolveram estudos sobre a participação feminina no estado, nessa década, abordando os temas Trabalho e Participação Sindical. Esses estudos serão as nossas principais fontes.

O movimento sindical em Minas Gerais: contextualizando

O período por nós analisado coincide com o reflorescimento do movimento operário e sindical no estado, assim como no restante do País. A face mais expressiva desse ressurgimento foram as greves de 1978 e 1979. Tratava-se do fenômeno do novo sindicalismo, com uma prática centrada nos processos de trabalho, e cuja característica principal foi a organização a partir da fábrica e a representação autônoma. LE VEN (1987) desenvolveu uma análise desse movimento, em Minas, no período 1972/1985, dividindo-o em três grandes fases. São elas:

1972/1980: Nesse período, a estrutura produtiva do estado se transformou, com a implementação de novas indústrias e a modernização das já existentes, o que por sua vez, mudou a estrutura e a composição da força de trabalho. Em termos de sindicalismo, porém, a repressão que se abateu após a greve de 1968 (Contagem) desbaratou as lideranças e tornou os sindicatos grandes agências prestadoras de serviços e benefícios, distanciando-os de seu papel inicial. Desde a metade da década, ocorre uma reaglutinação de forças a partir da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, reaproximando os sindicatos do mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, fortalecendo as oposições sindicais.

1978/1980: Foi o período de maior mobilização e força do movimento operário. A primeira greve, na Belgo de Monlevade, surpreendeu a sociedade civil como um todo, e marcou

"... a passagem de uma longa luta cotidiana para a afirmação de classe de um grupo de trabalhadores capazes de controlar o processo produtivo e de torná-lo um instrumento político de suas reivindicações."

As duas greves ocorridas nesse ano levantaram, em suas pautas de reivindicações, aspectos salariais, bem como outros, referentes ao processo produtivo e de resistência à política salarial do governo. Elas tiveram importante significado político e educativo, abrindo caminho para o movimento deflagrado em 1979, no estado. Esse movimento grevista teve um caráter de massa, reunindo, ao todo, cerca de 400.000 trabalhadores, destacando-se os metalúrgicos, os trabalhadores da

construção civil (a cidade foi tomada pelos "peões"), trabalhadores ligados aos serviços públicos e outros setores não vinculados à produção. Além disso, os trabalhadores se organizaram a partir de sua identidade no trabalho.

"Os trabalhadores se afirmaram como produtores, para poder afirmar-se como sujeitos de direitos e, portanto, cidadãos" (LE VEN, 1987, p. 32).

Foi, ainda, um momento de crescimento e fortalecimento das oposições sindicais, tendo ocorrido atropelamento de direções sindicais. Onde só existiam sindicatos patronais, foram criados vários sindicatos de trabalhadores.

1981/1985: O movimento operário e sindical mudou de conteúdo e estratégia no período: passou de uma posição ofensiva para uma defensiva. A crise acelerou-se, aumentando a ameaça de desemprego, e o empresariado armou-se para enfrentar o movimento dos trabalhadores. Concomitantemente, fortaleceu-se a organização sindical e surgiu um novo movimento de trabalhadores não ligados à produção.

A mulher e o sindicato

Nesse ponto da discussão, cabe perguntar qual foi o espaço e o tratamento dispensado às mulheres e às suas questões nesse movimento de renovação do sindicalismo.

Sindicalização

Sabe-se que, apesar do expressivo aumento do engajamento das mulheres no mercado de trabalho, os índices de sindicalização entre elas são sistematicamente menores do que os

masculinos para todas as categorias, em todo o Brasil (ALMEIDA, 1984). Em Minas, não é possível analisar o comportamento das mulheres frente à sindicalização, porque não há dados para isso. Seria necessário, primeiramente, proceder a esse levantamento. Também não é possível saber os níveis de participação de mulheres como delegadas em congressos e compondo diretorias, bem como outras informações necessárias para se traçar um perfil das sindicalizadas. Essas dificuldades dizem da pouca relevância que o tema vinha obtendo nos meios acadêmicos, nas estatísticas oficiais e mesmo nos sindicatos, onde não existem dados organizados por sexo.

LOBO & HIGGS (1983), ao analisarem o tratamento sociológico dispensado à condição operária feminina apontaram vieses sexistas frequentemente presentes nessas análises. Não é difícil encontrar trabalhos que imputam o baixo grau de consciência feminina à "natural" passividade e despolitização das mulheres.

O trabalho de CÓSER & FILGUEIRAS (1988) considerou quatro categorias, através de entrevistas realizadas com lideranças femininas, participantes de diretorias dos sindicatos das referidas categorias que são: metalúrgicos (Belo Horizonte e Contagem); professores da rede particular (Minas Gerais); trabalhadores em telecomunicações (Minas Gerais) e trabalhadores rurais (Unaí). Essas lideranças são jovens, na faixa de 21 a 36 anos. A questão da idade para a participação feminina é de muita relevância, uma vez que a idade, aliada ao estado civil e à fecundidade, tem repercussões importantes na presença da mulher no mercado. Além disso, a participação sindical exige uma disponibilidade de tempo e uma conjugação de atribuições que trazem dificuldades



à participação feminina. Reforçando essa afirmação, uma das entrevistadas disse não ter nenhum exemplo de mulher "arrumadinha" ("casada, com marido e filhos") para citar, dentre as lideranças sindicais. Situação oposta à dos homens, que podem, em sua maioria, ser considerados "certinhos" - casados, com mulher e filhos - e cujas esposas, frequentemente, não desenvolvem trabalho no mercado. Essa dicotomia aponta para as diferentes condições de participação experimentadas por homens e mulheres.

Malabarismos femininos

A inserção da mulher no mercado de trabalho traz, como consequência imediata, a dupla ou a tripla jornada de trabalho. Isso se verifica à medida que a divisão de trabalho entre os sexos ainda não mudou. Mesmo a mulher exercendo atividades fora de casa, o trabalho doméstico se mantém sob sua responsabilidade. A solução desse problema parece constituir um foco de conflitos, apresentando, para a estrutura familiar, questões ainda insolúveis. Isto é, a solução, no mais das vezes - ou seja, o acúmulo - recai sobre a mulher.

Quando existem filhos, a situação torna-se ainda mais conflitiva, porque é em relação ao exercício da maternidade que existe menor flexibilidade nos modelos. A necessidade de se adaptar a uma realidade que não só se distancia do modelo bem como o contradiz, algumas vezes, parece ser a principal fonte de dificuldades. O sentimento de culpa presente nas mães é, segundo depoimentos, um dos elementos mais difíceis de se conviver nesse processo.

Considerando que o tipo ideal de mãe não mudou, que não existe infra-estrutura social que alivie a carga feminina e

que não costuma haver partilhamento dessas responsabilidades no grupo familiar, não é difícil entender o porquê de esse ponto ser crucial para as mulheres.

A especificidade das mulheres não se resume aos malabarismos que devem executar para conseguir conciliar diferentes atribuições: mãe, esposa, trabalhadora, ativista. O seu papel doméstico parece ir num "continuum" até o sindicato: aí, ela geralmente se ocupa da secretaria e da "organização da casa". Além da atuação reconhecidamente política dessas lideranças, o papel desempenhado por elas na organização cotidiana dos sindicatos parece ser significativo: arquivos, papéis, arrumação. A invisibilidade parece caminhar junto com as mulheres. Assim como o trabalho doméstico, esse trabalho miúdo só aparece quando não é executado.

Quanto a ocupar a secretaria, dois aspectos podem ser destacados: de um lado, consagrar essa tarefa, enquanto feminina, e, de outro, obter o tempo suficiente para um necessário aprendizado da estrutura sindical e da própria dinâmica do trabalho.

Para as mulheres, ocupar posições de direção é difícil, pois exige atributos normalmente ausentes da socialização feminina. Dirigir uma assembléia, conduzir negociações salariais, enfrentar os preconceitos dos próprios colegas, argumentar, tudo isso exige um *savoir-faire* de cuja falta elas se ressentem.

Uma outra dificuldade apontada é a de lidar com a competição existente no meio e para a qual se sentem despreparadas. Há que enfrentar o conflito, sustentar polêmicas, estabelecer alianças. Tudo isso exige um difícil aprendizado para todos, mas, nas condições hoje existentes, parece ser ainda mais árduo para as mulheres.

Nos sindicatos estudados por CÓSER & FILGUEIRAS (1988) não havia qualquer trabalho específico de sindicalização voltado para as trabalhadoras, além de inexistirem dados sobre a idade, estado civil, número de filhos e cor das sindicalizadas.

Através das entrevistas por elas realizadas, foi possível perceber a menor atenção dispensada às especificidades das mulheres, enquanto trabalhadores e sujeitos políticos. As chamadas "reivindicações de mulher" não tinham a mesma importância daquelas consideradas de interesse geral da categoria. Isso acontece, nas palavras de uma sindicalista, até mesmo porque os trabalhadores são machistas, não encarando como necessárias as tais reivindicações, principalmente a reivindicação por creche.

De todo modo, ainda que precariamente, foi na década de 75-85, que começaram a surgir as chamadas "reivindicações de mulher". Nesse período, de alguma maneira, a discussão sobre a necessidade de atrair as mulheres ao sindicato ocorreu, havendo, inclusive, a criação de departamentos femininos por alguns sindicatos.

Segundo BLAY (1983), está presente, no nível dos movimentos dos trabalhadores e sindical, a percepção das mulheres (trabalhadoras) a partir de seu papel doméstico: mães, esposas e filhas, cujo trabalho "ajuda" no orçamento familiar. Ou seja, permanece a divisão de trabalho que estabelece o homem como provedor e a mulher enquanto reprodutora. Indicativo dessa concepção é o fato de nenhum sindicato, desde a década de 20 até o fim dos anos 70, haver retomado a reivindicação "salários iguais para trabalhos iguais", presentes à época de sua fundação.

A ambiguidade do movimento sindical frente a essa questão pode ser detectada, ainda, nos artigos publicados na Tribuna Metalúrgica, por ocasião da realização do 1.º Congresso das Operárias Metalúrgicas de São Bernardo, discutindo a proposta de alteração da legislação sobre o trabalho noturno para mulheres (LOBO et alii, 1986).

Mesmo assim, a realização de congressos e encontros de trabalhadoras de várias categorias expressa uma visibilidade da questão da mulher, até então desconhecida no movimento dos trabalhadores. Em Minas Gerais, a primeira categoria a realizar um congresso de mulheres foi a metalúrgica. Esse trabalho, entretanto, sofreu interrupção. Para isso, podem haver concorrido os fatos de ele ter sido realizado antes de se renovar a direção do sindicato, além de não pertencerem mais à categoria as operárias que estiveram à frente do empreendimento e, ainda, a organização precária da memória histórica dos sindicatos.

LOBO et alii (1986) também se referem à perda da memória do 1.º Congresso de Mulheres Metalúrgicas de São Bernardo. Portanto, isso parece ser um acontecimento comum, no cotidiano das organizações sindicais.

Para BLAY (1983), a questão da mulher só ganha visibilidade, no movimento dos trabalhadores, a partir de sua postulação pelos movimentos feminista e de mulheres. Nesse sentido, LOBO & HIGGS (1983) consideram que, mesmo sem podermos estabelecer uma relação de causalidade entre o feminismo nascente no País e a emergência da questão da mulher no movimento operário, houve certamente contaminação. Nessa direção parece apontar a necessidade explicitada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, de distinguir entre o congresso de mulheres da categoria e seus congêneres feministas, conforme trabalho de LOBO et alii (1986).

No Brasil, não foi possível a articulação plena das idéias feministas com a prática das mulheres trabalhadoras e ativistas sindicais. O conservadorismo presente na sociedade, válido também para os trabalhadores, resistia a mudanças dos papéis feminino e masculino, em vista de sua repercussão na estrutura familiar. A ortodoxia da esquerda fazia com que todas as questões que fugissem às determinações puramente classistas fossem vistas como desviantes da luta principal e correta, e essa concepção dividiu o movimento de mulheres.

Para o movimento de trabalhadores, pensar as especificidades da condição operária feminina parecia impossibilitar a unidade da luta. Todas essas dificuldades parecem haver concorrido para impossibilitar a articulação das trabalhadoras com o feminismo, diferentemente do que ocorreu na Itália, onde essa aliança se efetivou. (Ver BECCALLI, 1986)

Em Minas Gerais, não foi diferente do restante do País, e, apesar de reivindicações ditas femininas fazerem parte da pauta de reivindicações dos sindicatos, as sindicalistas entrevistadas por CÓSER & FILGUEIRAS (1988) não assumem a condição de feministas. A palavra parece apresentar ainda uma forte conotação pejorativa e sexista. Isso ocorreu mesmo entre aquelas que mais problematizaram a sua experiência como sindicalistas.

É variada, também, a maneira como encaram a especificidade da mulher dentro da luta geral dos trabalhadores. Uma das sindicalistas explicitou que a organização da mulher objetivava a sua conscientização, para que engrossasse a luta geral dos trabalhadores, uma vez que todos se encontram submetidos à mesma exploração. Entretanto, essa mesma mulher reconhece as dificuldades que encontrou para se firmar no

meio sindical, dada a sua condição sexual. A ambiguidade parece ser uma categoria central para essas mulheres que militam num espaço visto como masculino.

Sob a denominação de "reivindicação de mulher" encontram-se, principalmente, aquelas atribuídas à maternidade: licença pós-parto para aleitamento e creches. Sobretudo creches.

Somente em um dos sindicatos cujas líderes foram entrevistadas, a discussão sobre a reivindicação por creches havia avançado e esse direito foi conquistado para os homens, em algumas situações particulares.

Existe um outro tipo de reivindicação presente na fala das trabalhadoras que não aparece nas pautas das campanhas salariais: são aquelas que se referem à questão sexual em si - falta de respeito e violência sexual por parte dos chefes; ameaças pessoais; controle para ir ao banheiro; condições de higiene precárias; discriminação, na admissão, quanto ao estado civil e exigência de testes de gravidez. Pela natureza dessas reivindicações, algumas especialmente difíceis de serem comprovadas, e por não se tratarem de questões atinentes a salários, elas não são tratadas pela prática do sindicato. Entretanto, retratam a gravidade da situação enfrentada pelas trabalhadoras, e uma prática sindical que pretenda sensibilizar as bases femininas deve necessariamente considerá-las.

Uma das sindicalistas entrevistadas por CÓSER & FILGUEIRAS (1988) relatou um episódio ilustrativo da relevância dessas questões. Em pesquisa preparadora da campanha salarial, as diretoras desse sindicato conseguiram incluir um quesito sobre os problemas encontrados pelas mulheres no

trabalho. Nas respostas obtidas, apareceu esse tipo de denúncia, e essa foi a questão da pesquisa que obteve maior repercussão na categoria, no caso, eminentemente feminina.

Todas essas considerações mostram como ainda é incipiente a participação das mulheres nas organizações sindicais, mas também como a sua presença tem contribuído para tornar visíveis questões e problematizar aspectos anteriormente despercebidos.

Um aspecto que precisa ser lembrado é o fato de que, compondo o movimento sindical, colocando para ele novas questões, questionando divisões consagradas (doméstico-político, produção-reprodução), as mulheres estão participando do movimento mais geral dos trabalhadores, de sua afirmação como cidadãos, como afirma LE VEN (1987), em sua análise do movimento dos trabalhadores.

A mulher e a participação em movimentos sociais de mulheres⁴⁴

Para CARDOSO (1983), a década de 70 marcou o surgimento em cena de novos atores: os movimentos sociais. O impacto inicial dessa aparição deveu-se ao seu caráter inesperado. No momento em que irromperam em cena, a concepção dominante era de que a apatia reinava na sociedade. O golpe militar de 1964 havia dispersado as lideranças políticas, sobretudo as operárias, perseguindo e reprimindo toda e qualquer manifestação política.

⁴⁴Esta parte do trabalho contém contribuições da pesquisa sobre movimentos sociais e Estado em Minas Gerais. (Ver MIRANDA et alii, 1987)

Ainda segundo essa autora, no campo das Ciências Sociais, uma crise se esboçava. As tentativas feitas na produção de análises próprias, centradas na realidade latino-americana, previam uma transformação social, a partir das massas excluídas do desenvolvimento econômico, a qual não se concretizou.

Assim, quando os primeiros movimentos sociais começaram a acontecer, após a surpresa inicial, os estudiosos voltaram seus olhares para esse fenômeno novo, que surpreendia, mostrando uma energia social não prevista. Entretanto, as tentativas de analisá-lo segundo as categorias tradicionais não funcionaram. Eles surpreendiam não só pelo seu surgimento, mas também pelo seu caráter diferente, em face de antigas experiências. A manifestação partia de setores até então excluídos da política, as camadas populares, heterogêneas quanto à composição social. As reivindicações diziam respeito à qualidade de vida, ao acesso a equipamentos e bens coletivos, e a população se organizava a partir dos locais de moradia. No caso, o seu caráter popular referia-se à condição de moradores da periferia, população de baixa renda e de variada inserção no mercado de trabalho, muitas vezes participando do setor informal da economia.

Além desses grupos de cunho popular reivindicando acesso a equipamentos coletivos e melhores condições de vida - transporte, saúde, saneamento básico (água e esgoto) e iluminação -, com forte participação feminina, outros grupos surgiam, organizando-se em torno da demanda de novos modos de vida. Nesse segundo veio, enquadram-se os movimentos feministas, ecológicos e homossexuais. Todos esses diferentes grupos pretendiam sua independência e autonomia perante as influências partidárias tradicionais: partidos de direita ou

esquerda, grupos políticos que vinham exercendo influência no movimento social até então. A prática política ocorria fora dos espaços legítimos: os partidos e os sindicatos.

Explicações foram tentadas. De um lado, os que viam o irromper de tantos movimentos como fruto do fechamento dos canais políticos tradicionais, o que obrigava à construção de alternativas possíveis para o exercício da política: isso fazia dos movimentos sociais os "regras-três" da política, embriões dos futuros canais legítimos. De outro lado, estavam aqueles que viam, nos movimentos sociais, os frutos da pauperização crescente das classes trabalhadoras.

Contudo, essas visões não conseguiam traduzir e entender os novos movimentos que surgiam e, no esforço de compreensão, outras vozes se contrapunham às anteriores, levantando hipóteses alternativas. Assim, os movimentos não seriam formas embrionárias de partidos ou de organizações já conhecidas, mas uma forma nova de mobilização popular, com espaço próprio, produto das transformações ocorridas na sociedade industrial capitalista, mesmo porque o fenômeno dos movimentos sociais ocorria também em contextos políticos mais democráticos e apontava, não para a pauperização, mas para a politização de novos espaços, quais sejam, o cotidiano, as relações interpessoais e a relação do homem com a natureza.

Esses movimentos estruturaram-se a partir do compartilhar de uma condição comum, que estabelecia a mediação entre essas pessoas, permitindo sua identificação. A carência partilhada era o elo que unia os iguais, ou seja, aqueles que experimentavam as mesmas carências (CARDOSO, 1983; DURHAM, 1984).

"O que define a comunidade é uma experiência comum de discriminação que enfatiza o compartilhar de certas carências, percebidas

como injustas. Todos os movimentos sociais reúnem pessoas que sofrem uma mesma opressão. O movimento de mulheres, dos negros, dos "hippies" ou dos homossexuais tem sua base na cooperação entre aqueles que real ou imaginariamente compartilham os mesmos problemas (...).

Esta característica dos movimentos libertários reaparece nos bairros através da vivência da pobreza. São sobretudo grupos que se sentem excluídos dos benefícios, injustiçados. Pouco importa se existem diferenças de nível econômico entre os participantes. O que os une é um sentimento e não a exiguidade de recursos. A comunidade é percebida como uma experiência de igualdade. (...) Entre os iguais se supõe poder garantir o consenso e a liberdade." (CARDOSO, 1983, p. 232).

Para a autora citada, essa característica é a força e a fraqueza dos movimentos sociais: força, porque garante autonomia para os grupos mobilizados, e fraqueza, porque pode levá-los ao isolamento. De qualquer forma, a vivência dessa carência comum e desse sentimento de igualdade possibilita a criação de uma identidade. DURHAM (1984) lembra que essa vivência da coletividade de iguais, construída pela ação de todos, traz uma novidade importantíssima que é o reconhecimento da pessoa num plano público e não apenas no privado.

"Esta passagem da pessoa, da dimensão privada para a pública, pode ser a explicação de um fato muito significativo, que ocorre aos participantes desses movimentos: o de viverem essa experiência como um enriquecimento pessoal, uma intensificação de sua qualidade de sujeitos. (...) Mais ainda, constituindo uma nova forma de pessoa, amplia a vivência individual e reformula a própria vida privada." (DURHAM, 1984, p. 28).

Mesmo que reconheçamos os limites postos pela dinâmica dos movimentos sociais, que restringe a sua utilização a pequenos grupos, dificultando e obscurecendo as diferenças existentes sob o manto da igualdade, com os prejuízos que essa prática traz para a pluralidade democrática, os seus ganhos são também inegáveis. A ambivalência parece, portanto ser constitutiva dessas práticas. Para DURHAM (1984), em

decorrência da valorização da vivência de coletividade produzida nos movimentos sociais, pode-se verificar uma inversão: as reivindicações passam ao lugar de instrumento de mobilização, e não o inverso. Nesse sentido também aponta CARDOSO (1983), quando diz que, muitas vezes, os movimentos parecem ir às ruas para perder, uma vez que mais importante que a vitória é a união em si, o sentimento de pertinência. Para ela, esse aspecto talvez explique a maior presença de mulheres que de homens nesses movimentos, já que aquelas podem correr o risco de derrota com mais tranquilidade, principalmente por reivindicarem a partir de seu papel doméstico: mães e esposas.

Entretanto, se os movimentos não estivessem voltados também para o público, não difeririam das seitas religiosas, conforme afirma DURHAM (1984). O reconhecimento, pela sociedade e pelo Estado, desses movimentos vai garantir-lhes a legitimidade. O que ocorre, então, é uma reciprocidade na legitimação: Estado e movimento se legitimam mutuamente, e isso parece ser parte da construção de uma nova forma de cidadania.

E, para tratar de cidadania, é necessário que nos refiramos à noção de direito, tão presente no discurso dos participantes dos movimentos sociais. A trajetória do reconhecimento da carência à formulação da reivindicação se faz mediada pela afirmação de um direito:

"A transformação de necessidades e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço de cidadania". (DURHAM, 1984, p. 29)

É nessa direção que pretendemos olhar os movimentos de mulheres, objeto de análise desta seção.

Um pouco de História: o difícil começo

O ano de 1975 é um marco para as mulheres no Brasil. Foi nesse ano que se realizaram, na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, as comemorações do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU. Numa conjuntura de forte repressão política, o evento significou a conquista de um espaço público para se discutirem algumas questões nacionais. Esse foi o momento inicial da mobilização das mulheres no Brasil, nos anos 70. A partir daí ganharam visibilidade pública os primeiros grupos feministas do País, sediados no Rio e em São Paulo.

Segundo GOLDBERG (1986), a importância desse evento como ponto de referência para o feminismo e os estudos sobre a mulher no Brasil deve ser relativizada. Para a autora, a efervescência ocorrida entre as mulheres após 1975 deveu-se principalmente às condições propícias produzidas pelas transformações que vinham acontecendo na sociedade brasileira, sobretudo a partir dos anos 60. Conforme GOLDBERG (1986), a urbanização e a modernização da sociedade, decorrentes do processo de desenvolvimento econômico (o desenvolvimentismo) que se desencadeava no País, possibilitaram às mulheres a aproximação dos meios intelectuais. O advento da pílula anticoncepcional foi outro fator que repercutiu favoravelmente entre elas, além da efervescência cultural já referida.

Assim, apesar das conotações negativas da Reforma Universitária a que procedera o governo militar, o início dos anos 70 significou, para as mulheres, maiores oportunidades de frequentar a Universidade, e foi nessa época que começaram a surgir, nos encontros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, "papers" produzidos por acadêmicas,

abordando, inicialmente, a reprodução humana e o trabalho feminino. Entre os anos 1973 e 1975, apareceram as primeiras discussões sobre mulher e feminismo.

Quando a ONU instituiu a Década da Mulher a partir de 1975, o movimento feminista europeu manifestou-se, denunciando essa resolução como manobra visando à "pasteurização" das idéias feministas, por isolar o seu conteúdo contestador e recuperar aspectos menos radicais, como a necessidade de integrar a mulher no processo de desenvolvimento. Para o Brasil, porém, foi sob a proteção legitimadora da ONU que se tornou possível a realização de um evento público, sob a ditadura, para discutir a condição da mulher na sociedade. A partir desse marco, já havendo as condições prévias para a emergência do movimento, vários grupos feministas foram criados pelo país.

O movimento de mulheres em Minas Gerais

Em Minas Gerais, a repercussão dessa realização é imediata. Algumas mulheres, depois de haverem participado do evento na ABI, organizaram, ainda em 1975, um ciclo de debates similar em Belo Horizonte. O caráter inovador da realização provocou reações várias, desde dificuldades frente ao Diretório Central dos Estudantes até o difícil aceite de pessoas em participar do evento, além das reações da platéia.

Estiveram presentes feministas representantes do primeiro grupo organizado no País - o Centro da Mulher Brasileira -, Terezinha Zerbini, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia, e alguns intelectuais locais, mulheres e homens. Esses debates redundaram na criação do primeiro grupo feminista de Minas Gerais, composto basicamente por

intelectuais - estudantes universitárias e profissionais liberais. O grupo organizou-se em torno da discussão de temas ligados à sexualidade feminina - relação sexual, orgasmo, aborto, dentre outros.

A reação da sociedade local frente ao grupo não tardou. Hostilizado à direita como subversor da ordem, à esquerda como desvio burguês, ainda assim, sobreviveu por dois anos.

Representando uma outra perspectiva, organizou-se, em 1976, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Seu objetivo era a organização das mulheres pela libertação de presos políticos e exilados, buscando a concessão, pelo governo, da anistia ampla, geral e irrestrita. Esse movimento obteve grande repercussão na opinião pública, reunindo um número significativo de mulheres, principalmente das camadas médias, entre donas-de-casa, estudantes e profissionais liberais, além de, obviamente, familiares de prisioneiros políticos. Seu sucesso, enquanto componente da campanha de democratização do País, foi inegável. Entretanto, no que toca à especificidade da condição feminina, sua postura era ambígua. Por que a mulher e a anistia? Porque foram as mulheres que sentiram mais de perto as consequências da falta de seus maridos e filhos. Ou seja, o MFPA organizava as mulheres a partir de seu papel privado de mães, filhas e esposas. A mulher se engajava em um movimento de pedido de clemência, atitude considerada própria do feminino.

Essa discussão sobre o caráter exclusivamente feminino do MFPA esteve presente durante toda a existência do movimento em Minas Gerais. Mesmo sem discutir as questões específicas da condição feminina na sociedade, o MFPA foi uma importante escola política para as mulheres. Muitas de suas integrantes assumiram, posteriormente, papéis de liderança no movimento de mulheres, no sindical e no partidário.

Após a obtenção da anistia, o MFPA se desfez, não conseguindo manter a mobilização de suas bases, nem redirecioná-las para a discussão de outros problemas que afetavam as mulheres. Isso demonstra a fragilidade de seu interesse pela situação da mulher em si, e evidencia, em alguma medida, a conhecida instrumentalização política das mulheres. A ambiguidade do movimento transparece novamente nesse aspecto.

Durante o período de existência do MFPA, não surgiu nenhum outro grupo de mulheres, talvez por não haver espaço social e político para discutir questões de cunho "particular" em um momento tão crucial para a luta pela democratização do País. A ligação dos movimentos de mulheres no Brasil e em Minas Gerais, com as correntes esquerdistas de oposição ao regime militar condicionou, em boa parte, as prioridades na condução das lutas das mulheres, conforme GOLDBERG (1982, 1987) e SARTI (1988).

O final dos anos 70 inaugurou o processo de distensão política no País, coincidindo com uma grande efervescência na sociedade. Segundo MIRANDA et alii (1987), em Minas, o movimento de mulheres viveu seu momento de maior mobilização entre o final de 1978 e 1983. Nesse período, inúmeros grupos foram criados: desde aqueles de cunho popular, como o movimento de luta por creches, até o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, organização feminista. Aqui, diferentemente de outros estados, a vertente homossexual do movimento não se organizou. São raros os grupos de mulheres criados após 1985 no estado, e os que surgiram localizam-se no interior, em cidades de porte médio.

No nível acadêmico, foi criado um núcleo Interdisciplinar de estudos sobre a mulher na UFMG, em 1984.

O movimento de mulheres: espaço de construção do novo ou "não se nasce mulher, torna-se mulher". (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

A invisibilidade social das mulheres começou a ser desfeita, no País, com sua aparição maciça nos movimentos sociais. Contudo, além dessa crescente participação nos movimentos de bairros, em associações de moradores, nas comunidades eclesiais de base, as mulheres trouxeram uma novidade, em termos de participação. Elas, que, em outros momentos históricos, tinham vindo a público reivindicar o direito à cidadania com a luta pelo voto feminino, tinham participado de campanhas nacionais como a abolicionista, de lutas de cunho nacionalista e até conservador, em apoio ao golpe militar, agora se organizavam em torno de uma problemática nova: a opressão vivida pelas mulheres.

O surgimento das idéias feministas, formuladas em livro por Simone de Beauvoir, e retomadas, em forma de movimento, nos anos 60, provocou uma ruptura epistemológica. Propugnando ser a subalternidade feminina produzida socialmente e denunciando serem as mulheres vítimas de uma opressão e de uma discriminação específica pela sua condição sexual, o feminismo rompe com uma divisão sexual de trabalho que se apresentava como natural e questiona as razões culturais das desigualdades entre os sexos. Portanto, o que antes era tido como da ordem da natureza passa a fazer parte da ordem da cultura, passível de sofrer intervenções e de ser transformado.

A partir desse postulado básico, as mulheres organizaram-se e procederam a uma releitura da História. Fez-se necessário rever o conhecimento produzido até então, comprometido com valores discriminadores. As mulheres

organizadas tentavam, nesse gesto, resgatar uma memória para construir uma nova identidade, tornar possível uma outra inserção social e produzir um novo estatuto e um novo sujeito social.

O movimento feminista avança, ampliando a noção de política, ao afirmar que "o privado é político" e ao desfazer com a separação existente entre o privado - doméstico - e o político - público. Ao analisar as relações interpessoais, enquanto relações também de poder e dominação, o feminismo as coloca na condição de políticas.

"A década de 60 caracterizou-se por intensa mobilização na luta contra o colonialismo, a discriminação racial, pelos direitos das minorias, pelas reivindicações estudantis. Estes movimentos ampliaram o campo do político, alargando a compreensão das contradições sociais para além do estritamente econômico, revelando a existência de outras formas de exercício do poder. Tais movimentos trazem o individual para o campo do político, tornando-o coletivo demonstrando que o ser social não se esgota na experiência de sua classe. Não é apenas por relações sociais de produção que o indivíduo está impregnado mas também por relações de sexo, raça, instâncias estas que se concretizam numa distribuição de poder." (ALVES, 1981, p. 58)

Como forma organizativa, o movimento feminista propôs os chamados "grupos de reflexão", ou de "autoconsciência". A proposta surgiu dada a necessidade de superar o isolamento em que viviam as mulheres, nuclearizadas no espaço doméstico, e de criar um espaço em que elas pudessem manifestar-se, trocar experiências e se reconhecer. Nesse espaço, elas fariam do cotidiano, do miúdo, do banal, daquilo que não aparece a não ser pela sua não execução, do desimportante. Fazer da não-existência existência é um grande desafio. Dar importância ao desimportante é também qualificar a fala de quem dele se ocupa. Como disse KOFES (1987), fariam dele as que aprenderam a se calar. Nesse exercício, reinventariam

ambos: o cotidiano e a mulher, como importância e fala qualificada. Essa experiência, vivida sem a interferência da presença masculina, permitiria a passagem de uma visão da problemática das mulheres individualizadas, para uma percepção do coletivo. Nesse processo, criar-se-ia um sentimento coletivo de identidade entre iguais.

Essa organização em pequenos grupos pretendia, também, dotar o movimento feminista de uma estrutura não hierarquizada de poder, uma vez que se criticavam duramente as hierarquias de organizações partidárias e sindicais, que permitiam a concentração do poder nas mãos de poucos. Era a "utopia feminista":

"Dos ismos de nosso tempo, o feminismo é, talvez, o mais utópico, o mais perturbador, o mais alegre e o mais triste dos projetos de futuro. Resposta aos desencontros de uma época, a que dói mais fundo e de maneira mais secreta, a menos épica mas, talvez, a mais sofrida." (OLIVEIRA, 1983. p. 35).

No Brasil e em Minas Gerais, o feminismo viveu uma trajetória particular, que vem sendo objeto de estudo de vários pesquisadores (SARTI, 1988; GOLDBERG, 1982, 1986; COSTA, 1987). Iniciou-se nas camadas médias, porém, dadas as ligações com a tradição política de esquerda no País, sempre demonstrou uma preocupação especial com a mulher da classe trabalhadora:

"As feministas que se organizaram no país, vinculadas em sua maioria às organizações e partidos de esquerda, atuaram politicamente articuladas ao conjunto das mobilizações femininas, dando à sua atuação uma coloração própria. Influenciaram e foram influenciadas pelas demandas das camadas populares, referidas também a mudanças no comportamento sexual e nos padrões de fecundidade. (...) O vínculo do feminismo com as camadas populares envolveu uma delicada interação com a Igreja Católica, importante foco de oposição, diante do vazio político deixado pelo regime militar". (SARTI, 1988, p. 40)

Todas essas injunções parecem haver implicado, de um lado, alianças legitimadoras e maior penetração na sociedade, e, de outro, uma limitação na atuação dos grupos feministas, evitando-se temas "malditos" como aborto, planejamento familiar e homossexualismo. Esses temas delicados eram tratados mais internamente no movimento, não tendo adquirido visibilidade pública. Cabe dizer que nem todos os grupos feministas se submeteram igualmente a tais limites. A nosso ver, esse fenômeno demonstra, também, as contradições internas do movimento de mulheres e, dos grupos feministas em particular, nos quais a discussão sobre o aborto foi, em geral, muito polêmica, expressando a ambiguidade das próprias mulheres em relação a essa questão.

Além dessas singularidades, a cor local foi dada também pela grande expressão das mulheres nos movimentos sociais, tomando a si reivindicações atinentes à melhoria da qualidade de vida e ao acesso a equipamentos coletivos. Esses grupos, muitas vezes compostos só por mulheres, como os Clubes de Mães, constituem uma forte corrente no movimento de mulheres no Brasil e em nosso estado.

A aproximação entre os grupos de mulheres e os grupos feministas pode ser constatada no X Encontro Nacional Feminista, realizado em 1987, em Pernambuco. O Encontro contou com uma presença expressiva de grupos de mulheres da periferia paulista, de várias regiões do Nordeste e também de algumas mulheres participantes do movimento dos Sem Terra.

Hoje, não caberia falar em feminismo no singular, uma vez que diferentes grupos, com diferentes concepções sobre a luta das mulheres, reivindicam essa condição. Assim, o movimento de mulheres engloba um leque extenso de grupos, com

distintas e até divergentes concepções sobre a condição feminina, a organização das mulheres, a condução de sua luta, o significado de ser feminista. Vivemos um momento em que as fronteiras se aproximam e em que se dá uma contaminação entre as várias organizações, mesmo aquelas ligadas ao mundo do trabalho, como os sindicatos, e à política *stricto sensu*, como os partidos.

Domado, o feminismo é absorvido em vários espaços sociais, dantes impermeáveis às suas idéias.

É dentro desse espaço múltiplo e contraditório que estão sendo gestadas novas práticas sociais, um novo sujeito coletivo - a mulher. Não há uma definição clara e um produto acabado, já que o dinamismo é da natureza dos processos sociais, não havendo, pois, um ponto predefinido a se alcançar.

Algumas características, porém, dos movimentos sociais aparentemente permitem melhor trânsito e participação das mulheres. Nesse tipo de organização, parece não haver ruptura entre vida e política, permitindo às mulheres uma continuidade em seu estilo de vida. Há, ainda, uma aura de generosidade e altruísmo nesse tipo de participação, já que o objetivo é o bem comum, da coletividade. Ademais, as mulheres se engajam aí, a partir dos seus papéis tradicionais, conforme já dissemos anteriormente. Ampliam a sua condição de sujeito, ao serem reconhecidas no espaço público, adquirem uma sociabilidade, e distinguem-se da massa. O processo de participação é atravessado, também, pelo componente do poder.

Pensar o espaço dos movimentos sociais em sua dimensão político-educativa permite-nos, como GRZYBOWSKY (1986), tomá-los enquanto espaço de socialização política. No caso do

movimento de mulheres, permite-nos dizer, com muita propriedade, que ele pode possibilitar o aprendizado prático da união, da organização e da negociação; a elaboração de uma identidade social e a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações. Enfim, a cidadania.

A participação das mulheres nos três espaços analisados apresenta diferenças, segundo o tipo de organização que tomemos. Entretanto, articulando essas três dimensões, apontamos o caráter político-educativo dessa participação. Em todos esses espaços, surgem elementos de ampliação da sua condição de sujeitos, de reconhecimento público, além de um aprendizado traduzido pela socialização política aí vivenciada. Partidos, sindicatos e movimentos são organizações distintas, com estruturas e dinâmicas próprias, com diferentes graus de (im)permeabilidade à presença das mulheres. Será, porém, a partir do elemento articulador dessas três dimensões - a participação das mulheres como experiência de construção de novos sujeitos de direitos - que analisaremos os depoimentos obtidos.

CAPÍTULO III
A MULHER E O EXERCÍCIO DA LIDERANÇA POLÍTICA:
ASPECTOS DE UMA EXPERIÊNCIA

A MULHER E O EXERCÍCIO DA LIDERANÇA POLÍTICA: ASPECTOS DE EXPERIÊNCIA

Neste capítulo, vamos analisar, a partir de depoimentos de algumas mulheres, a sua experiência de participação política. Tentaremos resgatar como se deu o engajamento dessas mulheres, suas trajetórias, o significado atribuído a essa prática, os obstáculos e facilidades encontradas. Todas elas ocupam ou ocuparam posições de liderança e projeção em partidos, sindicatos e grupos. Muitas vezes, a mesma pessoa exerceu a dupla ou tripla militância. É, reduzido o número de mulheres que exercem liderança na sociedade, principalmente se considerarmos o seu percentual na população; e, quando as encontramos nessa condição, é, geralmente, fora dos espaços tradicionais do exercício da política. Assim, se nos partidos políticos e sindicatos elas são a minoria, nos chamados movimentos sociais elas já são em grande número e, nos movimentos de cunho popular, correm o risco de constituírem a maioria.

Se, por um lado, essa presença maciça facilita a sua visibilidade, nem sempre garante que os titulares dos cargos hierarquicamente mais altos (presidente, por exemplo) sejam mulheres. Contudo, em um caso específico, essa condição é obrigatória - no movimento social de mulheres. Os grupos de mulheres, grupos feministas, clubes de mães, organizados a partir da característica de gênero, tornam-se um espaço privilegiado para o exercício político da liderança das mulheres, por serem espaços exclusivos.

Em termos numéricos, são poucas as entrevistas: 16. Elas têm ou tiveram, em boa parte, inserção em grupos constituídos unicamente por mulheres, sendo comum a plurimilitância. Algumas são militantes da causa negra, preocupando-se

particularmente com a problemática da mulher negra. Outras são sindicalistas. Todas elas deram uma contribuição relevante à causa que defendem, e são nomes significativos, quando se estuda a participação política da mulher em Minas, na última década. Essas mulheres estão, em sua maioria, na faixa de idade de 20 a 50 anos, tendo uma delas 72 anos. Quanto ao estado civil, dividem-se, quase equilibradamente, entre solteiras, casadas e separadas. O equilíbrio se mantém, também, entre o número das que têm filhos e daquelas que não os têm. Em termos de escolaridade, as de nível superior predominam, atingindo o dobro das que têm 1.º grau até a 4.ª ou a 8.ª série. Colocadas dessa forma, tais informações não esclarecem muito sobre a participação feminina, mas, se começarmos a considerar esses dados relacionando-os com a militância e o tipo de movimento a que pertencem, talvez possamos compreender um pouco melhor as diferentes experiências, os elementos que as singularizam e os que as identificam.

A iniciação

Conversando com essas mulheres sobre sua trajetória pessoal, um aspecto para nós importante era como se havia dado o seu engajamento, a sua iniciação política. Várias delas (07) haviam-se iniciado através da Ação Católica, por via da participação nas juventudes estudantis (JEC). Além da influência da Igreja Católica nos anos 50 e 60, através da organização da juventude, período que coincide com a juventude dessas pessoas, algo mais essa informação nos pode indicar. Podemos indagar, em se tratando de um público feminino, sobre as facilidades apresentadas por esse engajamento político, atenuado por seu caráter religioso. Esse caráter pode ter tido, inclusive, uma singularidade na

organização das mulheres, reforçando, para elas, mais que para os homens, o aspecto religioso. Um dos depoimentos que obtivemos exemplifica claramente isso.

"A mulher era mais religiosa. Apesar de muito politizada, a organização feminina enfatizava o caráter religioso." (...) Nunca eles (os pais) haviam pensado que eu iria viajar, fazer reuniões políticas. Mas, ao mesmo tempo, tinha uma coisa muito interessante, como eles eram muito católicos, quando viam que [a viagem] era pra fazer reunião de Igreja, a coisa era facilitada". (Z.R.)

De toda maneira, esse tipo de iniciação permitiu às mulheres o exercício da palavra e da argumentação. Se, de um lado, a separação entre os sexos estabelecia, em algum grau, a hierarquia também presente na sociedade, de outro lado, mesmo sem discutir o porquê dessa "natural" segregação e questões "específicas" das mulheres, essa iniciação constituiu um espaço de formação de mulheres, "treinando-as" em discussões, condução de reuniões, e no exercício da liderança. Pelo menos uma delas chegou à coordenação regional da JEC feminina, o que lhe garantiu, segundo ela própria uma liberdade não usual para uma moça àquela época.

"E com isto eu comecei a entrar em contato com mulheres de curso secundário de todo o estado. Viajava demais, então foi o começo da minha liberdade pessoal. Porque eu fui criada numa família em que tudo era muito resguardado. Mulher era pra casar, ter filho. Não precisava nem estudar muito." (Z.R.)

Parece-nos que a destacada atuação posterior dessas mulheres, se não estabelece uma relação de causalidade com essa "precoce" socialização e treinamento políticos, pelo menos aponta para uma preparação de cuja falta se ressentirão outras entrevistadas, que não a tiveram.

Não pretendemos ser saudosistas, nem mesmo esquecer que a década de 60 foi um período de grande efervescência

política no mundo em geral (Europa e EUA) e na sociedade brasileira. Dadas as nossas condições particulares, ocorreu uma crescente politização dos espaços e discursos.

Dessas mulheres que vivenciaram uma iniciação política semelhante, em organizações ligadas à Igreja, influenciadas pelo humanismo cristão de cunho social, algumas seguiram carreiras políticas similares. Aproximaram-se dos grupos de esquerda existentes na época (POLOP, AP, POC)¹², romperam com a religião e, na expressão da época, aderiram ao materialismo. Além disso, apesar de as trajetórias terem sido únicas e vividas até em diferentes regiões, militaram em partidos de esquerda clandestinos ou no partido oposicionista legal. O seu encontro com a questão da mulher se deu no Movimento Feminino pela Anistia e no engajamento em lutas dos bairros de periferia. Duas delas militam no Movimento Negro, tendo participado da fundação da Casa Dandara.

Uma delas se manteve independente, não se filiando a nenhum grupo. Através de sua experiência de vida, reconheceu-se negra e, em sua carreira acadêmica, estudou um aspecto do tema mulher. Integrava, no momento da pesquisa, o Memorial Zumbi. Considera-se comprometida com a causa da mulher e, antes de tudo, da negritude.

Uma outra vem desenvolvendo um trabalho "pré-sindical", numa categoria predominantemente feminina e com forte presença de negras. É conselheira do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais.

Uma outra ainda, teve sua trajetória no País interrompida, quando acompanhou o marido ao exílio. Ao retornar a

¹²POLOP : Política Operária; AP: Ação Popular; POC: Política Operária Católica.

Minas Gerais, participou do Movimento Feminino pela Anistia. Formou, depois, juntamente com outras conhecidas, um grupo de reflexão sobre a situação da mulher. Logo em seguida, participou da fundação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, e assumiu sua condição de feminista.

As demais mulheres iniciaram-se politicamente através de canais distintos. Uma, jornalista profissional, fundou, juntamente com outras colegas, um jornal tablóide que integrou a chamada imprensa alternativa ou nanica, buscando produzir um outro tipo de jornalismo que não o da grande imprensa.¹⁹ Participou das discussões do Ano Internacional da Mulher, promovidas pela ONU na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, em 1975. De volta a Belo Horizonte, organizou, juntamente com outra jornalista, um seminário (simpósio) nos mesmos moldes do realizado no Rio. Dele saiu o primeiro grupo feminista da cidade. Participou, também, do MFPA.

Outra, dona de casa, fundou, juntamente com mais algumas mulheres locais e a presidente nacional do MFPA - Terezinha Zerbini, o Movimento Feminino pela Anistia em Belo Horizonte. Foi escolhida para exercer a presidência do movimento. Participou, também, da fundação do Partido dos Trabalhadores em Minas.

Ainda uma outra, funcionária pública, integrante de um grupo de familiares de presos políticos, participou da fundação do MFPA. Mais tarde, criou, juntamente com outras pessoas, uma entidade de assessoria ao movimento por creches da Grande BH.

¹⁹Sobre a imprensa alternativa, ver AFONSO, 1982.

Duas outras são militantes do movimento negro, pertencendo a grupos diferentes, ambas preocupadas com a mulher negra. Uma delas milita também no Partido dos Trabalhadores.

Finalmente, quatro sindicalistas: uma de um sindicato de trabalhadores rurais e as outras três, representantes de categorias urbanas.

Nas variadas experiências trazidas por essas mulheres, chamam a atenção alguns elementos recorrentes em suas falas.

Que medo é esse?

O medo, um certo temor, aparece, sob vários aspectos, nas diversas falas. Que medo é esse, ancestral, histórico, que parece habitar a maioria de nós, mulheres?

"...o poder era muito da mulher, a grande força pra negociar e organizar. Mas, quando fizeram a reunião, puseram um homem como presidente. E eu ainda comentei "que coisa, né? Fazem tudo e depois têm que pôr um homem"! E fazem com coragem... Quer dizer, tinham todas as condições... Que medo é esse"? (Z.R.)

Nessa fala, além do medo, podemos pensar que uma referência presente é também a divisão sexual de papéis. Compõe o perfil masculino, é sua "natural" atribuição, a ocupação desse espaço - o público - aqui representado pelo cargo. CHAUI (1986) também aponta essa ocorrência:

"É possível observar, por exemplo, que, na maioria dos movimentos populares e sociais desenvolvidos nos últimos anos no Brasil, a participação feminina é majoritária, ainda que as lideranças de muitos desses movimentos sejam exclusivamente masculinas". (CHAUI, 1986, p. 146) (grifo nosso).

PITANGUYI (1982, p. 6566), discutindo as relações entre a mulher, a natureza e a sociedade, observa:

"... no processo social de construção da identidade de gênero demarcam-se espaços - público e privado - "próprios" a cada sexo: ao homem o espaço externo, à mulher o espaço doméstico. (...) Tais espaços, demarcados a nível concreto, são sobretudo marcos de referência na representação simbólica do feminino e do masculino". (...) Desta forma, os homens se definem fundamentalmente em termos de seus sucessos ou fracassos, em instituições sociais de caráter externo, público, enquanto o marco de referência das mulheres foge à articulação formal da ordem social e se situa basicamente na etapa de seu ciclo de vida e das funções domésticas daí derivadas".

Essa noção está presente, ainda, no nível do senso comum, assim como, até bem recentemente, na legislação. A chefia da sociedade conjugal era direito masculino, independente da situação concreta dos indivíduos, e à mulher, bem enquadrada em seu papel de companheira, cabia ajudar o homem: "Atrás de um grande homem, há sempre uma grande mulher", diz o dito popular.

Entretanto, esse processo de construção de gêneros não é vivido sem contradições ou conflitos. Expressamos nossa concordância com CHAUI (1986, p. 146), quando se refere à ambiguidade dessa construção, ao analisar dados de uma pesquisa entre trabalhadores urbanos no Brasil, que indagava sobre as vantagens e desvantagens de se ser homem ou mulher.

"O que é notável nas respostas é o fato de que, por um lado, as vantagens das mulheres são as vantagens masculinas invertidas e, por outro lado, que as desvantagens entre os sexos nada mais são do que a experiência concreta das suas "vantagens". Evidentemente, não se trata de incoerência, mas sim de contradição no sentido profundo do termo, contradição que exprime o movimento entre a idealização (as vantagens) e a realização (as desvantagens)."

No caso dos movimentos de mulheres aqui enfocados, eles constituem, como já dissemos, espaços privilegiados para a participação feminina. Acreditamos que essa singularidade possa configurar outras possibilidades de as mulheres viverem as contradições decorrentes da divisão sexual de papéis.

Se considerarmos os grupos de cunho feminista que, pela própria proposta, estão dispostos ao confronto com a referida divisão sexual - através da denúncia dessa ordem como injusta, desvantajosa e opressiva -, vamos encontrar um tipo de vivência distinta daquela experimentada nos grupos de mulheres organizadas a partir de seu papel tradicional - de mãe. Esse tipo de inserção pode significar "proteção" frente a conflitos e enfrentamentos. Veja-se este depoimento:

"reuniões uma vez por semana na minha casa, em que, desde o primeiro dia, ficou claro que homem não podia entrar, porque a gente decidiu, depois de muitas discussões dentro do grupo, que o homem representava uma autoridade e que podia atrapalhar o andamento da coisa. (...) havia pessoas que achavam que o homem era o grande companheiro de lutas e que devia ser incorporado logo de cara e que deviam [os homens] ter direito a entrar no grupo, embora nunca tenha aparecido um homem que, concretamente, tenha querido entrar. Mas incomodava muitíssimo às pessoas que não queriam fazer parte do grupo a existência de um grupo onde não se aceitava homem". (M.C.) (grifo nosso)

E este outro:

"E a partir daí, realizavam-se algumas discussões para a criação de um movimento que tivesse uma preocupação principal - organizar as mulheres - e ter uma preocupação destacada com a mulher mais simples, do povo, que é aquela que tem menos informação, que está mais cercada pela rotina da casa, das crianças. Aliás, é a grande polêmica do grupo. A maioria considera que se deve resgatar o termo feminista, para que não seja compreendido feminista, pura e simplesmente, como uma concepção radical de visão da luta da mulher (...) (nos núcleos) a polêmica que se trava está bem mais atrás: se a gente deve ter uma organização própria da mulher; se deveríamos colocar no nosso material "pelos direitos da mulher", porque isto faria parecer que nós tínhamos diferenças com os homens, sendo que nós sofremos as mesmas coisas que eles. E que, se colocássemos "pelos direitos da mulher", os maridos iriam achar que queríamos era o direito de "gandaiar". (...) No conjunto, para a maioria das mulheres, a luta ainda é para absorver, no plano da consciência, que existe essa especificidade; embora, na prática, as mulheres achem importantíssimo ter reunião só de mulher ..." (J.M.)

F. 101
St. Hill

Esses dois depoimentos representam concepções muito distintas da luta e organização de mulheres. O primeiro, de uma feminista histórica, numa referência a um grupo criado, em 1975, por mulheres intelectuais pertencentes aos extratos médios; e o segundo, de uma militante de um partido de esquerda, feminista, membro da diretoria de um grupo fundado na década de 80, composto por mulheres das camadas médias e populares.

Creemos, porém, ser importante apontar, além dessas duas posições, uma terceira.

"Porque nós achávamos o seguinte: a mulher tem uma força muito grande e estava aí, não tinha chance de participar de política; uma massa muito manipulável. Então, nós achávamos que era importante, num momento (a partir de 1975, estava se discutindo a questão da mulher), a mulher se engajar num movimento político, e a anistia era o primeiro movimento político após o golpe de 1964. (Estou falando de movimento amplo, à luz do dia) Nessa época, muita gente questionava porque era de mulher e eu fui defensora de ser um movimento de mulher. Primeiro, porque era Movimento Feminino pela Anistia. E já estava registrado, numa época de muita repressão. Então, sendo um movimento de mulher e do jeito que a gente pensava - amplo, de mulheres não apenas universitárias -, teria, inclusive, um respaldo popular e um resguardo do ponto de vista da repressão. Era um negócio meio estratégico (...). Uma das questões era porque era feminino. Eu noto que, pra muitas mulheres, significou um marco na vida, e eu ficava muito preocupada quando o pessoal falava "por que não pode ter homem?"; eu sentia na carne uma coisa antiga, e que já vinha da minha militância na JEC: "sentou mulher junto com homem, mulher cala a boca". Pode ser a mais letrada, a mais inteligente, são raríssimas as exceções... Foi um movimento muito importante, em termos de movimento de mulher. Na época, já existiam as feministas e um movimento feminino: nós especificávamos que éramos um movimento feminino." (Z.R.)

Esses fragmentos ilustram as diferentes perspectivas sobre a questão da mulher, sua luta e organização, presentes no amplo movimento de mulheres. Essas óticas implicaram direcionamentos distintos nas discussões que se travavam no nível dos grupos.

É interessante notar que, com exceção dos grupos primeiramente identificados com a perspectiva feminista, as demais abordagens implicaram a inserção das mulheres a partir de seu papel tradicional - mães, esposas. Cabe ressaltar que isso se dava tanto em sua concretude como também em sua virtualidade. Vale dizer que o MFPA reunia mulheres que, mesmo sem terem tido os seus próprios filhos presos e torturados, banidos ou mortos, viviam, através da maternidade, essa possibilidade. Isso viabilizava uma identidade entre elas e as mães que realmente tiveram seus filhos vítimas das arbitrariedades do regime militar. Esse fenômeno é também apontado por autores que trabalham com a experiência dos Clubes de Mães. Esses clubes reúnem, além de mães, mulheres que, mesmo sem a experiência real, são consideradas mães em potencial. SADER (1988, p. 209), ao tratar dos Clubes de Mães, refere-se a depoimentos que declaram ser objetivo desses clubes "a **organização das mulheres**, no quadro da organização do povo, para lutar por seus direitos..." (grifo nosso) Note-se que o termo "mulheres" é utilizado como sinônimo ou análogo ao termo "mães". CALDEIRA (1984, P. 14), em sua brilhante análise sobre a participação das mulheres da periferia em movimentos populares, observa:

"Com relação especificamente à questão da mulher, está claro que ela não é em nenhum momento enfrentada de maneira semelhante à que faz o movimento feminista, ou seja, a problemática da mulher não é legitimada como sendo específica e autônoma. Mais do que isso, em nenhum momento parece aventada a questão da igualdade entre os sexos entre essas mulheres que fazem questão de reivindicar em nome de seu papel tradicional - o de mães - e de marcar a separação entre uma esfera feminina e uma masculina. No entanto, também não se pode argumentar que as mulheres que reivindicam deixam de operar uma modificação - e a meu ver significativa - no papel da mulher (...). Não são feministas nem gostam das feministas, mas na prática o que estão fazendo é mudar o papel da mulher" (grifo nosso)

Assim, mesmo aquelas mulheres que percebem a sua participação e o seu engajamento como uma extensão de seu papel

privado (doméstico) estão implementando alterações na realização desse papel, ainda que não o tenham assim elaborado, ressignificando-o com sua prática. Não podemos, entretanto, estabelecer mecanicamente a relação entre participação e consciência de gênero, como bem demonstram os depoimentos que obtivemos.

Refletindo, também, sobre a relação entre mulher e política, FEIJÓO (1987) analisa o Movimento das Mães e Avós da Praça de Maio, na Argentina. Seu trabalho aproxima-se de nossa perspectiva, por tratar da maternidade e do engajamento pela via do papel privado.

Essa autora alerta para a possibilidade de as mulheres se adequarem mal a uma institucionalidade política fundada na lógica masculina do poder, pois elas seriam "acionadas" para a atuação (política) a partir do afeto, inserindo-se nessa esfera através de seu papel privado. Recorrendo a uma bela metáfora - as filhas de Antígona - para falar das mães e avós da Praça de Maio, ela se pergunta se continuaremos (nós, mulheres) sendo somente as filhas de Antígona, golpeando as portas do Parlamento, e se essa atuação será suficiente; ou se estamos prisioneiras de uma armadilha que nós mesmas armamos.

Você sabe que é negra?

A experiência de participação das mulheres negras apresenta peculiaridades em relação às mulheres brancas. Primeiro, em sua condição se entrecruzam duas opressões diferentes - de gênero e de raça. Essa situação vem sendo apontada como uma dupla opressão. Se a situação das mulheres

frente aos homens é de desvantagem, a da mulher negra é ainda pior. (Cf. GONZÁLEZ, 1982; CARNEIRO & SANTOS, 1985; SILVA, 1989) Elas são a maioria entre as domésticas e são, também, em maior número, analfabetas.

Todavia, o que mais nos chamou a atenção nos depoimentos das mulheres negras diz respeito ao reconhecimento da condição de negra. Em Minas, as mulheres negras que se engajaram na luta da mulher fizeram-no bem antes de reconhecerem sua condição racial. Provavelmente, as suas condições "privilegiadas" frente à população negra dificultaram essa identificação. Além disso, o mito da democracia racial e a própria existência da "escala cromática" contribuem para a alienação da população "de cor". Essas mulheres, universitárias, profissionais liberais, fizeram uma longa trajetória até o encontro com sua negritude.

Ressalte-se que, no movimento de mulheres, essa discussão se deu tardiamente, o que vem indicar a composição racial e social predominante. A exceção se dá pela vertente popular, que contribui para a presença no movimento de um maior número de mulheres negras. Além dessas razões, não podemos deixar de nos referir à defasagem temporal ocorrida entre o florescimento do movimento de mulheres e do movimento negro. Contudo, apesar de toda essa argumentação, é extremamente significativo um dos depoimentos obtidos.

"Negro, a mais longa de todas as revoluções. Por que eu falo isso? Porque dificilmente você vai encontrar uma mulher, convidá-la para uma entidade de mulheres e ela vai virar pra você e falar: "não, eu não sou mulher." (...) tem que ser uma pessoa que tenha uma negação absoluta da sua sexualidade para deixar de reconhecer que seja mulher e, portanto, você esteja fazendo um convite impróprio para ela. Agora, em relação ao negro, por exemplo, eu fico perguntando assim: eu convido fulano ou não convido, será que alguém já falou pra ele que ele é negro ou eu vou ser a primeira pessoa,

será que ele vai receber bem? (...) Eu chego e falo assim: olha, eu sou presidente de uma entidade negra e eu acho muito bom... E a negrada fala o seguinte: "é, se ela que é mais clara do que eu está se chamando de negra, por que eu que sou muito mais negro, não?". (D.M.) (grifo nosso)

A militância no movimento negro apresenta, para as mulheres negras, dificuldades semelhantes às enfrentadas pelas mulheres brancas em movimentos não exclusivos. O discurso do movimento negro bate-se pela unidade da luta, pela identidade construída a partir da condição de negritude. Introduzir a variável gênero pode significar a instauração da diferença entre os iguais. Mesmo que já existam muitas mulheres negras despertadas para a especificidade de sua condição, no nível interno do movimento, essas discussões são secundárias. A construção de uma identidade negra tem ocupado o espaço central, dificultando o debate sobre as condições da mulher negra em relação ao companheiro do movimento: são dificuldades nas relações de gênero.

Sindicatos e partidos: conquista de espaços

A experiência das mulheres militantes sindicais e partidárias apresenta um recorte diferente em relação às militantes em movimentos de mulheres. Tanto o sindicato quanto o partido são identificados enquanto territórios masculinos. No sindicato, a inserção não se dá pela consciência de gênero, ou pelo papel privado. Ao contrário, o engajamento na luta sindical passa pela consciência do indivíduo enquanto trabalhador e aponta para a consciência de classe. No entanto, as abordagens clássicas da luta de classes não consideram as variáveis sexo ou raça, o que termina por significar que o sexo da classe é o masculino e a

cor, branca. (KERGOAT, 1986; HUMPHREY, 1983; LOBO & HIGGS, 1983). Nessas abordagens, a condição de classe vivida segundo o gênero, com especificidade racial, ou ambas, desaparece, numa homogeneidade empobrecedora.

No que diz respeito aos partidos, é também tradicionalmente afirmada a incompatibilidade da mulher com a política. Por ser o espaço "legítimo" da prática política, e por ser a política "coisa de homem", não seria realmente de se esperar a presença de mulheres em suas estruturas.

O reconhecimento, pelos sindicatos e partidos, da especificidade da opressão feminina já pode ser creditada na conta do movimento de mulheres, isto é, a penetração nessas organizações da "questão da mulher" está em estreita relação com o avanço e o reconhecimento social da luta das mulheres.

Apesar desse avanço, a presença feminina nos sindicatos e partidos é ainda claramente minoritária, conforme pode ser visto na literatura sobre o tema (LOBO & HIGGS, 1983; LOBO et alii, 1986; HUMPRHEY, 1983; GIULANI, 1987). Em Minas, a situação não é diferente. Constatamos essa realidade em pesquisa desenvolvida em colaboração com FILGUEIRAS (1988) e com MIRANDA et alii, 1987, CÓSER & FILGUEIRAS, 1988). Com relação à participação partidária, também se passa o mesmo (Ver TABAK, 1982, 1983; TABAK & TOSCANO, 1982; MORAES, 1985; CÓSER, 1988). Os trabalhos enfocando Minas, além da literatura mais geral, serão as principais fontes de nossa análise.

Além das clássicas dificuldades, malabarismos necessários à compatibilização da participação política (sindical ou partidária) com as demais atribuições femininas (esposa, mãe,

dona de casa e profissional), transformando aquela em terceira ou quarta jornada de trabalho, outros aspectos merecem ser discutidos. Tais aspectos são especialmente importantes, porque apontam na mesma direção dos reclames das mulheres participantes de movimentos. Alguns depoimentos ilustram essa afirmação.

De não falar, de falhar, de não estar preparada... ou a socialização emudecedora

Percebe-se nos depoimentos um certo medo:

"... eu ainda não tive essa coragem ..." (V.)

Coragem para encarar de frente a categoria, dirigir uma assembléia, falar. Medo/coragem. Novamente a referência, mesmo que indireta (quem é corajoso não cede ao medo), agora indicando uma direção, tentativa de explicar, perceber a causa: **"de não falar, de falhar; de não estar preparada"**. (V.)

Esse medo, esse despreparo desdobra-se em insegurança.

"É o tipo da coisa, nós, mulheres, não somos educadas para esse tipo de trabalho (sindical). De repente, está aí, a mulher precisa assumir um monte de coisas, e fica insegura, a gente é muito insegura. As mulheres aqui estão compondo a direção e tudo, mas são muito inseguras. A gente faz um trabalho mais de bastidor. Mas tem que ficar bem claro: não é que aqui esta oportunidade não exista. Ela existe e, às vezes, é até uma exigência. Mas eu tenho uma grande dificuldade de expor para muitas pessoas. Eu tenho essa deficiência, a outra diretora também..." (M.) (grifo nosso)

Esse depoimento é rico, porque alinhava alguns pontos presentes em outras falas. A sensação de despreparo surge associada a uma falha na Educação, em seu sentido de socialização, de preparação para a vida. Perpassa a idéia de que poderia ser diferente, caso outras condições tivessem sido oferecidas.

Muitas pesquisas analisando o sexismo na Educação confirmam a realidade da discriminação. Ela acontece desde às formas mais sutis às mais óbvias. Está presente na família, na escola, nos meios de comunicação, conforme pode ser visto em BELLOTTI, 1970; BEAUVOIR, 1980; ROSEMBERG, 1975, 1977, 1985.

Esse sexismo, presente na cultura e atribuído à socialização, enquanto instrumento na construção da subalternidade feminina, aparece em vários depoimentos:

"Quer dizer, tem toda uma formação no campo, ainda muito forte, de que a mulher tem a sua tarefa específica, que é cuidar da casa, dos filhos e tudo o mais. Já é uma batalha pra gente romper com essa tradição e, além do mais, no campo sindical existe este descaso em relação a incentivar a participação da mulher...
 (...) A formação da gente é essa: a menina é criada para casar. Os pais não têm tanta preocupação com os filhos, mas têm com as filhas. Então, a educação é feita assim, e isto aí justifica realmente como é inibida a participação das mulheres em tudo, porque limita. A criação é totalmente diferente".
 (C.M.) (grifo nosso)

É interessante notar que esse depoimento, além de apontar a Educação e a socialização como elementos fundamentais na construção dos gêneros, refere-se ainda a uma luta dura, porque travada contra o "inimigo interno". Essa referência aparece, também, na fala de uma outra mulher, sendo citada como fonte de conflitos e desgastes:

"(...) e a gente achava que além de combater a ideologia (machismo) nos homens, a gente tinha que combater em si mesma, na ideologia que a gente também tinha, certas frescuras, certas dependências, certas inseguranças. Quer dizer, o feminino que a gente tinha dentro da gente também tinha que ser combatido. Isso era uma tragédia, porque você tinha de ficar 24 h vigilante: em relação a você mesma, às pessoas em volta, na relação com os homens que você transava, na família. Era um inferno". (M.C.)
 (grifo nosso)

O tom atenuado com que uma mulher se refere ao fato e a crueza mostrada na fala da outra talvez possam ser atribuídos à diferença das épocas a que os dois discursos se referem. Os tempos iniciais do feminismo encontraram uma situação muito mais fechada às denúncias das mulheres do que os tempos atuais, em que a opressão feminina já é reconhecida como real e não mais como produto da fantasia de algumas desajustadas.

Referindo-se à necessidade de transformar a situação da mulher, Emma Goldman, alertava para o fato de que não bastariam a emancipação política e a igualdade econômica, se as mulheres não rompessem com a servidão ideológica que a sociedade lhes impunha:

"(...) É preciso que as mulheres aprendam a lição, que compreendam que os limites para sua liberdade estão nas suas forças. Daí porque é muito mais importante começar em si própria, libertando-se do peso dos preconceitos e das normas seculares" (1983, p. 40).

E a vivência das limitações presentes na vida das mulheres nem sempre provoca reações indignadas, ainda que sejam reconhecidas enquanto limites. Nova referência à Educação:

"Eu diria que são as injunções da vida da mulher. É a mulher fora da política, é a mulher educada para ficar fora da política. Então, eu diria, são as injunções da nossa vida que nos afastam da luta". (I.T.) (grifo nosso)

Mesmo que possamos discutir o poder atribuído à Educação, seja na reprodução da divisão sexual de papéis, seja na mudança nas concepções de gênero, a referência a um poder e à importância da Educação atravessa os discursos. A aparição tão frequente desse imaginário sobre a Educação pode estar relacionada ao lugar que esta ocupa na ideologia "liberal" das elites brasileiras. (Cf. ARROYO, 1987)

O que nos parece importante reafirmar é que a compreensão da produção da subalternidade feminina, como diz PAOLI (1985), deve ser entendida dentro de uma lógica que considere os padrões fixados pela divisão sexual do trabalho, construídos não apenas pelo comando do capital, mas também através da dominação patriarcal.

Voltando às idéias presentes no depoimento das páginas 107 e 108 podemos perceber que a falta e o despreparo são sentidos e coletivizados em um plural que denota uma identidade: nós, mulheres.

"Mesmo compondo a direção, somos inseguras".
(M.)

O que está por detrás: a invisibilidade dos bastidores

Surge, ainda, associado à noção de feminino e de insegurança, um tipo de trabalho, uma ação que se dá **por trás**, nos bastidores. A palavra, segundo a definição do dicionário de Aurélio Buarque, pode ser associada a suporte (para bordar, para o cenário teatral) e também ao encoberto, àquilo que não é visível, que não se acha ao alcance do público.

Sem querermos escorregar na associação fácil e no maniqueísmo persecutório que tanto atribuem ao olhar feminista e militante, não podemos deixar de marcar algumas ligações. Tanto a noção de suporte quanto a de invisibilidade estão associadas a um imaginário do feminino, e estreitamente vinculadas à vida das mulheres.

Suporte, sustentáculo da família, a mulher convive com esses valores enquanto constituintes do seu próprio ser. A maternidade, central na definição do feminino, e, talvez mais propriamente, da mulher, aparece a eles relacionada (Cf. NOVELINO, 1987; PRADO, 1979).

A invisibilidade, por sua vez, faz-se presente na vida da mulher desde o seu órgão sexual, que é reentrância e não saliência, ao trabalho doméstico (filho, casa, etc.), hoje quase sinônimo de trabalho invisível (Ver LARGUÍA & DUMOU-LIN, 1976; PITANGUY, 1982).

A parte interna das casas era, também, o espaço destinado às mulheres nas Minas Gerais do início de nossa formação, conforme depoimento do viajante SAINT-HILAIRE (1975), costume, aliás, que não foi prerrogativa somente nossa, pois ainda vigora em determinadas culturas.

O termo suporte pode também ser entendido como a base sobre a qual se erige o edifício. É, pois, trabalho da maior importância. Do mesmo modo, o que não está ao alcance dos olhos pode dar lugar a imagens de poder. O que nos importa ressaltar não é a valorização pura e simples de determinados atributos ou condições, mas, sim, que as mesmas condições estão abertas a várias leituras. No caso de nosso depoimento, a idéia que vem articulando o raciocínio é de deficiência, de carência. Essa falta é sentida como pessoal, mas também como coletiva: "eu tenho essa deficiência, a outra diretora também", e é o compartilhar de uma mesma condição, no caso, a carência, que viabiliza o reconhecimento do outro como um igual. Esse princípio está muito bem tratado por DURHAM (1984) e CARDOSO (1983), quando abordam a construção da coletividade nos movimentos sociais.

Ao se resgatar o caráter coletivo dessa falta, abre-se caminho para a organização dos iguais. A identificação dessa carência coletiva enquanto fruto da produção histórico-social, portanto, humana e passível de transformação, aparece como elaboração da própria organização, o que, por sua vez, é parte do constituir-se enquanto sujeito coletivo.

"É difícil as pessoas entenderem que existe discriminação da mulher neste País (...) Esse paternalismo não é contado como discriminação (...)." (M.)

"Eu fui (ao Seminário de 1975, ONU/ABI-RJ), fiquei lá 3 dias, descobri coisas interessantíssimas, porque eu tinha uma certa revolta com relação à situação da mulher, à minha principalmente, quando a comparava com a situação dos homens que eu conhecia e que tinha por perto, mas não estava muito claro de onde vinha aquela desigualdade, como ela era construída, como podia ser superada. Lá, pela primeira vez eu me dei conta (...) Clareou um monte de coisas na minha cabeça e eu trouxe pra Minas aquelas informações..." (M.C.)

A fala(ação) feminina: o silêncio ruidoso

Homens e mulheres sentem medo. O desafio se coloca para ambos, porém não do mesmo modo. Homens e mulheres, para além de sua subjetividade, são treinados e socializados em direções distintas. Eles, para dar conta do recado, sem direito a reclamar. Elas, para se sentirem incapazes antes de tentar, e com direito ao choro. Para além da pobreza da caricatura, os relatos das mulheres e a insistência de trabalhos acadêmicos dizem das dificuldades que as mulheres têm para assumir determinados lugares, sobretudo aqueles que se referem ao exercício explícito do comando e do poder e à fala pública:

"Se a gente pensar qual é o espaço da mulher em qualquer coisa, qualquer entidade, nós vamos perceber que o espaço é muito pequeno. Na direção, nem falo, mas o espaço físico, de falar (...) não é numérica a coisa, é mais fundo e não é um problema do partido, do sindicato. É um problema que está aí e só vai ser resolvido quando houver uma organização, uma consciência maior, o feminismo avançar (...) Ou então, nós vamos chorar o resto da vida, não poderemos ser candidatas, não ganharmos, não termos poder... (Z.R.) (grifo nosso).

A dificuldade de falar aparece em praticamente todos os depoimentos. As feministas, pioneiras nessa afirmação, apresentaram-na como argumentação para a formação de grupos

exclusivos de mulheres. E essa idéia, de alguma forma, tornou-se consenso. Não é fácil a aprendizagem da fala, o uso da palavra, principalmente para as mulheres que, por definição, são destinadas à reclusão do espaço doméstico, à discricção da vida no lar, à realização enquanto esposa e mãe, e estão geralmente referidas ao cotidiano, não importa em que espaço atuem. A sua dificuldade em falar pode estar a isso relacionada. Isto é, elas falam do cotidiano, do miúdo, do repetitivo, do banal:

"Então, eu vejo que existe uma dificuldade de a mulher falar, a vida dela é um negócio tão calado, tão silencioso, de repente participar de uma reunião que fosse só de mulheres significava que ela abria a boca. Perdia o medo, podia não ser no primeiro, mas era no segundo, no terceiro dia. Ela ia vendo que todo mundo tinha o direito de falar, falar bobagem, besteira, coisa séria. Agora, juntou mulher com homem, não saía nada". (Z.R.) (grifo nosso)

PAOLI (1985, p. 66-67), analisando a repercussão do movimento feminista, toca nessa questão e nos dá algumas pistas para problematizá-la:

"... um dos pontos mais exaustivamente tocados pelo movimento é o da invisibilidade da experiência real da mulher nas relações sociais, da opacidade e da solidão da vida, da transfiguração de uma dinâmica própria em espaço pré-fixado, do sufoco e do silêncio sem canais de expressão. (...) O feminino constituído como inversão da experiência real das mulheres, como dominação que as fazia silenciar..." (grifo nosso)

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que nossas entrevistadas se referem à mudez pelo medo à fala, e a autora se refere às mulheres e ao silêncio, a imagem da mulher sempre esteve associada a um falar demasiado. Trata-se, portanto, de uma mudez e de um silêncio ruidosos, uma vez que a fala feminina, no mais das vezes, é caracterizada como falação, tagarelice, lamúria, queixume, fofoca e mexerico.

Enfim, ruído esvaziado de conteúdo sério, fala desqualificada, às vezes até pelas próprias mulheres: "conversas de mulher" (com uma conotação de futilidade, tagarelice). Falação que substitui a ação? RODRIGUES (1978, p. 71), em estudo sobre as condições de vida da classe operária no País, analisando as diferenças entre os sexos, fala do sentimento periférico das mulheres frente ao mundo e do sentimento de exterioridade frente à definição de sua própria história, e assim se refere à fala feminina:

"Esses fatores, como vimos, explicam a prolixidade feminina. O discurso é um protesto e uma forma de atuação. A mulher apresenta, mais que uma biografia, um "sistema de queixas" e uma justificativa que, apesar de todas as aparências em contrário, a impede de se livrar da injustiça de que objetivamente ela possa estar sendo vítima".

Em nossa interpretação dessa análise, de fato, a elaboração do discurso, a falação feminina, "o rosário de lágrimas" funcionaria enquanto elemento paralisante de uma "ação causadora de ruptura."

Que fala queremos, nós, mulheres? Que fala é construída nos grupos, no movimento? A conquista da palavra, a construção de uma fala própria, qual o significado disso? Sair do ruído em direção à fala. Tornar, na expressão de PAOLI (1985), a questão da mulher uma questão política. Ainda a mesma autora nos diz (p. 67):

"... na medida em que se constituíam como sujeito político, as mulheres foram elaborando uma fala própria sobre si mesmas, identificando, polemicamente, o que significa o feminino como imagem, mas sobretudo como relações que se formam no interior de uma situação específica de opressão".

A fala e o poder ou o poder da fala?

Uma questão que nos preocupava, no momento da pesquisa, e que já era uma inquietação antiga dizia respeito ao poder. Pelas nossas leituras, pela nossa vivência, enquanto militantes, sabíamos ser essa uma questão crucial a ser enfrentada pelas mulheres. Muitas poderiam ser as opções feitas e as formas de abordar essa questão, mas nunca seria simples.

Dentro do movimento de mulheres, algumas discussões eram feitas, assim como pelos movimentos sociais em geral.

Constava (e ainda consta), do ideário feminista, proposta organizativa que rompesse com a estrutura vertical predominante nos partidos e sindicatos, modelos aos quais essa proposta se contrapunha. Portanto, a palavra de ordem eram as "organizações horizontais". Com isso, pensavam estar contornando esse difícil problema. Era a utopia feminista (Ver MALHEIROS, 1987; MIRANDA et alii, 1987).

No nível dos demais grupos de mulheres, como em outros movimentos sociais, a forma do movimento em si significava, para os seus participantes, uma alternativa de organização que, referida ao compartilhar de carências comuns abria espaço para a igualdade, a comunidade de iguais. A idéia era de participação direta, democracia das bases. A despeito da consecução maior ou menor desse objetivo, essa era a "idéia fundadora." (Ver CARDOSO, 1983; DURHAM, 1984; SADER, 1988)

No caso dos sindicatos, na esteira do novo sindicalismo, cresceu a preocupação com maior participação das bases.

Já nos partidos, as estruturas são fortemente hierarquizadas. Com diferenças, referência especial deve fazer-se ao

PT, cuja história é singular em nosso quadro partidário; seus membros tentam criar instâncias participativas, em graus variados, que incorporem grupos até então "sem lugar": mulheres e negros, geralmente.

Essa digressão serve para situar o panorama onde vamos discutir as questões de poder, relacionando-as com a participação das mulheres.

As dificuldades que apareceram em relação ao uso da palavra já nos dão algumas pistas do caminho por onde passa a relação entre mulher, de um lado, e participação e poder, de outro:

"Em termos de participação quantitativa no plenário da Assembléia, na maioria dos casos, nós somos majoritárias (categoria 80% feminina). Eu já fiz a estatística de tanto que me incomodava: intervenção em assembléia - em 15 ou 20 intervenções, 2 ou 3, no máximo, são de mulheres. Numa assembléia em que somos predominância, numa categoria em que somos predominância, isto é claro como água, nós não tivemos ainda, se eu quiser quantificar, nem 10% da palavra". (I.T.) (grifo nosso)

E ainda:

"Nós queremos ver se a mulher participa mais da vida sindical, porque não existe participação das mulheres. É horrível, mas não existe. A uma assembléia que a gente convoca vêm 600 homens e 5 mulheres. (Categoria majoritariamente masculina)". (V.)

ou:

"Os partidos, eles não conseguem absorver, não conseguem empolgar fora de épocas eleitorais ou de grandes campanhas políticas (...). Eu acredito que, até hoje, a existência do Departamento Feminino no Partido é porque a mulher não encontra espaço na estrutura do partido (...). No seu conjunto, os homens só homenageiam as mulheres, homenageiam a generosidade delas, o fato de serem mão-de-obra gratuita". (J.M.)

Os depoimentos reafirmam a dificuldade das mulheres com a palavra, reconhecendo-a como obstáculo para uma participação mais ativa. Quando consideramos que o exercício da liderança implica falar diante de público numeroso, argumentar, discutir, polemizar, percebemos que as dificuldades aumentam. Uma relação fluente com a palavra pode transformar-se em elemento de poder. A consciência desse significado e de sua importância é salientada pelas mulheres em geral, como também a preocupação em superar esses limites. As soluções buscadas diferem, mas o mais interessante é que todas passam por espaços de discussões exclusivos de mulheres. Nos grupos só de mulheres, esse argumento passa pela própria constituição do grupo. No caso dos sindicatos e partidos, "soluções" como comissões, departamentos e setores são tentados.

"A partir disso aí, a gente começou e ficou mais clara a dificuldade que a mulher tem de se expressar. Porque no próprio congresso (teve um seminário primeiro, depois teve o congresso da Federação) ficou difícil achar uma mulher para defender a tese sobre a mulher (na plenária). Então, a partir disso, a gente está discutindo aqui no sindicato como é que nós vamos trabalhar a nossa insegurança. Nós vamos (as diretoras) formar um grupo, buscar desafios, vamos, de repente, até impor mesmo. Numa assembleia, por exemplo, pra montar uma mesa vai ter que ter alguém (mulher). Se, de repente, a reunião do colegiado está rolando e tem pouca mulher falando, nós vamos ter que ..." (M.)

Sem entrarmos no mérito da eficácia de tal estratégia, não resta dúvida de que as mulheres estão percebendo suas dificuldades, lendo-as a partir da problemática de gênero, e buscando superá-las. E se trata realmente de um grande desafio, pois o espaço da participação política é também altamente competitivo. Exige arrojo. Essas características entram em conflito com o ideal de feminino presente na nossa cultura:

"Quando você consegue vencer todas as barreiras, você concorreu ao espaço político, disputou, você também tem problemas. Porque, para você se impor, como liderança, como pessoa capaz de dirigir é meio complicado, porque a disputa do espaço começa a acontecer. E os homens não estão acostumados nem vão dar isso de graça para nós. Mas não é fácil, muitas companheiras se perdem nesse processo. Não conseguem se impor, não conseguem romper isso e muitas vezes manter a compreensão dos companheiros que também são direção e, às vezes, não entendem isso. Então, eu acho que continua sendo um desafio. As companheiras que estão hoje nas direções, (isto) é uma conquista. Não vem de graça. Ninguém pense que vem de graça, porque um dos argumentos é o seguinte: "só por ser mulher não, tem de ter competência". E nós não estamos preparadas para isso, nós não tivemos espaço para nos prepararmos. Você vê num congresso desses aí, as delegações são de homens, entendeu? Então, como é que nós vamos crescer politicamente, se nós não participamos? Então, é desafio, eu acho que mais para nós, mulheres". (C.M.)

Como vimos, é uma difícil aprendizagem. E, mais uma vez, a menção ao despreparo, à falta de um espaço para essa preparação. Esse espaço exigiria, porém, algumas especificidades não encontráveis no nível formal da Educação, ou em qualquer organização:

"Não será brincando de democracia que o cidadão aprenderá a construir a democracia, não será desprezando o poder que se fortalecerá o apoio para a conquista e o exercício do poder". (ARROYO, 1987, p. 63)

No caso das mulheres, essa situação complica-se um pouco mais. A Educação e a socialização femininas, a nosso ver, prepara-as para o altruísmo, para a prestação de serviços, para o consumo. Evitar o conflito e o confronto parece ser o lema da educação feminina. Nunca se preparar para o exercício do poder. Portanto, o espaço requerido pelas mulheres traz uma exigência nova: a preparação para o exercício pleno de sua liberdade, de sua condição de sujeito.

DURHAM (1984, p. 28), discutindo a relação movimentos sociais e cidadania, afirma:

"No movimento as pessoas se conhecem, ampliam a sua sociabilidade, "aprendem a falar", isto é, a formular questões novas sobre sua experiência de vida. Basicamente, elas tornam coletivas (e dessa forma integram) as experiências individuais e fragmentadas, encerradas nos limites da vida privada".

Posto dessa forma, esse espaço parece cumprir, em parte, as exigências formuladas pelas mulheres, mas podemos focalizar um pouco mais o nosso olhar, para pensar na possibilidade de um espaço que, oferecendo as condições necessárias, possibilite, ainda, uma discussão feita a partir da condição de gênero: mulheres reunidas para discutir, a partir dessa ótica, a sua inserção no mundo, para aprender a falar, a formular questões novas sobre sua experiência de vida. Aí, PAOLI (1985, p. 68-70) nos ajuda nessa reflexão:

"Grupos diversos, reunindo mulheres de várias procedências, com histórias distintas, atuantes e não atuantes, profissionais, donas-de-casa, a questionarem e a exprimirem, com distintas formas de consciência, suas próprias vidas e sua subalternidade. (...) Reconhecendo uma sujeição específica que pode projetar a vontade de rompê-la... (...) No terreno desse encontro entre política e cultura, parece fundar-se, enfim, uma identidade própria, mediadora da afirmação de uma subjetividade política: forma-se aí a experiência de um sujeito nas formas históricas de seu tempo e de seu lugar. Sujeito de uma opressão que se apresenta como uma infinita atribuição de diferenças e estigmas, mas também sujeito de uma vontade que pode apoderar-se dessa diferença como crítica. A identidade que sai daí é necessariamente - por ser historicamente formada em uma sociedade concreta - ambígua e multifacetada: como política, portanto, ela é uma prática que não supõe um sujeito único, mas sim comum e coletivo". (grifo nosso)

Através das análises dos depoimentos, podemos perceber, em síntese, que, a despeito de onde se dê essa prática - partido, sindicato ou movimento - as mulheres experimentam dificuldades comuns, ainda que em graus diferenciados.

Assim, o medo e o sentimento de despreparo frente ao desafio do exercício da liderança está presente em quase todas

as falas. Esses sentimentos ligam-se às dificuldades em relação ao uso da palavra pública, que, por sua vez, é atribuída a uma falha, a uma falta na Educação/socialização. Elas sentem que não foram preparadas para ocupar tais espaços e se incumbir de tais atribuições. Percebem, também, que esse desafio se dá diferentemente para seus companheiros homens e que as dificuldades que enfrentam se relacionam à sua condição de gênero.

É interessante acentuar que as estratégias pensadas para superar tais limites passam sempre pela reunião em grupos exclusivos de mulheres, com o objetivo de elaborar e coletivizar essas experiências, buscando ultrapassá-las, ou mesmo contorná-las. Nessa trajetória, enfrentam a concorrência e a competição, presentes na prática política e especialmente difíceis para elas.

Todavia, é também nesse processo que muitas descobrem as especificidades da prática política no feminino e o desafio aí presente. Nesse percurso, vão conformando novas concepções, novas visões de mundo e de sua inserção nele, assim como vão ampliando sua condição de sujeito, afirmando-se como sujeito de direitos, com todas as contradições e ambiguidades que isso significa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E afinal, a que chegamos?

Na introdução, já dizíamos de nosso interesse em compreender a participação política da mulher na sociedade brasileira, mineira de fins do século XX. Nesse período, recortado em uma década, as mulheres se organizaram em torno de uma problemática específica e irromperam na cena pública, reivindicando um outro estatuto e lugar social. Ainda assim, ao tratarmos da atuação das mulheres nos partidos, sindicatos e movimentos sociais pudemos confirmar a lentidão com que se processam as mudanças culturais: as mulheres continuam minoritárias na política partidária e desiguais (significando menor valor) no mundo do trabalho, conforme vimos no Capítulo II. Entretanto, a ruptura com uma outra leitura das relações sociais foi feita. Por isso, acreditamos que a entrada em cena das mulheres na década de 70 significou menos do que se queria, mas talvez mais do que fosse possível perceber. Um divisor de águas se instalou, marcando um antes e um depois: as idéias feministas. Resgatar a memória para construir uma nova identidade e inserção no mundo colocou-se como tarefa para as próprias mulheres, conscientes de que não se tocaria em um termo da equação sem alterar o outro.

As mulheres estão lutando para conquistar a condição de sujeito, sujeito específico, singular, porém sujeito de direitos. Essa luta configurou-se, para nós, ao longo deste trabalho, enquanto luta por cidadania: direito a ser conquistado por aqueles dele excluídos, como lembra ARROYO (1987).

Nessa luta, os excluídos se educam: esse processo educativo é o que nos parece estar ocorrendo nos espaços que estudamos, como tentamos explicitar nos Capítulos II e III. E

mais. A prática política das mulheres, apoiada, mesmo que indiretamente, nas idéias feministas, tem contribuído para a mudança no entendimento da política mesma. As fronteiras entre o político e o privado (não político?) foram estremecidas. Ao atribuir a condição de política ao cotidiano e às relações pessoais, algo de novo se inaugurou. O cotidiano redescoberto seria o lugar de onde falariam as mulheres, pois a ele (enquanto mundo doméstico) estão preferencialmente referidas, não importa em que espaço atuem. Essas idéias estão expressas nas análises desenvolvidas no Capítulo III, em que a dificuldade das entrevistadas em relação à fala pública, não cotidiana, competente ocupou um lugar central. Reafirmando o que já dissemos, falariam dele as que aprenderam a se calar e, nesse exercício, reinventariam ambos: o cotidiano e a mulher, como importância e fala qualificada.

A construção de uma fala própria, conforme discutimos no Capítulo III, é parte do processo de construção da identidade das mulheres e de sua condição de sujeito, realizado em seus movimentos. É uma tarefa repleta de ambiguidades e incertezas, pois os processos sociais são dinâmicos, não havendo previamente uma definição clara e um ponto a se alcançar; é como lembra Antonio Machado: **"Caminante, no hay camino, hace el camino el andar"**. Reconhecemos, nesse processo, a construção da cidadania por um grupo, que, enfrentando uma condição social subalterna, luta por se afirmar como sujeito de direitos.

Uma banalidade cotidiana ajuda-nos a ilustrar o que dissemos. Estão bastante disseminados, entre nós, os termos "machões" ou "machistas". Sem esquecermos o chavão e o clichê aí presentes, não podemos deixar de notar, na utilização

desses termos, um reconhecimento de que tal pessoa (machão, machista, geralmente referindo-se aos homens) feriu "direitos" da mulher. Isso representa, em algum grau, a ilegitimidade de ações que anteriormente poderiam ser consideradas "naturais". No fundo, o reconhecimento da mulher enquanto sujeito de direitos.

Contudo, se assim nos parecem indicar tanto as nossas leituras quanto o material analisado, não pretendemos afirmar que essa tarefa esteja concluída ou imune a riscos. Não se caminha somente em linha reta e sempre avançando. A relação entre mulher e política é complexa, e os avanços devem ser relativizados.

Se, por um lado, pudemos perceber a crescente presença das mulheres na esfera pública, notamos, também, que elas estão mais "a vontade" nos "novos espaços políticos" - os movimentos sociais - do que nos canais tradicionalmente reconhecidos - partidos e sindicatos. Na tentativa de explicar essa realidade, discutimos as diferentes dinâmicas e estruturas vigentes em uns e outros, apontando os obstáculos encontrados pelas mulheres nas estruturas partidárias e sindicais. No que toca aos movimentos, lembramos a sua flexibilidade e informalidade, que atrairia mais as mulheres, por associar a vida cotidiana à prática política. Entretanto, algumas dúvidas permanecem a esse respeito. Por onde passa, além do que conseguimos vislumbrar, a pretensa incompatibilidade das mulheres com a política, em seu sentido estrito, contornada por sua atuação nos movimentos?

Tendo contribuído para alterar a noção de política, ampliando-a para abarcar as relações pessoais e o cotidiano, os afetos portanto, as mulheres não correriam o risco de

reafirmarem antigas divisões entre feminino e masculino, afeto e racionalidade? Seria possível um fazer político no feminino, mantendo a diferença sem reafirmar os estereótipos e o modelo masculino hegemônico?

Seria possível pensar um outro olhar para a política, uma outra lógica que não supusesse que a afirmação de um termo da equação implicasse na exclusão do outro?

Todas essas são questões que não puderam ser respondidas nesse/por esse trabalho. Ficam-nos como aquilo que escapou e que permanece, à espera de uma retomada.

Essas considerações visam a lembrar aspectos que podem estar contidos no processo de luta das mulheres e têm passado despercebidos e objetivam, mesmo, relativizar uma perspectiva muito otimista do problema abordado.

Pretendíamos, também, discutir as especificidades da participação da mulher em Minas, principalmente tendo em vista o real ou imaginário tradicionalismo político-cultural do estado, marca que carregamos perante o resto do País. Se observamos, porém alguns indícios positivos dessa hipótese, como a menor absorção da mão-de-obra feminina casada ou a não organização da vertente homossexual no movimento de mulheres, como ocorreu em outros estados, não nos foi possível ir além. Para isso, estudos aprofundados da realidade mineira precisam ser desenvolvidos, bem como estudos comparativos que nos permitam avançar nesse campo.

De todo modo, não é fácil ser analista de seu próprio tempo. Atualmente, os olhares sobre os movimentos sociais já relativizam um pouco o seu potencial transformador, mas

afirmanos, com SADER (1988), que não é possível simplesmente negar todas as análises feitas sobre esse fenômeno. Ao contrário, é preciso compreender que estes são percalços que se colocam no caminho daqueles que querem e devem analisar e tentar compreender o seu próprio tempo. E foi com essa esperança que realizamos este estudo.

Finalmente, realizar este trabalho significou construir um outro olhar sobre uma questão muito próxima e, ao mesmo tempo, distante de nós: a prática política de mulheres. Próxima, enquanto experiência em movimentos, distante, no que diz respeito a partidos e sindicatos. Mais que o estranhamento ou a proximidade, foi preciso vencer uma certa ambivalência diante do objeto, "afiar" o olhar, para perceber além de nossos limites, superar-nos nesse exercício, captar a astúcia das coisas. Não sabemos até que ponto conseguimos fazê-lo.

ANEXOS

ANEXO 1

CANDIDATOS(AS) E ELEITOS(AS) À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E
CÂMARA FEDERAL EM MINAS GERAIS

ANO ELEITORAL	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA				CÂMARA FEDERAL			
	CANDIDATOS		ELEITOS		CANDIDATOS		ELEITOS	
	H	M	H	M	H	M	H	M
1974	179	03	60	01	74	01	37	-
1978	242	02	71	-	94	02	46	01
1982	260	08	73	01	108	06	53	01
1986	776	84	73	02	328	44	53	-

FONTE: Estado de Minas (Arquivo Público Mineiro) 1974-1978-1982.
TRE-MG e Estado de Minas - 1986.

ANEXO 2

CANDIDATOS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE
MINAS GERAIS POR LEGENDA E SEXO

ANO	1974		1978		1982		1986	
	H	M	H	M	H	M	H	M
SEXO								
LEGENDA								
PDS (ARENA)	90	02	131	01	90	03	-	-
PMDB (MDB)	89	01	111	01	107	02	114	02
PT (*)	-	-	-	-	46	02	88	19
PDT	-	-	-	-	17	01	105	03
PTB	-	-	-	-	-	-	102	09
PH (COLIGAÇÃO + PT)	-	-	-	-	-	-	-	-
PFL (COLIGAÇÃO + PL=MDP)	-	-	-	-	-	-	-	-
PCB	-	-	-	-	-	-	21	04
PC do B	-	-	-	-	-	-	15	11
PSC	-	-	-	-	-	-	31	03
PMB	-	-	-	-	-	-	11	02
PSB	-	-	-	-	-	-	07	01
PDI (COLIGAÇÃO + PDS=MPM)	-	-	-	-	-	-	-	-
PDC	-	-	-	-	-	-	05	-
PL (COLIGAÇÃO + PFL=MDP)	-	-	-	-	-	-	-	-
PS	-	-	-	-	-	-	14	03
MDP (PFL + PL)	-	-	-	-	-	-	129	04
MPM (PDS + PDI)	-	-	-	-	-	-	134	23

FONTE: Estado de Minas (Arquivo Público Mineiro) 1974-1978-1982.
TRE-MG e Estado de Minas - 1986.

(*) 1986 - PT + PH - coligação

ANEXO 3

ELEITOS(AS) À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS POR LEGENDA E SEXO

ANO	1974		1978		1982		1986	
	H	M	H	M	H	M	H	M
SEXO								
LEGENDA								
PDS (ARENA) (COLIGAÇÃO PDI = MPM)	37	-	42	-	34	-	-	-
PMDB (MDB)	23	01	29	-	38	01	40	01
PT (*)	-	-	-	-	01	-	04	01
PDT	-	-	-	-	-	-	05	-
PTB	-	-	-	-	-	-	03	-
PH (COLIGAÇÃO + PT)	-	-	-	-	-	-	-	-
PFL (COLIGAÇÃO + PL=MDP)	-	-	-	-	-	-	-	-
PCB	-	-	-	-	-	-	-	-
PC do B	-	-	-	-	-	-	-	-
PSC	-	-	-	-	-	-	-	-
PMB	-	-	-	-	-	-	-	-
PSB	-	-	-	-	-	-	-	-
PDI (COLIGAÇÃO + PDS=MPM)	-	-	-	-	-	-	-	-
PDC	-	-	-	-	-	-	-	-
PL (COLIGAÇÃO + PFL=MDP)	-	-	-	-	-	-	-	-
PS	-	-	-	-	-	-	-	-
MDP (PFL + PL)	-	-	-	-	-	-	17	-
MPM (PDS + PDI)	-	-	-	-	-	-	04	-

FONTE: Estado de Minas (Arquivo Público Mineiro) 1974-1978-1982.
 TRE-MG e Estado de Minas - 1986.
 (*) 1986 - PT + PH - coligação

ANEXO 4

CANDIDATOS(AS) À CÂMARA FEDERAL EM MINAS GERAIS POR LEGENDA E SEXO

ANO	1974		1978		1982		1986	
	H	M	H	M	H	M	H	M
SEXO								
LEGENDA								
PDS (ARENA) (COLIGAÇÃO + PDI = MPM)	46	-	52	01	53	01	-	-
PMDB (MDB)	28	01	42	01	33	01	78	02
PT (*)	-	-	-	-	17	03	56	21
PDT	-	-	-	-	05	01	40	-
PTB	-	-	-	-	-	-	35	-
PH (COLIGAÇÃO + PT)	-	-	-	-	-	-	-	-
PFL (COLIGAÇÃO + PL=MDP)	-	-	-	-	-	-	-	-
PCB	-	-	-	-	-	-	-	-
PC do B	-	-	-	-	-	-	-	-
PSC	-	-	-	-	-	-	-	-
PMB	-	-	-	-	-	-	-	-
PSB	-	-	-	-	-	-	-	-
PDI	-	-	-	-	-	-	-	-
PDC	-	-	-	-	-	-	-	-
PL (COLIGAÇÃO + PFL=MDP)	-	-	-	-	-	-	-	-
PS	-	-	-	-	-	-	-	-
MPM (PFL + PL)	-	-	-	-	-	-	72	21
MDP (PDS + PDI)	-	-	-	-	-	-	44	-

FONTE: Estado de Minas (Arquivo Público Mineiro) 1974-1978-1982.
TRE-MG e Estado de Minas - 1986.

(*) 1986 = PT + PH - Coligação

ANEXO 5

ELEITOS(AS) À CÂMARA FEDERAL DE MINAS GERAIS POR LEGENDA E SEXO

ANO	1974		1978		1982		1986	
	H	M	H	M	H	M	H	M
SEXO								
LEGENDA								
PDS (ARENA)	23	-	28	-	26	-	-	-
PMDB (MDB)	14	-	18	01	26	01	35	-
PT (*)	-	-	-	-	01	-	03	-
PDT	-	-	-	-	-	-	01	-
PTB	-	-	-	-	-	-	01	-
PH (COLIGA ÇÃO + PT)	-	-	-	-	-	-	-	-
PFL	-	-	-	-	-	-	-	-
PCB	-	-	-	-	-	-	-	-
PC do B	-	-	-	-	-	-	-	-
PSC	-	-	-	-	-	-	-	-
PMB	-	-	-	-	-	-	-	-
PSB	-	-	-	-	-	-	-	-
PDI	-	-	-	-	-	-	-	-
PDC	-	-	-	-	-	-	-	-
PL	-	-	-	-	-	-	-	-
PS	-	-	-	-	-	-	-	-
MDP (PFL + PL)	-	-	-	-	-	-	10	-
MPM(PDS + PDI)	-	-	-	-	-	-	03	-

FONTE: Estado de Minas (Arquivo Público Mineiro) 1974-1978-1982.
TRE-MG e Estado de Minas - 1986.

(*) 1986 - PT + PH

ANEXO 6**AS ENTREVISTADAS**

- M.C. : Jornalista, divorciada, 36 anos, branca, sem filhos, participante do 1.º grupo feminista de Minas.
- Z.R. : Socióloga, casada, 41 anos, branca, 04 filhos, participou da JEC, AP, fundadora do MFPA, militante de PMDB, participante do Movimento Negro (Casa Dandara), feminista.
- V. : Sindicalista, 1.º Grau, solteira, 20 anos, branca, 01 filho, engajamento pela via da fábrica, militante de corrente política.
- C.R. : Socióloga, viúva/separada, 41 anos, branca, 03 filhos, participou da JEC, participante do MFPA, grupo de reflexão, CDM, feminista.
- C.M. : Sindicalista, 1.º Grau (1.ª/4.ª), solteira, 25 anos, negra, sem filhos, militante do PT, participante da CUT (direção nacional).
- I.T. : Sindicalista, socióloga, professora universitária, divorciada/casada, branca, 03 filhos, participou da JEC, ex-militante do PC do B, participante MFPA.
- L.A. : Socióloga, acasalada, 41 anos, negra, 01 filho, participou da JEC, militante da causa da mulher e do negro, independente (não pertence a qualquer grupo), dissertação de Mestrado sobre a questão da mulher.

REPRODUÇÃO DE
DOCUMENTOS
DE
ARQUIVO
DO
FUNDAÇÃO
DE
ESTUDOS
DE
SOCIOLOGIA
E
POLÍTICA

- D.M. : Socióloga, casada, + 41 anos, negra, 01 filho, participante do MFPA, grupo de mulheres, militante do movimento negro (fundadora da Casa Dandara), feminista.
- J.M. : Assistente social, separada, 41 anos, branca, 02 filhos, participou da JEC, militante do PC do B (direção nacional), (ex-clandestina), PMDB, grupo de mulheres, presidente da União Brasileira de Mulheres, feminista.
- M.G. : Psicóloga, solteira, 30 anos, negra, sem filhos, militante do movimento negro (MNU), mestranda em Ciência Política.
- M. : Jornalista, editora, solteira, 47 anos, negra, sem filhos, militante da causa negra, independente (não pertence a grupo).
- B.P. : 1.º Grau, casada, + 20 anos, negra, militante do PT, militante do movimento negro (GRUCON).
- M. : Sindicalista, 1.º Grau, casada, + 30 anos, branca, sem filhos.
- M.I. : Doméstica (presidente da Associação das Domésticas), 1.º Grau (1ª/4.a) + 50 anos, negra, sem filhos, participou de movimento ligado à Igreja Católica.
- A.P. : 2.º Grau, funcionária pública, solteira, + 50 anos, branca, 01 filho (adotivo), fundadora MFPA, grupo de assessoria ao movimento por creches da Grande Belo Horizonte.

H.G. : Farmacêutica, casada, 72 anos, fundadora do MFPA (presidente), militante do PT, vereadora (sem entrevista).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: SORJ, Bernardo & TAVARES, Maria Hermínia, Orgs. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 191-214.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira & BARSTED, L.A. Novos padrões e velhas instituições: feminismo e família. In: RIBEIRO, Ivete, org. **Sociedade Brasileira contemporânea - família e valores**. São Paulo, Loyola, 1987. p. 205-223.

----- Permanência ou mudança: a legislação sobre família no Brasil. In: RIBEIRO, Ivete, org. **Sociedade brasileira contemporânea - família e valores**. São Paulo, Loyola, 1987. p. 165-187.

ALVES, Branca & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo, Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos, 44).

ARROYO, Miguel González. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester et alii. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987. p. 31-80 (Polêmicas do nosso tempo, 23).

AVELAR, Lúcia. Participação política da mulher: conservadorismo político feminino. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci, org. **Mulheres: da domesticidade à cidadania**, estudos sobre movimentos sociais e democratização (Brasília), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987. p. 59-70. (Trabalho apresentado na XI Reunião da Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais).

BARROSO, Carmem. Estudos sobre a mulher: o descompasso na expansão do ensino e da pesquisa. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci, org. **Mulher: da domesticidade à cidadania**; estudos sobre movimentos sociais e democratização. (Brasília), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987. p. 97-99. (Trabalho apresentado na XI Reunião da Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais).

----- org. **Mulher, sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo, Brasiliense/UNICEF, 1982.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**, 4. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. 2 v. v. 1 (Fatos e mitos).

- 1980: **O segundo sexo**. 3 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. 2 v. v. 2 (A experiência vivida).
- BECCALLI, Branca. Feminismo e sindicalismo: o caso italiano durante a década de 70. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et alii. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 181-193.
- BLAY, Eva Alterman. Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher. **Espaço & Debates**, São Paulo (9): 80-89, maio/ago. 1983.
- BUFFA, Ester et alii **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987. p. 7-30 (Polêmicas do nosso tempo, 23).
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Há mais distância entre o céu e a terra... ou a mulher e a política**. s.l., Associação Brasileira de Antropologia, 1984 (mimeo.).
- CARDOSO, Ruth C.L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de, orgs. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 215-239.
- CARNEIRO, Sueli & SANTOS, Thereza. **Mulher negra e políticas públicas**. In: CARNEIRO, Sueli et alii. **Mulher negra, política governamental e a mulher**. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985. p. 1-54.
- CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- Participando do debate sobre mulher e violência. In: **PERSPECTIVAS antropológicas da mulher**, n. 4. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. p. 23-62.
- CÓSER, Silvana Maria Leal. A mulher e a participação político-partidária em Minas Gerais e no Espírito Santo. In: MIRANDA, Glaura Vasques de, org. **Diagnóstico da mulher mineira nos anos 80**. Belo Horizonte, 1988 (Relatório de pesquisa).
- & FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. A participação da mulher no movimento sindical em Minas Gerais, 1975-1985. In: MIRANDA, Glaura Vasques de, org. **Diagnóstico da mulher mineira nos anos 80**. Belo Horizonte, 1988 (Relatório de pesquisa).

COSTA, Albertina Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? resíduos de insatisfação. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de, org. **Mulheres: da domesticidade à cidadania**, estudos sobre movimentos sociais e democratização. (Brasília), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987. p. 87-99. (Trabalhos apresentados na XI Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS).

----- et alii. Pesquisa sobre mulher no Brasil, do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (54): 5-15, 1985.

DULCI, Otávio Soares. Minas Gerais: continuidade e mudança. **Revista de Cultura e Política**, São Paulo (7): 75-92, 1981.

----- Minas Gerais, mudanças sociais e políticas no período recente. **Cadernos do PT**, Belo Horizonte, p. 12-17, 1987.

DURHAM, Eunice. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo. (10): 24-31, 1984.

FEIJÓO, Maria Del Carmem. Alguns problemas dos movimentos de mulheres no processo de transição democrática. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, 1(2): 152-162, 1987.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Mulher e trabalho em Minas Gerais e Espírito Santo. In: MIRANDA, Glaucia Vasques de, org. **Diagnóstico da mulher mineira nos anos 80**. Belo Horizonte, 1988. (Relatório de pesquisa).

GOLDBERG, Anette. **Feminismo em regime autoritário: a experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1982. (mimeo.) (Trabalho apresentado no XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciências Políticas).

----- Femmes, recherches, feminismes au Brésil: un ordre des factures qui altère le produit. **Bulletin du CRIF**, Paris, 1986. p. 3-12. (mimeo.).

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. org. **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 87-106.

GRZYBOWSKY, Cândido. Pedagogia das lutas no campo. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 4. Goiânia, 2 a 5 set. 1986. **Anais**. São Paulo, ANDE/ANPED/CEDES, 1988. t. 2. p. 941-952.

- HUMPHREY, John. Sindicato um mundo masculino. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 2(1): 47-52, abr. 1983.
- KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULLPORT, Andrée et alii. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- KOFES, Suely. Mulheres e cotidiano: as estratégias do imaginário. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre 1(2): 249-259, 1987.
- LARGUÍA, Isabel & DUMOULIN, John. **Hacia una ciencia de la liberación de la mujer**. Barcelona, Anagrama, 1976.
- LE VEN, Michel Marie. Movimento operário e sindical, 1970-1985. In: POMPERMAYER, Malory José, org. **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas**. Belo Horizonte, UFMG, 1987. p. 25-49.
- LOBO, Elizabeth Souza. **Emma Goldman**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983 (Encontro Radical n.º 41).
- LOBO, Elizabeth Souza. Homem e mulher: imagens das Ciências Sociais. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci, org. **Mulheres: da domesticidade à cidadania**; estudos sobre movimentos sociais e democratização. (Brasília), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987. p. 93-96. (Trabalho apresentado na XI Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS).
- LOBO, Elizabeth Souza & HIGGS, Elizabeth. **As operárias, o sindicato e o discurso sociológico**. Águas de São Pedro, 1983. (VII Encontro Anual da ANPOCS) (mimeo.).
- LOBO, Elizabeth Souza et alii. A prática invisível das operárias. In: KARTCHEVSKY-BULLPORT, A. et alii. **sexo do trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1986. p. 131-143.
- LOUIS, Marie Victoire. Recherches sur les femmes, recherches féministes. In: **L'ÉTAT des Sciences Sociales en France**. Paris, La Découverte, 1986. p. 457-461.
- MALHEIROS, Sônia Miguel. Movimento feminista: um olhar para dentro. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de, org. **Mulheres: da domesticidade à cidadania**. (Brasília), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987. p. 71-76. (Trabalho apresentado na XI Reunião da Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais).

- MANNLE, Úrsula. A mulher e a política. In: SOLIZ, Neusa de, org. **A mulher no século XXI: um estudo de caso, a Alemanha.** Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988. p. 93-104.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** São Paulo, Zahar, 1967.
- MIRANDA, Glaura Vasques de, et alii. Movimentos de mulheres em Minas Gerais - 1975-1985. In: POMPERMAYER, Malory José, org. **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas.** Belo Horizonte, UFMG, 1987. p. 169-203.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política.** São Paulo, NOBEL/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- MORAIS FILHO, Evaristo de. O trabalho feminino revisitado. LTR - Revista Legislação do Trabalho, São Paulo (40): 843-860, jul. 1976.
- NOVELINO, Aída Maria. Maternidade: um perfil idealizado. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (65): 21-29, maio 1988.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. As pedras no bolso do feminismo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 2(3): 35-38, 1983.
- PAOLI, Maria Célia. Mulheres: lugar, imagem e movimento. In: **PERSPECTIVAS antropológicas da mulher** n. 4. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. p. 63-99.
- PIMENTEL, Sílvia. A necessária participação política da mulher. In: TABAK, Fanny, org. **A mulher como objeto de estudo.** Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos da Mulher/PUC, 1982. p. 1-17. (Estudos, 11).
- PITANGUY, Jacqueline. Mulher, Natureza e sociedade. In: LUZ, Madel T., org. **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual.** Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 59-71.
- RODRIGUES, Arakcy Martins. **Operário, operária.** São Paulo, Símbolo, 1978. (Ensaio e Memória, 11).
- SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980).** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

- SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (64): 38-47, 1988.
- SILVA, Shirley Maciel da. Mulher negra em Minas Gerais. In: MIRANDA, Glaucia Vasques de, org. **Diagnóstico da mulher mineira nos anos 80.** Belo Horizonte, 1989. (Relatório de Pesquisa).
- TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher** Rio de Janeiro, Graal, 1983. (Tendências, 6)
- org. **A mulher como objeto de estudo.** Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos da Mulher/PUÇ, 1982. (Estudos, 11).
- & TOSCANO, Moema. **Mulher & Política.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. (O Mundo Hoje, 43).
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AFONSO, Delfim Jr. **Alternativa jornalista X poder editorial**. Brasília, UNB, 1982. (Dissertação, Mestrado).
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. **Gênero, sexualidade e sexo: três dimensões da diferenciação sexual**. In: POIAN, Carmem da, org. **Homem-Mulher: abordagens sociais e psicanalíticas**. Rio de Janeiro, Taurus, 1987. p. 61-68.
- BAVA, Sílvio Caccia. **Pedagogia dos movimentos sociais urbanos**. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 4. Goiânia, 2 a 5 set. 1986. **Anais...** São Paulo, ANDES/ANPEd/CEDES, 1988. t. 2. p. 985-993.
- BELLOTTI, Elena. **Educar para a submissão**. Rio de Janeiro, Vozes, 1970.
- BLAY, Eva Alterman. **Mulher, escola, profissão: estudo sociológico do ginásio industrial feminino na cidade de São Paulo**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1969. (Dissertação, Mestrado).
- : **A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1972. (Tese, Doutorado).
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DA MATA, Roberto. **Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional**. In: -----: **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- DURHAM, Eunice. **A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas**. In: CARDOSO, Ruth, org. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 17-37.
- DRUMOND, Vânia Regina Peres. **Visão da mulher por autores mineiros: uma bibliografia anotada**. Belo Horizonte, 1988. (No prelo)
- GIULANI, Paola Cappelim. **Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste - 1976-1986**. s.l., UFPb, 1987. (mimeo.).

- GUATTARI, Felix. As novas alianças: movimentos sociais e movimentos alternativos. **Desvios**, Rio de Janeiro (5): 31-44, mar. 1986.
- LOBO, Elizabeth Souza. Mulheres, feminismos e novas práticas sociais. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, 1(2): 221-229, 1987.
- MACHADO, Lia Zanotto, coord. A construção da cidadania feminina. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz, coord, **A construção da cidadania**, Brasília, UnB, 1986. p. 91-128.
- MADEIRA, Felícia & SINGER, Paul. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, (3): 1-62, 1973.
- MIRANDA, Glauro Vasques de. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (15): 21-36, 1975.
- FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha & CÔSER Silvana Maria Leal. Movimentos de mulheres em Minas Gerais - 1975-1985. In: POMPERMAYER, Malory José, org. **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas**. Belo Horizonte, 1987, p. 169-203.
- MOISÉS, José Álvaro. Sociedade civil, cultura política e democracia: descaminhos da transição política. In: COVRE, Maria de Lourdes M., org. **A Cidadania que não temos**. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 119-150.
- MURARO, Rose Marie. **A mulher na construção do mundo futuro**. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1972.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Os movimentos sociais reinventam a Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas (8): 33-60, jan. 1981.
- PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth, org. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 39-67.
- Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite, coord. **Cultura e identidade operária**, aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro, Marco Zero, s.d. p. 53-101.

- PEIRANO, Mariza. Sem lenço, sem documento. **Sociedade e Estado**, Brasília, 1(1): 49-63, jun. 1986.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 167-231.
- PRADO, Danda. **Ser esposa, a mais antiga profissão**. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- QUEIROZ, Adélia Prates. Casa da mulher de Grajaú - São Paulo. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 4. Goiânia, 2 a 5 set. 1986. **Anais...** São Paulo, ANDES/ANPed/CEDES, 1988. t. 2, p. 1002-1010.
- QUIRINO, Célia Galvão & MONTES, Maria Lúcia. **Constituições brasileiras e cidadania**. São Paulo, Ática, 1987.
- RAGO, Luísa Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 61-116. (Estudos Brasileiros, 90).
- ROSEMBERG, Fúlvia. **Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Situação da Mulher**. s.l., 1977. (mimeo.).
- A escola e as diferenças de sexo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, (15): 78-85, 1975.
- **A mulher e a Educação**. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- A mulher na literatura infantil: revisão e perspectiva. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (15): 138-140, 1975.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo, Quatro Artes, 1969.
- SAVIANI, Demerval. Educação, cidadania e transição democrática. In: COVRE, Maria de Lourdes M., org. **A cidadania que não temos**. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 73-83.
- TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio, org. **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo, Passado e Presente, 1988.

TELLES, Vera da Silva. Momentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARER, Ilse & KRISCHKE, Paulo J., orgs. **Uma revolução no cotidiano?** os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 55-85.

TOSCANO, Moema. **Mulher, trabalho e política.** Rio de Janeiro, PUC, 1975.

WEFFORT, Francisco. A cidadania dos trabalhadores. In: LAMOUNIER, Bolívar; WEFFORT, Francisco; BENEVIDES, Maria Victória, orgs. **Direito, cidadania e participação.** São Paulo, T.Q.A., 1981, p. 141-150.